



UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO

LILIAN GRASIELA SILVA

**ENQUADRAMENTOS DA MÍDIA SOBRE A
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL EM BAURU (SP)**

**BAURU
2007**



UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO

LILIAN GRASIELA SILVA

**ENQUADRAMENTOS DA MÍDIA SOBRE A
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL EM BAURU (SP)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Jornalismo, sob orientação do Prof. Dr. Danilo Rothberg.

**BAURU
2007**

Dedico este trabalho a todos que, de alguma maneira, me ajudaram a conquistar este objetivo, em especial aos meus pais, professores, amigos, ao meu orientador e a Deus, que sempre esteve ao meu lado mostrando que a determinação e a força de vontade são a base de todos os nossos sonhos.

RESUMO

A pesquisa identificou os enquadramentos construídos pelo Jornal da Cidade de Bauru e pelo Jornal Bom Dia Bauru na cobertura dos fatos envolvendo a administração de Tuga Angerami, prefeito de Bauru (SP) na gestão 2004-2008. Foram verificadas a seleção, a ênfase e a exclusão de informações em 84 matérias publicadas em agosto e setembro de 2007, com o objetivo de avaliar se os textos seguiram os princípios éticos de pluralidade e equilíbrio do jornalismo. De forma geral, o número total de textos com equilíbrio (neutros) é inferior ao total de matérias favoráveis e desfavoráveis, o que pode ter levado o público a desenvolver uma visão limitada dos fatos. O Jornal Bom Dia obedeceu melhor aos princípios éticos de pluralidade e equilíbrio do jornalismo do que o Jornal da Cidade. No primeiro, de um total de 33 matérias avaliadas, 40% foram classificadas como neutras, enquanto no segundo, de um total de 51 textos selecionados, apenas 23,5% apresentaram elementos que pudessem classificá-los como neutros.

PALAVRAS-CHAVE

Enquadramento; pluralidade; ética jornalística.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Número de enquadramentos da mídia sobre a gestão do prefeito Tuga Angerami em agosto e setembro de 2007.....	74
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	7
2.1 Mídia enquanto “fonte de informação”.....	7
2.2 Os processos de produção na comunicação.....	9
2.3 A noticiabilidade dos fatos políticos.....	10
2.4 O conceito de enquadramento.....	13
2.5 Enquadramento noticioso e enquadramento interpretativo.....	15
2.6 Outras formas de enquadramento.....	17
3. OBJETIVOS.....	20
4. METODOLOGIA.....	21
5. RESULTADOS.....	23
5.1 - Matérias do Jornal da Cidade de Bauru.....	23
5.2 - Matérias do Bom Dia Bauru.....	54
6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	74
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	82
9. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	83
10. ANEXOS.....	84

1. INTRODUÇÃO

O enquadramento utilizado pela mídia na abordagem dos fatos pode se configurar em um importante instrumento para a formação das imagens dos leitores sobre os assuntos veiculados, sendo responsável até mesmo pela definição de agendas e pela alteração de padrões, pensamentos e comportamentos sociais.

Sobretudo na abordagem de temas políticos, para que a população possa realmente compreender os mecanismos que regem o dia-a-dia da máquina pública, participando efetivamente do processo de construção política, é necessário que a imprensa atue de forma a contextualizar os diversos pontos de vista e as diversas situações envolvidas na elaboração do fato noticioso.

Em razão disso, torna-se necessário e pertinente identificar os tipos de enquadramento utilizados por dois veículos de grande circulação na mídia impressa de Bauru, SP (Jornal da Cidade de Bauru e Jornal Bom Dia Bauru) na veiculação das ações políticas que dizem respeito ao governo de Tuga Angerami, prefeito municipal na gestão 2004-2008, e se esses enquadramentos obedecem aos critérios de pluralidade e equilíbrio do jornalismo.

Como os enquadramentos utilizados pelos meios de comunicação dependem de uma série de fatores como as rotinas de produção jornalística, as relações de poder que se estabelecem entre mídia e poder constituído e a própria condição da audiência, fez-se necessária a realização de um estudo metodológico, baseado nos critérios de seleção, ênfase e exclusão, que identificou os principais enquadramentos utilizados pela mídia na divulgação das ações do governo.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Mídia enquanto “fonte de informação”

Na maioria das pesquisas envolvendo o papel da mídia no ambiente político, o paradigma predominante é de que os meios de comunicação devem ser entendidos como “fonte de informação”, tendo como função principal informar os cidadãos (Porto, 2002, p. 1). Na opinião do autor, “para bem servir a democracia, segundo este enfoque tradicional, a mídia deve transmitir informações de forma objetiva e imparcial para a audiência”.

Contudo, apesar da importância que os conceitos de objetividade (visão de que, ao tratar de temas políticos, a mídia deve impedir que valores e ideologias interfiram no relato dos fatos) e imparcialidade (idéia segundo a qual os meios de comunicação devem evitar o favorecimento de um grupo, partido ou candidato) têm dentro das pesquisas no campo da comunicação, Porto (1998, 2001b apud Porto, 2002, p. 2) acredita que “este enfoque tradicional é insuficiente para o estudo das relações entre mídia e política, contribuindo para tornar invisíveis diversos aspectos importantes desta relação”.

Na opinião de Miguel (2004, pp. 130-131), para que o cidadão seja capaz de fazer uma opção política coerente, ele precisa estar “provido de informações adequadas sobre: (a) quais são os projetos em disputa, quem os apóia, quais interesses eles promovem e quais prejudicam; e (b) o mundo social, isto é, quais são os desafios a serem enfrentados, as alternativas possíveis e suas conseqüências”:

Os fatos não precisam apenas ser apresentados, eles precisam ser selecionados, interpretados, encaixados em narrativas dotadas de poder explicativo, ter seu peso relativo avaliado. Embora falsificações factuais possam e devam ser coibidas, o que caracteriza a informação adequada para uma sociedade democrática é, acima de tudo, seu caráter plural. As diferentes perspectivas e visões-de-mundo devem estar disponíveis para o conjunto de cidadãs e cidadãos.

Miguel (2004 apud Miguel, 2003, pp. 123-40) acredita que, para resolver esse problema envolvendo a comunicação, é preciso entender que a mídia cumpre funções representativas na sociedade contemporânea, ampliando a participação de grupos minoritários no processo político. “A representação política não se esgota na tomada de decisões; ela envolve também o debate público e a formação da agenda, e nestas duas dimensões a intermediação dos meios de comunicação de massa é crucial”.

Nesse sentido, Young (1990 apud Miguel, 2004, pp.143-144) defende a idéia de que os grupos sociais devem ser incluídos em uma profunda reflexão política, que permita aos

indivíduos desenvolverem suas capacidades e participarem efetivamente da determinação de suas ações por meio do acesso aos espaços de representação política. “As propostas de mecanismos reparadores, que incluam tais grupos na arena política, passam por formas específicas de financiamento e apoio à auto-organização, cotas eleitorais, partidárias ou parlamentares e mesmo à fixação de poder de veto sobre políticas que os afetem”.

Na avaliação de Miguel (2004, p. 144), a importância da mídia para o processo de democratização da informação passa a ser melhor entendida a partir da compreensão de que o papel dos meios de comunicação no atual cenário político pode levar a um dimensionamento mais correto das propostas de “empoderamento” dos grupos marginalizados, propostas estas que não se restringem ao acesso desses indivíduos aos efetivos espaços de tomada de decisão. “Por outro lado, os modelos de democratização da mídia ganham nitidez se estão determinados quais os setores sociais que precisam ser contemplados – isto é, quais os grupos cuja voz, ao ser ouvida, acrescenta efetivo pluralismo ao debate público”.

Azevedo (2006, pp. 97-98) também defende o pluralismo de opiniões no processo de comunicação como elemento essencial para que o debate das questões públicas e das decisões de cunho político, assim como o desenvolvimento da consciência crítica e racional no âmbito das questões de interesse público se tornem um processo efetivo.

Na opinião do autor, para que as condições democráticas sejam asseguradas em um processo comunicativo, é necessário que os meios de comunicação se organizem por meio de uma estrutura plural e competitiva, capaz de refletir, se não integralmente, pelo menos alguns pontos mais importantes referentes à diversidade ideológica, política e cultural da sociedade, sempre levando em conta as diferenças de classe, gênero e etnia, entre outras, existentes.

Nesse contexto, como é o caso brasileiro, diversos temas e questões competem entre si para obter atenção da opinião pública e só se transformam verdadeiramente em questões públicas quando ganham visibilidade nos meios de comunicação de massa. Há, assim, na arena midiática, uma disputa incessante entre as várias agendas postas em circulação por diversos atores sociais e políticos, inclusive a própria imprensa que, em momentos excepcionais (como no impeachment dos presidentes Nixon e Collor), pode vir a assumir a posição de ator principal do processo político (Azevedo, 2006, pp. 97-98).

Essa relação de dependência que se estabelece entre os meios de comunicação de massa e os partidos ou organizações políticas é definida por Hallim e Mancini (2004 apud Azevedo, 2006, pp. 101-102) como “paralelismo político”.

Segundo os autores, a noção de paralelismo político se refere à maneira pela qual um sistema de comunicação de massa aborda as diversas divisões políticas que constituem uma sociedade, abordagem essa que deve ser feita de forma equilibrada e balanceada, o que pode

ser avaliado através de alguns indicadores. “O indicador mais básico talvez seja o conteúdo veiculado pela mídia, o volume que os meios de comunicação de massa concedem aos temas e questões políticas e as formas de enquadramento adotadas para abordá-los”.

Na avaliação de Thompson (1999 apud Azevedo, 2006, p. 110), apesar da idéia de pluralismo ideal ainda estar distante da realidade da mídia contemporânea, algumas transformações verificadas no comportamento dos meios de comunicação indicam que a mídia caminha para cumprir sua função de órgão fiscalizador e regulador do poder, que busca a promoção de debates pluralistas e a formação de cidadãos críticos.

Entre as transformações identificadas pelo autor e apontadas por Azevedo (2006, p. 98), está o aumento da diversidade interna nos veículos de comunicação, verificado em alguns países escandinavos e ingleses, que permite o confronto direto de opiniões divergentes e possibilita coberturas balanceadas e equilibradas, que privilegiam todos os atores envolvidos no processo comunicativo.

2.2 Os processos de produção na comunicação

Para compreender melhor diversos aspectos importantes existentes na relação entre mídia e política, é necessário levar em conta alguns conceitos da pesquisa em comunicação como, por exemplo, o de *gatekeeper*, ou selecionador, segundo o qual os processos produtivos devem ser estudados a partir de fatores externos à organização do trabalho, dentre os quais estão a preparação profissional, as funções produtivas, os grupos de referência, as exigências organizativas e as restrições operativas (Wolf, 2002).

Admitindo as limitações do paradigma da objetividade, Robert Hackett (1993 apud Porto, 2002, p. 2) argumenta que “o conteúdo da mídia pode desempenhar um papel político e ideológico importante não apenas quando existe ou falta “objetividade” e/ou “imparcialidade”, mas também quando este conteúdo é produzido a partir de uma matriz ideológica limitada”.

De acordo com o autor, essa matriz ideológica limitada pode ser entendida como um conjunto de regras e conceitos utilizados pelos profissionais da comunicação, muitas vezes inconscientemente, o que pressupõe uma ação não deliberada e, portanto, ausente de intenções de manipulação do público. Entre essas ações não deliberadas, encontra-se o enquadramento das notícias.

Neste sentido, (Wolf, 2002, p. 181), afirma que as decisões de um *gatekeeper* “são tomadas, menos a partir de uma avaliação individual da noticiabilidade do que em relação a

um conjunto de valores que incluem critérios, quer profissionais, quer organizativos, tais como a eficiência, a produção de notícias, a rapidez”.

Além disso, conforme o autor, o público não se constitui na principal fonte de expectativas, orientações e valores profissionais do jornalista, mas sim o grupo de referência do profissional, composto pelos colegas de profissão e pelos seus superiores. De acordo com ele, “as exigências organizativas e estruturais e as características técnico-expressivas próprias de cada meio de comunicação de massa são elementos fundamentais para a determinação da reprodução da realidade social fornecida pelos mass media”.

Street (2001 apud Rothberg, 2005, p. 18) vai mais além e afirma que o pesquisador que busca identificar algumas inclinações e parcialidades em um determinado contexto deve atentar-se para alguns itens como as tendências sectárias, de propaganda política, involuntárias e ideológicas. Segundo ele, as tendências sectárias são definidas através de posicionamentos explícitos, geralmente encontrados em editoriais. As tendências de propaganda política revelam-se por meio de matérias que, embora pareçam objetivas, são permeadas por elementos que pressupõem a existência de uma intenção deliberada nas decisões editoriais. As tendências involuntárias aparecem sob a forma de inclinações e formatações determinadas pela cultura profissional dos jornalistas, pelos valores agregados a um determinado veículo e pelas rotinas de produção relacionadas à profissão. Já as tendências ideológicas são representadas por matérias com inclinações implícitas e não intencionais, mas que carregam consigo uma visão de mundo particular dentro da qual os elementos noticiosos estão inseridos.

2.3 A noticiabilidade dos fatos políticos

O processo de seleção dos fatos e a produção das informações estão, na opinião de Garbarino (1982 apud Wolf, 2002, p. 189), diretamente relacionados à uma série de paradigmas e práticas profissionais adotadas como naturais pelos jornalistas. Este conjunto de critérios de relevância, segundo ele, seria responsável pela definição da noticiabilidade de cada acontecimento, ou seja, da sua aptidão para transformar-se em notícia:

Na produção de informações de massa, temos, portanto, por um lado, a cultura profissional, entendida como “um inextricável emaranhado de retóricas de fachada e astúcias táticas, de códigos, estereótipos, símbolos, tipificações latentes, representações de papéis, rituais e convenções, relativos às funções dos mass media e dos jornalistas na sociedade, à concepção do produto-notícia e às modalidades que superintendem à sua confecção” (...) Por outro lado, há as restrições ligadas à organização do trabalho, sobre as quais se criam convenções profissionais “que determinam a definição de notícia, legitimam o processo

produtivo, desde a utilização das fontes até à seleção dos acontecimentos e às modalidades de confecção, e contribuem para se precaver contra as críticas do público”.

Neste contexto, (Wolf, p. 190) defende que a noticiabilidade de cada fato é constituída com base em uma série de requisitos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas – para adquirirem o caráter de notícias. Na sua opinião, “tudo o que não corresponde a esses requisitos é <<excluído>> por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional”:

Não adquirindo o estatuto de notícia, permanece simplesmente um acontecimento que se perde entre a <<matéria-prima>> que o órgão de informação não consegue transformar e que, por conseguinte, não irá fazer parte dos conhecimentos do mundo adquiridos pelo público através das comunicações de massa.

Altheide (1976 apud Wolf, 2002, p. 190) vai mais longe em suas definições, relacionando a noticiabilidade de cada fato ao conceito de perspectiva-da-notícia, ou seja, uma resposta que o órgão de informação dá à questão da importância dos fatos cotidianos. “A notícia é o produto de um processo organizado que implica uma perspectiva prática dos acontecimentos, perspectiva essa que tem por objetivo reuni-los, fornecer avaliações, simples e diretas, acerca das suas relações, e fazê-lo de modo a entreter os espectadores”.

De acordo com Altheide (1976 apud Wolf, 2002, p. 191), a definição do que é noticiável, em detrimento do que não é noticiável, é sempre orientada de forma pragmática, ou seja, em primeiro lugar, para a factibilidade de produto informativo que deve ser feito com tempo e recursos limitados. Segundo ele, “essa factibilidade contribui para descontextualizar ou para remover um acontecimento do contexto em que se verificou, para o poder recontextualizar dentro das dimensões do noticiário”.

A noticiabilidade de um acontecimento, definida por meio dos valores/notícia, está relacionada a alguns critérios de relevância que estão diretamente ligados a quatro ordens de considerações, segundo Wolf (2005, pp. 193-228). São elas: o conteúdo das notícias; a disponibilidade de material e caracteres específicos do produto informativo; o perfil que os jornalistas têm do seu público-alvo e a concorrência entre os meios de comunicação de massa.

De acordo com o autor, a primeira ordem de considerações diz respeito ao grau hierárquico dos envolvidos no acontecimento noticioso, à potencialidade da notícia de influir sobre os interesses do País, ao número de pessoas envolvidas diretamente ou indiretamente com o fato e à probabilidade de um acontecimento vir a se desdobrar em fatos futuros.

A segunda ordem de considerações, segundo Wolf, refere-se à disponibilidade de material, ou seja, à acessibilidade dos eventos para os jornalistas, tanto com relação à adaptação do produto às técnicas jornalísticas usuais, quanto à existência de recursos necessários à sua cobertura. Além disso, essa classe trata das características específicas do produto informativo como, por exemplo, a brevidade, a novidade, a qualidade da história, entre outras, e das características do meio informativo.

A terceira ordem de considerações citada pelo autor está relacionada ao papel que reveste a imagem do público, compartilhada pelos jornalistas. Com base nessas imagens pré-definidas, os fatos são apresentados segundo critérios que permitam uma identificação por parte do telespectador, a oferta de um serviço ou a ausência de traumas e frustrações para o público.

A quarta ordem de considerações apontada por Wolf diz respeito à situação de competição existente nos meios de comunicação, que estimula a busca pelo furo de reportagem, desencorajando atitudes inovadoras na seleção das notícias, e promovendo uma padronização do processo produtivo.

Na opinião de Rothberg (2005, p. 28), além de todos os critérios já citados, que referem-se, sobretudo, à cultura profissional dos jornalistas e aos seus métodos de organização do trabalho, a noticiabilidade de um fato e a possibilidade de transformação do mesmo em notícia também estão relacionados a um processo de produção empresarial voltado para a maximização do lucro. “No dia-a-dia profissional, valores, estereótipos, representações e convicções facilmente reconhecíveis pelo público em geral precisam ser manipulados com habilidade a fim de compor o produto à venda que, no final deste processo de fabricação, será chamado de notícia”.

Na esfera política, Rothberg (2005, pp. 15-16) salienta que os meios de comunicação só se referem a partidos e outras organizações coletivas nas matérias produzidas quando estes, de alguma forma, possuem algum significado nas trajetórias pessoais daqueles que integram a chamada “classe política”. Na opinião do autor, apesar de não representar uma ação deliberada, sendo uma consequência resultante das rotinas industriais de produção da notícia, esse processo pode ser considerado tão ou mais prejudicial do que as eventuais manipulações de informações realizadas de forma consciente e intencional:

(...) um poder tanto maior exercido pelos meios de comunicação toma forma a partir do momento em que eles, a despeito da sua enorme capacidade de lograr intencionalmente o público, representam, em um processo automático e naturalizado, a realidade dos processos políticos com elementos estranhos à política, de forma a expropriá-la de suas características intrínsecas e torná-la um produto atraente e de consumo rápido.

Esse comportamento assumido automaticamente pelos veículos de comunicação na cobertura dos temas de natureza política também é criticado por Kunczik (2001 apud Rothberg, 2005, pp. 23-24). Na opinião do autor, uma cultura profissional que acaba por excluir determinados assuntos e abordar de maneira superficial questões importantes para a formação política do público deve ser considerada nociva em termos de formação social. “A modalidade de seleção de notícias por parte dos meios de comunicação de massa (...) pode ser descrita como uma espécie de amnésia estrutural da sociedade moderna”.

2.4 O conceito de enquadramento

O enquadramento é um recurso que vem sendo utilizado com frequência por alguns pesquisadores da área da comunicação para explicar as “preferências” dos jornalistas por algumas abordagens noticiosas ao invés de outras. De acordo com Goffman (1986 apud Porto, 2002, p. 4), enquadramentos são “princípios de organização que governam os eventos sociais e nosso envolvimento nestes eventos”.

Gitlin (1980 apud Porto, 2002, p. 6) define o enquadramento como um recurso que organiza o discurso através de práticas específicas de seleção, ênfase, exclusão, entre outras, o que acaba por construir uma interpretação para os fatos abordados:

Os enquadramentos da mídia (...) organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorremos às suas notícias. Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira.

Na avaliação de Entman (1991 apud Cunha, 2005, p.5), enquadrar uma notícia significa selecionar determinados aspectos da realidade, tornando-os mais salientes dentro do conteúdo midiático, de forma a estimular um problema, uma interpretação, uma avaliação moral, ou uma recomendação de tratamento para o tema descrito.

Segundo Entman (1991 apud Soares, 2006, pp. 451-452), ao fornecerem e reforçarem palavras e imagens que remetem a algumas idéias, excluindo outras, os enquadramentos fazem com que alguns conceitos se tornem mais salientes no texto, outros menos e outros completamente invisíveis. Na opinião do autor, “o enquadramento não elimina toda informação inconsistente, mas através da repetição, focalização e associações reforçadoras, palavras e imagens, torna uma interpretação básica mais rapidamente discernível e memorável

que outras”.

Nesse sentido, Cunha (2005, p. 5) explica que, ao contrário dos critérios de noticiabilidade, que muitas vezes são involuntários, os enquadramentos nem sempre estão relacionados às rotinas produtivas de um veículo de comunicação, podendo resultar de uma subordinação a determinadas ideologias, que justificam as abordagens feitas pelo jornalista.

Porto (2002, p. 5) compartilha da mesma opinião da autora e define este conceito como um importante instrumento de poder em razão do fato de que os efeitos de formulação podem ocorrer sem que o jornalista tenha consciência do impacto do enquadramento adotado nas decisões. Além disso, de acordo com Porto, os enquadramentos também assumem um caráter de risco na medida em que podem ser explorados para que a atratividade relativa das opções do público seja alterada.

Rothberg (2005, p. 23) explica que, no conceito de enquadramento, a seleção dos fatos noticiosos ocorre por meio de uma necessidade intrínseca ao processo midiático, que busca selecionar e organizar as informações de uma forma atraente, visando aumentar a audiência. Contudo, de acordo com o autor, quando o assunto em pauta é a política, esse processo pode acabar não alcançando os efeitos desejados:

As narrativas simplificam a complexidade de um mundo em constante transformação, projetam pessoas em detrimento de organizações coletivas, privilegiam emoções no lugar dos fatos, obscurecem o papel das instituições e caracterizam as disputas como meros jogos motivados por interesses pessoais. Desta forma, a mídia dá vida a um tipo específico de política, que precisa ser apontado, do ponto de vista teórico, e continuamente apurado pela pesquisa empírica.

Segundo Tuchman (1999 apud Rothberg, 2005, p. 27), os jornalistas chegam até mesmo a utilizar algumas formas de enquadramento como “equipamento profissional”, ou seja, como “mecanismos que eles podem aplicar para transformar os acontecimentos que encontram no seu produto profissional — relatos de acontecimentos ou *news stories*”.

Quando o assunto em foco é a política, alguns estudos demonstram que os temas referentes à esta área são caracterizados por uma disputa simbólica sobre qual interpretação irá prevalecer durante o processo de enquadramento. Na avaliação de Gamson e Modigliani (1987 apud Porto, 2002, p. 6), todo tema político possui uma cultura, ou seja, um discurso que se altera com o tempo e que apresenta interpretações e significados sobre os fatos relevantes.

Carragee e Roefs (2004 apud Soares, 2006, p. 454) compartilham da mesma opinião dos autores. Segundo eles, os enquadramentos não possuem um caráter estático e imutável, desenvolvendo-se com o tempo, à medida que os jornalistas redefinem os assuntos de maior

relevância e as elites reestruturaram suas definições a respeito dos temas, em decorrência de alterações no cenário político.

De acordo com Gamson e Modigliani (1987 apud Porto, 2002, p. 6), na maioria destes temas, existem “pacotes interpretativos” que competem entre si. “No centro de cada pacote está o enquadramento, definido como ‘uma idéia central organizadora’ que atribui significados específicos aos eventos, tecendo uma conexão entre eles e definindo o caráter das controvérsias políticas”.

Gamson e Modigliani (1989 apud Porto, 2001, p.12) explicam que, ao produzir uma notícia, os jornalistas se baseiam em discursos presentes na esfera pública, mas também contribuem com seus próprios enquadramentos, dando forma aos “pacotes interpretativos” que fazem parte de qualquer cultura.

Essa “interpretação” dada pelos jornalistas ao fato político é definida por alguns autores como essencial para o processo de veiculação das mensagens. Graber (1994 apud Porto, 2001, p. 30) revela que algumas “pesquisas com consumidores de meios noticiosos demonstram que a apresentação destas avaliações pelos jornalistas é importante, já que uma cobertura fatural sem interpretação não faz muito sentido para a audiência”.

2.5 Enquadramento noticioso e enquadramento interpretativo

Apesar dos diversos tipos de enquadramento que podem ser utilizados na cobertura de um fato noticioso, é necessário que se estabeleça uma distinção entre as duas principais formas de abordagem existentes para se evitar problemas na aplicação dos conceitos. Segundo Porto (2002, pp. 15-16), de maneira geral, os enquadramentos podem ser divididos em noticiosos (ou episódicos) e interpretativos (ou temáticos):

Enquadramentos noticiosos são padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos. No jargão dos jornalistas, este seria o “ângulo da notícia”, o ponto de vista adotado pelo texto noticioso que destaca certos elementos de uma realidade em detrimento de outros (...). Já os enquadramentos interpretativos operam em um nível mais específico e possuem uma independência relativa em relação aos jornalistas que os relatam. Enquadramentos interpretativos são padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento, etc... Em geral, os enquadramentos noticiosos são criados por jornalistas e os interpretativos são elaborados por atores políticos e sociais.

Porto (2001, p. 14) afirma que, no enquadramento episódico, são retratadas notícias baseadas em eventos que relatam “fatos” ou declarações de atores por meio de uma cobertura mais descritiva. “Neste tipo de cobertura, jornalistas basicamente se restringem a relatar os

últimos acontecimentos sem a utilização dos enfoques que caracterizam os demais tipos de enquadramentos”.

Além disso, de acordo com Iyengar (1994 apud Porto, 2001, p. 29), as notícias episódicas, em geral, contribuem para gerar respostas de natureza individualista na audiência, impedindo que os indivíduos percebam e estabeleçam conexões entre os problemas sociais e as ações dos líderes políticos.

Já o enquadramento temático tem sido definido, em períodos não eleitorais, como um tipo de noticiário que “situa os assuntos públicos em contextos mais gerais e abstratos, o que geralmente exige um tipo de jornalismo mais interpretativo e analítico”. (Iyengar, 1991 apud Porto, 2001, p.13)

Nelson e Willey (2001 apud Porto, 2002, p. 14) chamam a atenção para um aspecto importante no processo de distinção entre os enquadramentos noticiosos e interpretativos. Segundo os autores, apesar da dificuldade nessa separação, em razão dos enquadramentos noticiosos serem os portadores mais prováveis dos temáticos, é importante que haja uma clara distinção entre “os enquadramentos temáticos que a mídia simplesmente *relata* e aqueles que ela *impõe* a partir de hábito organizacional ou demandas de mercado”:

Enquadramentos noticiosos, como o de *conflito*, surgem a partir da necessidade de atrair audiência através da ênfase em confrontações exageradamente dramáticas (...) Enquadramentos temáticos têm uma especificidade em termos de conteúdo (ainda que não exclusivamente) e são geralmente formulados por políticos profissionais, anunciantes, porta-vozes, editorialistas, assessores, e outros atores que se preocupam em moldar a opinião pública (...) Enquadramentos temáticos são descrições de problemas e políticas sociais que influenciam o entendimento do público sobre a origem deste problemas e sobre os critérios mais importantes a partir dos quais as soluções propostas devem ser avaliadas.

Porto (2002, p. 16) considera que, apesar da necessidade de se levar em conta esses aspectos no processo de distinção entre os diversos tipos de enquadramento e, embora as normas de objetividade e imparcialidade tendam a inibir a apresentação de interpretações diretas por parte dos jornalistas, com exceção daquelas apresentadas nas colunas de opinião ou em matérias de cunho analítico, esse ponto também deve ser observado com cautela durante as análises.

Segundo o autor, de maneira sutil, os jornalistas citam com frequência outros atores para promover interpretações específicas de uma determinada realidade política. “Por esta razão, uma recomendação importante para os estudos sobre enquadramentos interpretativos é identificar as avaliações apresentadas pelas fontes que são citadas pelos jornalistas” (Porto, 2001b; Hertog e McLeod, 200; Dickerson, 2001 apud Porto, 2002, p. 16).

2.6 Outras formas de enquadramento

Com base nas pesquisas feitas, podemos definir uma grande variedade de tipos de enquadramento utilizados pelos meios de comunicação na produção das notícias. Hallin (1994 apud Porto, 2002, p. 7), por exemplo, identifica a utilização dos enquadramentos “guerra fria” e “direitos humanos” na cobertura feita pela mídia norte-americana dos conflitos da América Central. “Já na cobertura de eleições, jornalistas podem focalizar as propostas e posições dos candidatos com base em um 'enquadramento temático’” (Porto, 2001 apud Porto, 2002, p. 7).

“Mas os jornalistas podem também optar pelo ‘enquadramento corrida de cavalos’ que apresenta as eleições em termos de quem está crescendo ou caindo, focalizando o desempenho dos candidatos nas pesquisas as estratégias dos candidatos para manter a dianteira ou melhorar o desempenho nas intenções de voto dos eleitores” (Patterson, 1980, 1993; Robinson e Sheehan, 1983; Hallin, 1994 apud Porto, 2002, p. 7).

Na avaliação de Street (2001 apud Rothberg, 2005, p. 25), por meio do enquadramento denominado “corrida de cavalos”, os especialistas em opinião pública “agem como agenciadores de apostas, e o dia da eleição é o ponto de chegada. Os comentários são guiados pelas pesquisas e outras estimativas sobre as chances de sucesso dos partidos”.

Lawrence (2000 apud Porto, 2002, p. 7) chama a atenção para o fato de que, em períodos não-eleitorais, alguns pesquisadores têm identificado um enquadramento similar ao do corrida de cavalos nos textos midiáticos, quando a política passa a ser noticiada em termos estratégicos, como se fosse um jogo em que as intenções e ações dos diversos “jogadores” são ressaltadas. Porto (2001 apud Porto, 2002, p. 15) ainda destaca como tipo de enquadramento utilizado na cobertura de fatos noticiosos o "enquadramento de interesse humano", que concentra sua atenção nos indivíduos.

Um aspecto importante quando se busca a definição do tipo de enquadramento dado a uma determinada matéria refere-se à dificuldade de se determinar com clareza qual é este enquadramento em razão da ausência de métodos sistemáticos para a análise de conteúdo da mídia. “No caso específico dos enquadramentos interpretativos, um passo importante é a identificação das interpretações que são apresentadas sobre os principais eventos e temas políticos” (Porto, 2001b, cap. 5; Pan e Kosicki, 2001; Miller e Riechert, 2001 apud Porto, 2002, pp. 16-17):

O conceito de enquadramento permite entender o processo político como uma disputa

sobre qual interpretação irá prevalecer na formação, desenvolvimento e resolução de controvérsias políticas. O conceito permite ainda ressaltar como estas controvérsias se desenvolvem não através da apresentação de "fatos" ou "informação", mas sim através de interpretações que são utilizadas para avaliar estes eventos ou temas políticos.

Após a definição dessas controvérsias políticas, é importante distinguir os diferentes personagens que ajudam a compor e influenciar os processos de enquadramento utilizados pela mídia. “As fontes oficiais do governo, em especial, tendem a predominar no processo de produção das notícias” (Sigal, 1973; Hallin, 1994; Beckett, 1995 apud Porto, 2002, p. 17).

Todavia, os agentes sociais que não compartilham dessas mesmas opiniões oficiais também podem influenciar a produção de sentido gerada pela mídia (Ryan, 1991; Wolfsfeld, 1997; Pan e Kosicki, 2001 apud Porto, 2002, p.17). “Estes agentes podem facilitar o trabalho dos jornalistas ao organizar eventos que se encaixam nas suas rotinas e normas profissionais ou ao produzir materiais especialmente desenhados para subsidiar reportagens”.

Estudos feitos por Gamson, Lasch, Modigliani e Meyer propõem que a identificação do tipo de enquadramento empregado em determinada notícia deve ser feita com base na “matriz de assinatura”, que inclui a análise de metáforas, slogans e imagens presentes nos discursos dos diversos agentes (Porto, 2002, pp. 6-7).

Já alguns autores consideram que esta identificação deve ser feita com base em medidas quantitativas, levando-se em conta o tempo total dedicado a determinados temas em publicações noticiosas. (Entman, 1991; Cappella e Jamieson, 1997 apud Porto, 2002, p. 18). Outros autores avaliam que a determinação do enquadramento central não deve, necessariamente, levar em conta sua frequência (Reese, 2001; Hertog e McLeod, 2001 apud Porto, 2002, p. 18).

Alguns pesquisadores propõem, ainda, uma avaliação do conteúdo noticioso com enfoque mais próximo da análise do discurso, o que inclui a identificação de instrumentos de enquadramento baseados nas estruturas sintáticas e retóricas da mensagem (Pan e Kosicki, 1992 apud Porto, 2002, p. 18). Já Tankard (2001 apud Porto, 2002, p. 18) propõe a utilização do método da "lista de enquadramentos" nas análises, o que inclui 11 diferentes mecanismos de enquadramento para a identificação do tipo utilizado pela mídia.

Porto (2001b apud Porto, 2002, pp. 18-19) avalia que a identificação do enquadramento utilizado em uma matéria deve ser feita a partir de um enfoque integrado, que inclua tanto uma análise de conteúdo quantitativa quanto uma análise textual de cunho mais qualitativo.

D'Angelo (2002 apud Soares, 2006, pp. 452-453) propõe uma análise baseada no que ele define como “dispositivos de enquadramento”. Esses dispositivos, segundo o autor,

representam as intenções jornalísticas, valores de notícia, estruturas discursivas, conteúdos e formatos que integram as palavras e as imagens de uma notícia, de forma a construir um determinado enquadramento.

Já Porto (2002, p. 17) afirma que a análise dos enquadramentos predominantes em um processo comunicativo deve levar em conta não apenas os enquadramentos dominantes ou de grupos influentes, mas também as interpretações feitas por movimentos sociais e de oposição, inclusive aqueles não citados nas matérias. “A análise deve explicitar ainda as razões que levam ao predomínio de certos enquadramentos em detrimento de outros”.

O estudo a respeito do tipo de enquadramento predominante em determinado conteúdo noticioso pode ainda levar em conta as conseqüências dessa utilização sobre a audiência. Na avaliação de Shen e Edwards (2005 apud Soares, 2006, p. 455-456), os enquadramentos podem influenciar a forma como as pessoas percebem e compreendem um assunto, podendo até mesmo alterar suas opiniões.

Os autores explicam que as pessoas tendem a utilizar seus valores básicos para se posicionarem politicamente. Por essa razão, segundo eles, em geral, “políticos e meios de comunicação tendem a enquadrar os assuntos em torno de certos valores compartilhados, tais como liberdade, igualdade, individualismo econômico, humanitarismo, democracia, capitalismo e humanitarismo” entre outros, os quais passam a ocupar um papel decisivo na interpretação e no julgamento de informações por parte do público.

3. OBJETIVOS

A pesquisa teve como objetivo avaliar se ações da administração de Tuga Angerami, prefeito de Bauru (SP) na gestão 2004-2008, incluindo-se as autarquias e empresas municipais, foram enquadradas de forma a atender os princípios éticos de pluralidade e equilíbrio do jornalismo em matérias publicadas pelo Jornal da Cidade de Bauru e pelo Jornal Bom Dia Bauru em agosto e setembro de 2007. A avaliação levou em conta critérios relacionados à seleção, à ênfase e à exclusão de informações sobre os fatos apurados, em uma análise de enquadramento.

4. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada a partir de um estudo de enquadramento das matérias informativas das editorias geral e de política dos veículos Jornal da Cidade de Bauru e Jornal Bom Dia Bauru publicadas nos meses de agosto e setembro de 2007 sobre a administração de Tuga Angerami, prefeito de Bauru (SP) na gestão 2004-2008.

Foram selecionadas todas as matérias publicadas por esses veículos no período escolhido referentes às ações da prefeitura e de autarquias e empresas municipais: Departamento de Água e Esgoto (DAE), Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru (Emdurb) e Companhia Habitacional de Bauru (Cohab), somando 84 textos (51 do Jornal da Cidade de Bauru e 33 do Jornal Bom Dia Bauru).

As matérias foram analisadas de maneira a serem identificados os critérios de *seleção*, *ênfase* e *exclusão* de informações pertinentes aos fatos apurados.

A *seleção* refere-se aos principais trechos que compõem a estrutura da matéria jornalística e que são essenciais para o entendimento do assunto por parte do público.

A *ênfase* diz respeito àqueles fatos ou declarações que são, de alguma forma, salientados pelo veículo de comunicação, obtendo mais destaque na cobertura noticiosa.

A *exclusão* refere-se aos acontecimentos ou pontos de vista que foram omitidos pelo veículo, mesmo apresentando relevada importância dentro do contexto noticioso.

A cada texto, foi atribuída, com base na seleção, ênfase e exclusão de informações, as classificações *favorável*, *neutra* e *desfavorável*.

A classificação *favorável* caracterizou aquelas matérias que abordaram as ações da prefeitura sem que houvesse um contraponto de fontes pertinentes ao fato noticiado.

A classificação *desfavorável* referiu-se às matérias que apresentaram críticas à Administração do prefeito Tuga Angerami sem que houvesse oportunidade para que a prefeitura pudesse responder a cada crítica.

Já a classificação *neutra* relacionou-se às matérias que apresentaram um equilíbrio entre os pontos de vista divergentes que compõem o texto jornalístico (prefeitura *versus* demais fontes).

Esta análise de enquadramento procurou identificar se os princípios éticos da pluralidade e do equilíbrio na abordagem dos fatos foram observados.

As matérias analisadas são apresentadas como notas de fim na íntegra na seção de anexos, em CD-Rom apresentado com a monografia.

5. RESULTADOS

A seguir, são apresentadas 51 fichas de análise das matérias do Jornal da Cidade de Bauru (referidas pela letra “A”, item 5.1) e 33 fichas de análise das matérias do Bom Dia Bauru (referidas pela letra “B”, item 5.2), selecionadas de acordo com os propósitos da pesquisa e consideradas de acordo com a metodologia da teoria do enquadramento.

5.1 - Matérias do Jornal da Cidade de Bauru

Ficha de análise: A1

Título: “Tuga quer priorizar garantia de área para o novo Fórum”¹

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 01/08/2007

Descrição: A matéria caracteriza as ações da prefeitura pela implementação de uma nova sede para o Fórum de Bauru.

Enquadramento:

a) seleção - A matéria apresenta depoimentos, em citações diretas e indiretas, dos principais atores do cenário em questão (prefeito Tuga Angerami e deputado estadual Pedro Tobias), de maneira que eles figuram em posições opostas. “(...) o prefeito Tuga Angerami comentou ontem que vai priorizar a obtenção de local para, depois, discutir outras exigências como a contrapartida financeira”, afirma o texto. “Ter a área disponível (...) não resolve tudo”, critica Tobias: “(...) uma das questões mais importantes é garantir que a prefeitura participe com 20% do custo”.

b) ênfase - As ações da prefeitura pela implementação de uma nova sede para o Fórum de Bauru são retratadas como insuficientes ou equivocadas, segundo o texto.

c) exclusão - A matéria não esclarece a posição da prefeitura em relação à crítica específica feita por Pedro Tobias.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()

- Matéria neutra ()

- Matéria desfavorável à prefeitura (X)

Ficha de análise: A2

Título: “Prefeitura paga terceira parcela do acordo da dívida com Funprev”²

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 01/08/2007

Descrição: A matéria aborda o cumprimento do acordo de parcelamento firmado entre a prefeitura e a Funprev e a atual situação financeira do órgão previdenciário.

Enquadramento:

a) seleção - A matéria descreve uma situação que teve início em “administrações anteriores”.

“Além do cumprimento do acordo de parcelamento, desde janeiro de 2005 a atual administração vem repassando os recolhimentos mensais à Funprev”, traz o texto. Contudo, os repasses e o aumento da alíquota da cota patronal de 14,5% para 22% do gasto com folha “(...) não estão sendo suficientes para cobrir o aumento de despesas, representado sobretudo pela transferência do pagamento de pensões e aposentadorias de cerca de 1.300 inativos”.

b) ênfase – A matéria destaca que a receita da Funprev passou a apresentar déficit a partir de maio, com a transferência do pagamento de pensões e aposentadorias da prefeitura para o órgão devido a uma alteração na legislação federal que “(...) levou à despesa para a fundação, mas sem a contrapartida de fluxo financeiro inicial”.

c) exclusão – O texto não esclarece as posições da prefeitura e da Funprev em relação ao pagamento do acordo de parcelamento e às causas apontadas para o déficit da receita previdenciária.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A3

Título: “Vereador discute ‘dobra’ de professores municipais”³

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 03/08/2007

Descrição: A matéria aborda uma reunião entre a prefeitura e o vereador Paulo Eduardo Martins Neto, onde foi discutida a questão da contratação de mais professores e do pagamento das dobras de turnos aos profissionais que já atuam na rede municipal de ensino.

Enquadramento:

a) seleção - A matéria traz as posições do vereador Paulo Eduardo Martins Neto e das assessorias de imprensa da prefeitura e do Legislativo sobre a atual situação dos professores municipais. A falta de profissionais e a criação de novas EMEFs teriam, segundo a assessoria da Câmara, levado a “(...) uma sobrecarga de horas aulas na rede municipal (...)” e feito com que os professores tivessem que dobrar horários “(...) para suprir as vagas de docentes nas salas de aula, sem receber os vencimentos devidos (...)”.

b) ênfase - O texto destaca a posição do parlamentar, que critica o não pagamento das dobras aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos, definindo a situação como “(...) duplo contrato, o que daria aos professores o direito de receber os vencimentos correspondentes ao outro cargo”.

c) exclusão - A matéria revela que a Administração anunciou a abertura de concurso para admissão de professores. Contudo, o texto não informa, com clareza, a posição da prefeitura em relação ao pagamento das dobras.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura (X)

Ficha de análise: A4

Título: “Tuga e Clemente discutem licença”⁴

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 03/08/2007

Descrição: A matéria informa sobre uma reunião realizada entre a prefeitura, o DAE e a Cetesb, com vistas à obtenção da licença de instalação da Estação de Tratamento de Esgoto do Núcleo Gasparini.

Enquadramento:

a) seleção - A matéria traz alguns detalhes da reunião, por meio de citações diretas e indiretas do presidente do DAE, Clemente Rezende, e afirma que o órgão já recebeu da Cetesb a licença ambiental prévia da ETE, que o processo licitatório para a construção da estação foi concluído e que o contrato com a empresa vencedora já foi assinado. “No entanto, o DAE precisa, obrigatoriamente, da licença de instalação, pedido atualmente em tramitação na Cetesb”, diz o texto.

b) ênfase - A matéria vincula a obtenção da licença de instalação da ETE e o início das obras no local ao fornecimento de algumas informações adicionais à Cetesb como o número de habitantes e a vazão dos córregos onde será despejado o esgoto tratado.

c) exclusão - A matéria não traz maiores detalhes em relação às “informações adicionais” dadas pelo município à Cetesb e também não menciona quais seriam os outros requisitos necessários para a liberação da licença de instalação da ETE.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()

- Matéria neutra (X)

- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A5

Título: “Pagamento opõe Funprev e Sinserm”⁵

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 04/08/2007

Descrição: A matéria expõe uma solicitação do Sinserm para que a Funprev, que recentemente assumiu a folha dos aposentados e pensionistas da prefeitura, passe a efetuar o pagamento da categoria na mesma data em que é efetuado o pagamento aos servidores ativos do município.

Enquadramento:

a) seleção - A matéria apresenta depoimentos, em citações diretas e indiretas, de representantes dos três órgãos envolvidos na questão (prefeitura, Funprev e Sinserm). Enquanto a prefeitura antecipa o pagamento dos servidores ativos, a Funprev aguarda o repasse do município para efetuar o depósito no 1º dia útil de cada mês, limite estabelecido por Lei. “Qual a razão dessa discriminação?”, questiona o Sinserm. “(...) eles têm direito, por serem estatutários, à isonomia e a todos os direitos garantidos aos da ativa”. “(...) o presidente da Funprev, Gilson Gimenes, explicou que não houve qualquer “surpresa” legal para os aposentados e pensionistas”, afirma o texto. Já a prefeitura informa que “(...) não há no momento nenhuma discussão em andamento visando modificações neste procedimento”.

b) ênfase – A matéria salienta as críticas feitas pelo Sinserm à prefeitura. “Se o prefeito está tomando essa atitude política de adiantar os ativos, deveria proceder da mesma forma para os

inativos”, diz o Sinserm. “O que está ocorrendo é falta de planejamento e uma questão absurda de discriminação e modificação de uma relação jurídica que já existia antes”.

c) exclusão - A matéria não esclarece a posição da prefeitura em relação às solicitações feitas pelo Sinserm e nem traz nenhuma proposta do Executivo visando a resolução dessa questão.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura (X)

Ficha de análise: A6

Título: “Cresce interesse de empresas por Bauru”⁶

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 04/08/2007

Descrição: A matéria revela um aumento de 50%, em relação aos anos de 2005 e 2006, no número de empresas interessadas em se instalar em Bauru, de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município, e aponta algumas possíveis causas para esse crescimento.

Enquadramento:

a) seleção – O texto é baseado, quase que exclusivamente, em informações dadas pelo secretário de Desenvolvimento Econômico de Bauru, Wallace Sampaio. “(...) o interesse de novas empresas em sondar o município para expandir seus negócios tem aumentado substancialmente no último semestre”, afirma o texto. Entre os fatores apontados pelo secretário, estão “(...) a localização geográfica e a mão-de-obra qualificada disponível (...)”, além da recuperação do crédito da cidade, do novo aeroporto, do tratamento de esgoto e da oferta de incentivos fiscais. Contudo, “Até agora, nenhum investidor bateu o martelo”, informa o texto.

b) ênfase – A matéria destaca algumas ações que a prefeitura vem realizando para melhorar o que antes era uma “(...) imagem extremamente negativa em razão do cenário político”. Para Sampaio, atualmente, “(...) a conjuntura política está mais harmoniosa” em Bauru.

c) exclusão – O texto não faz menção a nenhuma pesquisa ou dado técnico que justifique o aumento de 50% no número de investidores interessados em Bauru e o crescimento do turismo de negócios no município.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A7

Título: “Tobias pede autocrítica de poderes”⁷

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 07/08/2007

Descrição: A matéria traz algumas críticas feitas pelo deputado estadual Pedro Tobias aos Poderes Executivo e Legislativo de Bauru durante sessão solene comemorativa aos 111 anos

do município.

Enquadramento:

a) seleção – O texto apresenta críticas, em citações diretas e indiretas, do deputado estadual Pedro Tobias à Administração e à Câmara Municipal. “Ele ponderou que as dificuldades estruturais e financeiras enfrentadas pela cidade têm relação com decisões negativas do passado e de falta de ação no presente”, traz o texto.

b) ênfase – Projetos de Lei criados pelo executivo e aprovados pelo Legislativo no passado (lotes urbanizados, financiamento do viaduto inacabado e passagem dos funcionários de celetistas para estatutários sem previdência complementar) são apontados pelo deputado estadual como causadores de prejuízos e geradores de dívidas até hoje.

c) exclusão - A matéria não esclarece as posições da prefeitura e da Câmara em relação às críticas feitas pelo deputado Pedro Tobias.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()

- Matéria neutra ()

- Matéria desfavorável à prefeitura (X)

Ficha de análise: A8

Título: “Tuga manda ofício e Purini fala de acertos”⁸

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 07/08/2007

Descrição: A matéria descreve os avanços obtidos por Bauru nesses 111 anos e os desafios que ainda precisam ser enfrentados na opinião do prefeito Tuga Angerami e do vice-prefeito Renato Purini.

Enquadramento:

a) seleção - A matéria apresenta citações onde Tuga destaca, através de ofício, as conquistas da sua Administração e as metas a serem cumpridas. “Ele elencou como avanços as negociações de dívidas como as com a CPFL, a Fundação de Previdência, os encargos sociais da Emdurb e a quitação de restos a pagar do governo anterior”, traz o texto. As prioridades apontadas pelo prefeito incluem “desafios em saúde, educação, pavimentação e iluminação pública”. A fala de Tuga é ratificada por Renato Purini.

b) ênfase – A opção do atual Executivo por “(...) acertar as contas para permitir o retorno dos investimentos depois” é salientada por Purini, que acredita que “(...) a recuperação da confiança e das finanças já vale uma administração (...)”.

c) exclusão - A matéria não traz informações detalhadas a respeito das alternativas que a prefeitura deve buscar, juntamente com o Legislativo, para solucionar os problemas enfrentados pela cidade.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)

- Matéria neutra ()

- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A9

Título: “Reunião em S. Paulo discute aeroporto”⁹

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 07/08/2007

Descrição: A matéria informa sobre uma reunião entre líderes do Executivo e Legislativo da região, parlamentares e membros da Secretaria dos Transportes e do Daesp para tratar da transformação do aeroporto Moussa Tobias em terminal de cargas.

Enquadramento:

a) seleção - A matéria informa sobre os municípios e parlamentares chamados para participar da reunião em São Paulo. “O presidente da Câmara de Bauru, Paulo Madureira (PP), e o prefeito Tuga Angerami já convidaram os líderes dos Legislativos e do Executivo de 40 municípios da região para engrossarem a comitiva de autoridades”, afirma o texto. “O encontro também contará com a presença dos deputados Pedro Tobias (PSDB) e José Paulo Tóffano (PV)”.

b) ênfase - A liberação da homologação do processo que transforma o aeroporto em terminal de cargas está condicionada à aprovação da Anvisa, segundo o texto. Órgãos como a Polícia Federal, a Receita Federal e o Ministério da Agricultura já se manifestaram favoravelmente ao pedido.

c) exclusão - A matéria não esclarece quais são os itens da pauta da reunião entre representantes políticos da região e o titular da Secretaria de Estado dos Transportes, Mauro Arce.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()

- Matéria neutra (X)

- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A 10

Título: “Câmara cobra ousadia do Executivo”¹⁰

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 07/08/2007

Descrição: A matéria aborda discurso feito pela vereadora Majô Jandreice na sessão solene em comemoração aos 111 anos de Bauru.

Enquadramento:

a) seleção - A matéria apresenta depoimentos, em citações diretas e indiretas, onde a parlamentar cobra ousadia do Executivo na solução de problemas como a falta de infraestrutura nos bairros, a baixa geração de emprego e renda e a falta de um planejamento ambiental. “(...) é necessário firmeza para vencer as adversidades e ousadia para empreender com passos firmes em direção ao futuro”, diz a vereadora. Jandreice cobra ainda uma maior integração entre a Câmara e a prefeitura, afirmando que “(...) é preciso ir além da manutenção da harmonia entre os poderes”.

b) ênfase - As ações da prefeitura visando a retomada da capacidade de investimentos da cidade e o saneamento das finanças públicas são retratadas como insuficientes para a resolução dos principais problemas enfrentados pelo município.

c) exclusão - A matéria não esclarece a posição da prefeitura em relação às cobranças feitas pela vereadora Majô Jandreice.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura (X)

Ficha de análise: A 11

Título: “Estado pede demanda do aeroporto” ¹¹

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 09/08/2007

Descrição: A matéria descreve o pedido, por parte da Secretaria Estadual de Transportes, de estudo de demanda de carga na área abrangida pelo aeroporto Moussa Tobias para que o levantamento seja incluído no Plano Aeroportuário analisado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), visando a homologação de novos terminais de carga.

Enquadramento:

a) seleção - A matéria contempla depoimentos do secretário de Estado de Transportes, Mauro Arce; de prefeitos da região; de representantes do Legislativo e de deputados presentes à reunião ocorrida em São Paulo. “O principal ponto é demanda”, afirma Arce. “(...) queremos mostrar que o equipamento da região é uma ótima alternativa”, destaca Angerami. Na opinião de Pedro Tobias, o pedido de estudo de demanda regional “(...) leva em conta potencial econômico das regiões para o planejamento e a decisão quanto aos investimentos”.

b) ênfase - As vantagens de logística e o baixo custo de implantação do projeto no aeroporto de Bauru são explorados pela matéria como pontos positivos do município em relação à cidade de Ribeirão Preto na disputa pela instalação de um terminal de cargas. “Angerami lembrou, com o apoio dos demais prefeitos e vereadores da região, que as dificuldades na implantação de terminal de cargas em Ribeirão Preto - como desapropriação de mais de 1.800 famílias e custo total de R\$ 230 milhões - não podem ser ignorados (...)”, afirma o texto.

c) exclusão - A matéria não traz esclarecimentos detalhados a respeito dos fatores que estariam comprometendo a instalação de um terminal de cargas no aeroporto de Ribeirão Preto. Segundo a matéria, um documento “(...) que aponta restrições operacionais e ambientais para o terminal” será submetido à audiência pública.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A 12

Título: “Conferência definirá políticas públicas” ¹²

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 12/08/2007

Descrição: A matéria aborda a realização da 3ª edição da Conferência da Cidade de Bauru, evento que discute as políticas públicas a serem implementadas no município.

Enquadramento:

a) seleção - A matéria apresenta depoimentos da arquiteta Maria Helena Rigitano, integrante da Comissão Preparatória da Conferência da Cidade. Segundo o texto, um dos principais temas em pauta no evento, que será discutido pela 1ª mesa de debates, refere-se à integração de políticas públicas de habitação, mobilidade e saneamento básico na cidade. “(...) as diretrizes gerais desses três temas já constam na proposta do Plano Diretor (PD) de Bauru, que tramita há 11 meses para discussão e aprovação da Câmara Municipal”, afirma a arquiteta. Rigitano revela que o evento vai debater ainda “(...) a proposta de criação do Conselho Municipal da Habitação e do Fundo Municipal da Habitação”.

b) ênfase - A matéria afirma que “(...) as políticas para o setor de habitação, mobilidade pela cidade e saneamento necessitam de instrumentos de gerenciamento e recursos para se investir” e destaca a urgência da criação do Fundo de Habitação em Bauru para que a cidade possa receber verbas do governo federal, através do Fundo Nacional de Habitação.

c) exclusão - O texto não traz informações a respeito das outras quatro mesas de debate, que têm como tema, “O controle social nas intervenções locais”; “Fatores de desenvolvimento com geração de trabalho e renda”; “A capacidade administrativa e de planejamento e estrutura institucional” e “Receitas municipais e ampliação de receitas próprias”.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()
- Matéria neutra (X)
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A 13

Título: “DAE inicia campanha sobre esgoto”¹³

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 12/08/2007

Descrição: A matéria retrata o início da transmissão de uma série de propagandas institucionais que serão veiculadas pelo DAE nas televisões, rádios e jornais de Bauru até junho de 2008.

Enquadramento:

a) seleção - A matéria apresenta posições divergentes com relação às propagandas institucionais. A agência de publicidade vencedora da licitação, que receberá R\$ 300 mil até o final do contrato para veicular as peças publicitárias, “(...) defende que as propagandas são uma forma de prestar contas à população sobre o Fundo de Tratamento de Esgoto (FTE), cobrado desde junho de 2006”, segundo o texto. Contudo, de acordo com o texto a abertura da licitação “(...) foi bastante criticada, na época, por parlamentares, que viram na medida uma forma do presidente da autarquia se autopromover”.

b) ênfase - O fato do presidente do DAE, José Clemente Rezende, ser pré-candidato a prefeito de Bauru pelo DEM é destacado na matéria. Além disso, o texto informa que, segundo o diretor da empresa de publicidade, Lupércio Zampieri, a Empório de Comunicação venceu a licitação feita pelo DAE “(...) por suas 'qualificações técnicas”.

c) exclusão - A matéria não traz a posição do DAE a respeito do início da transmissão das peças publicitárias.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura (X)

Ficha de análise: A 14

Título: “Publicidades do DAE esquentam sessão”¹⁴

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 14/08/2007

Descrição: A matéria retrata as críticas feitas pelo Legislativo bauruense à iniciativa do DAE de realizar uma campanha institucional no valor de R\$ 300 mil para prestar contas à população de suas ações.

Enquadramento:

a) seleção - A matéria apresenta críticas de vereadores a respeito da veiculação de propagandas pelo DAE. “Para que se gastar com esse tipo de propaganda? (...)”, questionou o presidente da Câmara, Paulo Madureira. “Esse dinheiro deveria ser gasto em obras para o povo e o tratamento de esgoto, e não em propagandas. (...) Quem irá se beneficiar dessa campanha?”. O parlamentar Batata foi mais incisivo em suas críticas. “Na verdade, isso se reveste de uma campanha eleitoral e espero que o presidente da autarquia repense esse investimento”, cobrou.

b) ênfase - A necessidade de investimentos em obras para a população, aliada ao fato da campanha publicitária ter sido solicitada por uma autarquia, cujo presidente é pré-candidato à prefeito nas próximas eleições, são pontos salientados na matéria.

c) exclusão - A matéria não esclarece detalhadamente qual a posição do DAE em relação às críticas feitas pelos parlamentares.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()

- Matéria neutra ()

- Matéria desfavorável à prefeitura (X)

Ficha de análise: A 15

Título: “Prefeito quer garantir funeral respeitoso a camadas mais pobres”¹⁵

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 14/08/2007

Descrição: A matéria fala sobre a extinção do serviço funerário municipal, antes administrado pela Emdurb, e a abertura de licitação para que o setor privado passe a explorar os velórios municipais dos cemitérios da Saudade e do Redentor.

Enquadramento:

a) seleção - A matéria traz depoimentos do prefeito Tuga Angerami onde ele diz que “(...) não cabe à prefeitura ficar subvencionando o serviço”. De acordo com ele, devem ser criados critérios para a concessão do serviço por parte das empresas privadas “(...) para que possamos garantir um mercado operando de maneira respeitosa para com os cidadãos”.

b) ênfase - O texto destaca que “(...) apesar do serviço passar do setor público para o privado, a intenção do município é garantir o acesso ao serviço por parte de famílias com renda mais baixa”.

c) exclusão - A matéria não traz mais informações a respeito de como se dará a exploração do

sistema funerário municipal por parte do setor privado.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()
- Matéria neutra (X)
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A 16

Título: “Cancelas: MP cobra prefeitura e ALL”¹⁶

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 14/08/2007

Descrição: A matéria caracteriza um pedido de perícia nas passagens em nível existentes em Bauru, por parte do Ministério Público, para que o órgão possa ingressar com medida judicial cobrando a execução de obras de sinalização e segurança pela prefeitura e pela concessionária da malha férrea América Latina Logística (ALL).

Enquadramento:

a) seleção – A medida, segundo o texto, foi adotada após a prefeitura e a ALL contestarem liminar em que a Promotoria estabelece prazo para melhorias na sinalização e colocação de cancelas em cinco pontos da cidade. “A liminar estabelecia prazo inicial de 30 dias para o início das obras (...)”, afirma o promotor José Carlos Carneiro de Oliveira. A prefeitura diz que “(...) o documento não especifica quais são as responsabilidades de cada uma das partes - administração municipal e ALL”, segundo o texto. Contudo, “(...) a prefeitura informou que, antes da decisão liminar, havia determinado as melhorias que entende serem de sua responsabilidade”.

b) ênfase - A matéria destaca que a “ação de obrigação de fazer” é uma medida de responsabilidade solidária adotada pelo Ministério Público em razão de ambas as partes argumentarem que não são responsáveis pela colocação de cancelas no perímetro urbano.

c) exclusão - A matéria não esclarece a posição da ALL em relação à decisão judicial tomada pelo Ministério Público e nem quais são as responsabilidades de cada órgão diante da questão.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()
- Matéria neutra (X)
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A 17

Título: “Após 11 anos, DI 3 ganha rede de esgoto”¹⁷

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 14/08/2007

Descrição: A matéria fala sobre a inauguração de uma Estação Elevatória de Esgoto no Distrito Industrial 3 e sobre o andamento do processo de construção da Estação de Tratamento de Esgoto do Núcleo Gasparini.

Enquadramento:

a) seleção - A matéria apresenta depoimentos do prefeito Tuga Angerami a respeito dos

benefícios gerados pela Estação de Esgoto. “(...) diminui-se o risco de infiltrações no solo e contaminação dos lençóis freáticos (...)”, informa o texto. Segundo o prefeito, “(...) a estação elevatória, além de trazer benefícios de saneamento, pode atrair indústrias ao local”. Contudo, a matéria retrata alguns pontos de conflito. “O Distrito Industrial 3 não abriga tantas empresas como poderia”, diz o texto. “(...) um ponto que pode barrar o desenvolvimento do setor industrial no local é a falta de asfalto em algumas vias”.

b) ênfase - As ações da prefeitura visando a despoluição de todos os rios da cidade até 2013 são destacadas no texto. Contudo, o cronograma de obras pode ficar comprometido em função da não liberação de um documento, por parte da Cetesb, que autoriza o início das obras de construção da Estação de Tratamento de Esgoto do Núcleo Gasparini, segundo a matéria.

c) exclusão - Apesar de destacar o benefício que a obra trará às empresas situadas no Distrito 3, o texto não traz a posição de nenhum empresário do local a respeito da instalação da Estação de Esgoto.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()
- Matéria neutra (X)
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A 18

Título: “Tuga quer tarifa de água especial no setor público”¹⁸

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 14/08/2007

Descrição: A matéria retrata a intenção da Prefeitura de discutir com o DAE e a Câmara a respeito de uma possível redução na tarifa de água e esgoto cobrada do município. O texto fala ainda sobre a reavaliação da dívida de cerca de R\$ 50 milhões que a prefeitura mantém com o DAE.

Enquadramento:

a) seleção - A matéria enfoca a discordância do prefeito em relação aos critérios diferenciados de cobrança da tarifa de água e esgoto no município. “O prefeito Tuga Angerami considera injusto o município utilizar água e esgoto em ações que beneficiam a própria sociedade e não possuir nenhuma concessão na tarifa cobrada pelo Departamento de Água e Esgoto (DAE) de Bauru”, traz o texto. “No entanto, são reflexões que ainda serão colocadas em discussão”, informa o prefeito. A matéria retrata ainda a disposição do prefeito de colocar em dia as contas do município com o DAE, após uma reavaliação da dívida. “Acredito que o valor discutido hoje deva cair bastante após o estudo (...)”, afirma Tuga.

b) ênfase – O fato da prefeitura utilizar a água e o esgoto em ações que beneficiam a sociedade é destacado na matéria como argumento para o pagamento de uma taxa reduzida por parte do município.

c) exclusão - A matéria não esclarece as posições do DAE e do Legislativo em relação as propostas feitas pelo prefeito Tuga (redução de tarifas de água e esgoto para os poderes públicos e reavaliação de uma dívida de R\$ 50 milhões da prefeitura com o DAE, levantada pela autarquia). Além disso, o texto não esclarece as situações para as quais o município solicita o benefício da redução de tarifas.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)
- Matéria neutra ()

- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A 19

Título: “Tuga fará nova grade para professor”¹⁹

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 15/08/2007

Descrição: A matéria retrata a intenção da prefeitura de criar uma grade diferenciada de salários para professores da rede municipal de ensino.

Enquadramento:

a) seleção - A matéria fala sobre a criação de um Projeto de Lei que estabelece grade diferenciada para professores do município, não abrangendo as funções meio da pasta da educação. “(...) a assinatura do projeto depende da resolução de divergência quanto à abrangência da nova grade”, diz o texto. “O Jurídico considera que a legislação tenderia a proibir grade só para professor, mas eu não concordo com essa interpretação”, afirma o prefeito. “(...) estender a grade diferenciada a todos os profissionais cria uma distorção generalizada”.

b) ênfase – “Enquanto o prefeito discute o formato da nova grade para professores (...)”, as ações da prefeitura para a criação de uma grade específica também na área da saúde, assim como para a reformulação do estatuto do magistério são retratadas como insuficientes, de acordo com o texto, já que não apresentam avanços nas propostas.

c) exclusão - A matéria não traz mais informações a respeito do Projeto de Lei e nem esclarece os motivos que levaram a prefeitura a rever a grade da Secretaria da Educação.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()

- Matéria neutra ()

- Matéria desfavorável à prefeitura (X)

Ficha de análise: A 20

Título: “Prefeitura vai pagar R\$ 1,7 milhão para recadastrar até 70 mil imóveis”²⁰

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 15/08/2007

Descrição: A matéria fala sobre a contratação, pela prefeitura, de um serviço de cadastramento de até 70 mil imóveis pelo valor de R\$ 1,701 milhão.

Enquadramento:

a) seleção - A matéria apresenta depoimentos do prefeito Tuga Angerami, que avalia a contratação do serviço de atualização cadastral como necessária, mesmo que isso “(...) não gere aumento direto de receita de impostos (...)”, segundo o texto. Com a medida, Tuga afirma que haverá um aumento no valor correto lançado de IPTU. “(...) é serviço necessário e de custo elevado, mas para realizar justiça tributária (...)”, afirma o prefeito. Além disso, “A lei fiscal cobra do administrador a boa aplicação dos recursos e a eficiência na arrecadação”. “(...) e é isso que vamos fazer”.

b) ênfase – Na matéria, a prefeitura defende que “(...) o custo do serviço não deve ser

considerado apenas sob a expectativa de aumento de receita de impostos como o IPTU” e apresenta uma série de fatores para justificar a necessidade da atualização cadastral.

c) exclusão – O texto não apresenta estimativas da prefeitura a respeito da quantidade de imóveis que estariam em situação irregular na cidade e nem esclarece se existe algum tipo de fiscalização do município para coibir essa irregularidade.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A 21

Título: “Cancelas: prefeito quer definição de responsabilidades pelo Judiciário” ²¹

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 15/08/2007

Descrição: A matéria informa que a responsabilidade pela instalação de cancelas automáticas nas passagens em nível de Bauru vai depender de decisão do Judiciário após a suspensão da liminar que defendia uma solução compartilhada entre a prefeitura e a concessionária América Latina Logística (ALL).

Enquadramento:

a) seleção - A matéria apresenta depoimentos do prefeito Tuga Angerami, que defende a realização de perícias nos locais de maior risco para apurar se a responsabilidade pela colocação das cancelas é do município ou da ALL. “Quem pode dirimir as dúvidas e indicar as responsabilidades de cada um é somente o próprio Judiciário”, afirma.

b) ênfase - A matéria destaca a posição da prefeitura de que a responsabilidade pela medida cabe à ALL. Tuga afirma que “(...) é uma questão de lógica. Trata-se de algo que é da alçada deles porque são intervenções que precisam ser feitas diretamente na linha férrea”.

c) exclusão - A matéria não esclarece a posição da concessionária em relação à questão e às críticas feitas pela prefeitura, segundo a qual a ALL é “uma empresa que visa o lucro, e para poder exercer sua atividade e se alavancar, ela pode, em certos momentos, criar a sensação de insegurança para a população”.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A 22

Título: “Prefeitura desiste de contratar feira” ²²

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 16/08/2007

Descrição: A matéria caracteriza a desistência da prefeitura de contratar uma empresa especializada em montagens de estruturas para a realização da feira da educação e de cursos no setor neste ano.

Enquadramento:

a) seleção - A matéria revela o arquivamento da licitação para contratação do serviço após críticas motivadas pelo valor inicial de R\$ 600 mil pedido ao município pela única empresa participante do pregão. “(...) mesmo ao final do procedimento, a interessada reduziu sua proposta para R\$ 64 mil, valor que ainda assim geraria questionamentos a partir de comparativos no mercado”, diz o texto. “Apesar da prefeitura ter feito cotações com empresas locais para o serviço, nenhuma delas participou da licitação”, afirma a matéria. De acordo com o texto, a prefeitura buscou valor global para o serviço, que incluía montagem de estrutura, suporte, alimentação, decoração e registro fotográfico e de imagens da feira e jornada de educação.

b) ênfase - A matéria destaca como principal causa do cancelamento da licitação o fato do jornal ter levantado indagações a respeito do custo do serviço contratado pelo município, além de revelar pesquisas feitas pelo veículo de comunicação indicando que o preço cobrado pela empresa estava muito acima dos valores cobrados por serviços semelhantes em outras cidades.

c) exclusão - A matéria não esclarece a posição da empresa vencedora a respeito dos valores propostos para a contratação dos serviços de infra-estrutura da feira e da decisão da prefeitura de cancelar a licitação eletrônica.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura (X)

Ficha de análise: A 23

Título: “Tuga vai reformar prédio para instalação da Fatec”²³

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 18/08/2007

Descrição: A matéria caracteriza a decisão da prefeitura de promover as adequações necessárias no prédio que vai abrigar a Fatec de Bauru e a posição da Administração diante dos trabalhos da comissão responsável pelo anteprojeto do Estatuto do Magistério.

Enquadramento:

a) seleção - A matéria informa que a prefeitura vai reformar o imóvel escolhido pelo Estado para a instalação da Fatec, de acordo com o prefeito Tuga Angerami. “A contrapartida do município (...) é considerada a última pendência para que a Casa Civil do governador José Serra defina o projeto (...)”, afirma o texto. Além disso, a matéria diz que “(...) a administração não vai fazer ingerência na discussão e apresentação de propostas para o anteprojeto do estatuto do magistério e nova grade de cargos e salários para a carreira”.

b) ênfase - A opção da prefeitura de não participar dos debates sobre a escolha do local onde a Fatec será instalada é destacada pela matéria. “Vamos garantir a reforma e adequações, mas o Estado é quem vai escolher onde e quando a Fatec será instalada”, diz o prefeito. Além disso, o texto também salienta o fato de que, apesar do prefeito respeitar o trabalho da comissão formada para criar o anteprojeto do Estatuto do Magistério, a decisão final será dada pela Administração.

c) exclusão - A matéria não traz a posição do Governo do Estado sobre o prazo para a instalação da Fatec, após a decisão da prefeitura de promover as adequações necessárias no espaço escolhido para abrigar a unidade.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()
- Matéria neutra (X)
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A 24

Título: “Propostas tiradas na Conferência da Cidade vão para discussão estadual”²⁴

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 19/08/2007

Descrição: A matéria aborda as discussões que fizeram parte da 3ª Conferência da Cidade de Bauru, realizada pela Prefeitura Municipal na Instituição Toledo de Ensino.

Enquadramento:

a) seleção - A matéria apresenta depoimentos, em citações diretas e indiretas, de integrantes da Administração Municipal a respeito da Conferência que, segundo o texto, “(...) teve como objetivo adequar as ações do governo às reais necessidades da população”. “Na conferência, a cidade não é pensada só pelos técnicos, mas também pela sociedade organizada, que tem a oportunidade de fazer valer seus direitos”, afirma Sueli Lima, que atua na Secretaria do Desenvolvimento Econômico. “As alterações podem acontecer a curto, médio e longo prazos”, diz Maria Helena Rigitano, arquiteta da Seplan. “Mas, a participação e a pressão popular agilizam o processo”.

b) ênfase - A visibilidade e transparência dadas às ações do Poder Público e o incentivo à discussão igualitária entre diferentes membros da sociedade são destacados na matéria como pontos positivos da Conferência da Cidade de Bauru.

c) exclusão - A matéria não esclarece a posição dos demais participantes da Conferência da Cidade (legislativo, movimentos sociais e populares, trabalhadores, empresários, entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisas, Ongs, entre outros) a respeito das discussões realizadas.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A 25

Título: “Tuga quer sindicância para ‘caso PS’”²⁵

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 21/08/2007

Descrição: A matéria caracteriza a avaliação feita pelo prefeito Tuga Angerami com respeito às constantes reclamações envolvendo o atendimento no Pronto-Socorro Central.

Enquadramento:

a) seleção - Enquanto o prefeito afirma que “(...) a repetição de reclamações por atrasos e acúmulo no atendimento de pacientes no Pronto-Socorro Central está ligada mais a falhas de conduta profissional do que de estrutura no sistema”, segundo o texto, a vereadora Majô

Jandreice cobrou um maior entendimento entre a prefeitura e os profissionais da área da saúde. “É uma questão que deve ser resolvida pela prefeitura, a secretaria de Saúde e a categoria”, afirmou a parlamentar. “Desta forma, quem acaba sendo penalizada é a população, que sempre fica à mercê dessa disputa entre os profissionais e o Poder Público”.

b) ênfase - A matéria destaca as críticas feitas pelo prefeito Tuga ao médico plantonista, João Sérgio Carneiro, que deixou de cumprir sua escala para registrar um BO devido ao acúmulo de 24 pacientes na fila, gerado pela falta do plantonista anterior. “Atende primeiro, depois registra o que quiser, mas cumpre sua obrigação”, desabafou Tuga. “Não dá mais para ser condescendente com isso”.

c) exclusão - Apesar de se referir a “sindicância administrativa” e “relatório completo à Secretaria de Saúde”, a matéria não traz posições claras da prefeitura a respeito das medidas práticas que serão adotadas pelo município para resolver os problemas enfrentados pelo PS Central.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura (X)

Ficha de análise: A 26

Título: “Tuga vai emendar lei sobre mudança para os cemitérios”²⁶

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 21/08/2007

Descrição: A matéria trata da decisão do prefeito de incluir emenda ao projeto de lei que transfere da Emdurb para a prefeitura a obrigação de realizar serviços funerários e administrar cemitérios no Município.

Enquadramento:

a) seleção - Segundo a matéria, a “emenda visa garantir que a Secretaria do Bem-Estar Social (Sebes) mantenha serviço 24 horas para atendimento de pedidos de funerais assistenciais a partir da concessão dos serviços para iniciativa privada”. “A proposta da prefeitura é que o vencedor do direito de explorar o serviço, por licitação, por 10 anos pague a chamada concessão onerosa para a administração, uma espécie de aluguel pela entrada no setor”, informa o texto.

b) ênfase - A preocupação da prefeitura em garantir que a população de baixa renda conte com um funeral digno é destacada no texto.

c) exclusão - A matéria não apresenta dados técnicos que justifiquem a necessidade de transferir a responsabilidade sobre os funerais da Emdurb para a prefeitura, bem como de terceirizar o serviço.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()
- Matéria neutra (X)
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A 27

Título: “Para Emdurb, aterro agüenta até dezembro; lagoa está quase pronta”²⁷

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 21/08/2007

Descrição: A matéria retrata as obras que estão sendo feitas pela Emdurb visando preparar o aterro sanitário para o recebimento de uma quarta camada de lixo.

Enquadramento:

a) seleção - A matéria compara a atual situação do aterro sanitário à uma “novela” ao afirmar que, em abril, técnicos da Emdurb projetaram uma vida útil ao local de apenas três meses, previsão essa alterada agora para o mês de dezembro. Contudo, apesar do prazo maior, “a empresa ainda não solicitou à Secretaria do Estado do Meio Ambiente autorização para a construção da quarta camada do aterro”, diz o texto. De acordo com o presidente da Emdurb, Carlos Barbieri, a obra depende da impermeabilização de lagoas para contenção do chorume, adaptações que já estão sendo realizadas e concluídas. “Ele acredita que, até dezembro, sairá a autorização”, informa o texto.

b) ênfase - O fato da prefeitura ainda não ter protocolado pedido para autorização da quarta camada de lixo junto à Secretaria do Estado do Meio Ambiente e o final iminente do tempo útil do aterro são retratados, na matéria, como motivos de preocupação que requerem acompanhamento por parte do Ministério Público.

c) exclusão - O texto não traz mais informações a respeito dos demais requisitos necessários para que a autorização para instalação da quarta camada de lixo seja concedida ao município.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()

- Matéria neutra ()

- Matéria desfavorável à prefeitura (X)

Ficha de análise: A 28

Título: “Prefeitura vai manter contrato de transporte escolar até 2008”²⁸

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 22/08/2007

Descrição: O texto caracteriza a decisão da prefeitura de continuar mantendo, até meados de 2008, o contrato para transporte escolar assumido no governo anterior, que toma como base de pagamento a quantidade fixa de quilômetros rodados.

Enquadramento:

a) seleção – De acordo com a matéria, a prefeitura tomou a decisão de manter o pagamento por um contrato fechado, que foi questionado até mesmo pela opinião pública, porque, segundo o prefeito, “não há condições jurídicas para que a prefeitura realize, neste momento, nova licitação para o transporte escolar sem correr o risco de responder por lucro cessante ou ver novamente fracassada a concorrência que havia sido suspensa pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ)”. As dúvidas quanto à legalidade do contrato anterior levaram a prefeitura a transferir a gestão dos serviços de transporte da Educação para a Emdurb, segundo o texto. “A modelagem no sistema realizada pela prefeitura apontou possibilidade de redução no número de quilômetros rodados, com redimensionamento das linhas”.

b) ênfase - A legalidade do contrato em vigência e a possibilidade de redução de custos a partir do redimensionamento das linhas de ônibus são destacados na matéria como pontos a serem analisados com atenção pelo município na decisão envolvendo o transporte de alunos.

c) exclusão - A matéria não apresenta informações detalhadas a respeito de outras medidas que a prefeitura poderia adotar para resolver a questão do transporte de alunos das redes municipal e estadual, como redução dos custos operacionais.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura (X)

Ficha de análise: A 29

Título: “Comar oferece aeroporto à prefeitura”²⁹

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 24/08/2007

Descrição: A matéria aborda uma proposta de convênio feita pelo quarto Comando Aéreo Regional (Comar) da Aeronáutica à prefeitura para que o município passe a operar o aeroporto central de Bauru.

Enquadramento:

a) seleção - Diante da proposta feita pelo Comar, o prefeito Tuga Angerami salientou que não “há interesse da administração em assumir esta tarefa”, segundo o texto. Contudo, a prefeitura solicitou informações ao órgão antes de se manifestar sobre o convênio e espera uma resposta. De acordo com a matéria, a proposta enviada à prefeitura informa que o Comar “(...) está realizando gestões no intuito de firmar convênio para administração, operação, manutenção e exploração do aeródromo público de Bauru, uma vez que o governo federal, em parceria com o Estado, construiu o novo aeroporto regional de Bauru-Arealva, cuja administração fica a cargo do Daesp”.

b) ênfase - Apesar de dizer que “(...) não conta com estrutura nem histórico de atuação no segmento (...)”, a opção da prefeitura pela assinatura ou não do convênio vai depender, segundo o texto, do envio de informações a respeito da área do aeródromo, dos preços que poderão ser cobrados pelo município relativos à utilização de espaços no local e dos recursos destinados para a operação do aeródromo.

c) exclusão - A matéria não apresenta informações detalhadas a respeito do conteúdo da minuta de convênio encaminhada à prefeitura para a gestão do aeródromo.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()
- Matéria neutra (X)
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A 30

Título: “Funeral na Emdurb é dobro do mercado”³⁰

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 25/08/2007

Descrição: A matéria faz um comparativo entre o valor do serviço de funeral assistencial cobrado pela prefeitura e o valor cobrado pelas empresas funerárias de Bauru. Além disso, o texto aborda a questão da terceirização do setor motivada pelo déficit enfrentado pela

Emdurb.

Enquadramento:

a) seleção - Uma pesquisa feita pelo jornal indicou que “(...) o setor privado oferece preços que chegam a ser 100% menores que o cobrado pela Emdurb por um funeral assistencial”. De acordo com a matéria, por esta razão “(...) é que a estrutura pública neste segmento só conseguiu, entre agosto de 2006 e julho deste ano, participar com 2,1% dos sepultamentos particulares em Bauru”. “Quem teve condições de pagar e pesquisou percebeu que é muito mais barato ir a uma empresa funerária”. A Emdurb reconhece “(...) que os custos do funeral assistencial não são convidativos”, segundo o texto. Já o Sinserm “(...) critica a medida e a classifica dentro de um rol de ações que integram o pacote de 'desmonte do serviço público pelo atual governo”.

b) ênfase - A matéria considera o valor do funeral cobrado pela Emdurb “superfaturado” e classifica a medida como uma “prática de cobrança abusiva”, destacando as desvantagens apresentadas pelo setor público em comparação com o setor privado.

c) exclusão - A matéria não esclarece a posição da Emdurb em relação à elevada diferença de preços existente entre o serviço cobrado pelo município e o serviço oferecido pelo setor privado.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()

- Matéria neutra ()

- Matéria desfavorável à prefeitura (X)

Ficha de análise: A 31

Título: “Justiça manda Prefeitura pagar R\$ 3 milhões pelo Sambódromo”³¹

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 30/08/2007

Descrição: A matéria revela a existência de uma sentença judicial de cobrança de cerca de R\$ 3 milhões contra a prefeitura, referente à desapropriação de uma área da Cohab para a construção do sambódromo de Bauru.

Enquadramento:

a) seleção - Segundo a matéria, a “medida judicial tramitou por vários anos sem que a prefeitura – maior acionista da companhia – buscasse composição para evitar a execução da dívida por precatório”. “Sem a composição, o Judiciário confirmou a sentença e expediu precatório”. Tuga Angerami lamentou o que chamou de “mais um esqueleto” que caiu do armário e atribuiu a dívida à má gestão de governos passados. “A população precisa ter consciência do sacrifício imposto à cidade por erros do passado com várias dívidas realizadas e não pagas”, disse o prefeito. “Isso tem um custo político elevado, mas tem de pagar o que os outros não pagaram”.

b) ênfase - Apesar de atribuir a dívida a gestões passadas, a matéria afirma que o atual governo não buscou um acordo com a Cohab visando evitar a cobrança judicial através de precatório. O texto aponta ainda a situação de subaproveitamento do espaço do sambódromo e a falta de manutenção no local.

c) exclusão - A matéria não esclarece os motivos que levaram a prefeitura a não buscar acordo com a Cohab para evitar a inscrição da dívida da área do sambódromo como precatório. O texto não apresenta a posição da Cohab em relação à questão. A prefeitura não comenta a

suposta situação de subaproveitamento do espaço do sambódromo e a alegada falta de manutenção no local.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura (X)

Ficha de análise: A 32

Título: “Vazia, CEI leva denúncia ao arquivo”³²

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 30/08/2007

Descrição: O texto caracteriza o arquivamento do relatório final da Comissão Especial de Inquérito (CEI) instaurada pela Câmara para investigar denúncias de irregularidade na fiscalização do serviço de transporte escolar do município.

Enquadramento:

a) seleção - A matéria considera que o arquivamento do relatório da CEI teve “um desfecho já esperado”. “(...) após mais de quatro meses de atividades (...) os vereadores integrantes da comissão (...) encerraram as investigações sem ouvir os envolvidos no caso”, diz o texto. “Alegando ausência de irregularidades e existência de provas documentais da fiscalização dos serviços pela administração Tuga Angerami (...) o documento atribuiu a ausência de procedimentos de controle à administração Nilson Costa” e “(...) sugeriu melhorias na sistemática de controle de documentos municipais”. “Tivemos sim todo o tipo de controle do transporte dos alunos”, afirma o ex-prefeito Nilson Costa.

b) ênfase - A matéria questiona a decisão da CEI de arquivar o relatório sem ouvir o depoimento dos envolvidos no caso e destaca que a melhoria da fiscalização do serviço de transporte escolar só ocorreu após as denúncias de irregularidades feitas pelo jornal.

c) exclusão - A matéria não esclarece a posição da prefeitura em relação ao relatório final da CEI e às críticas contidas na matéria.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura (X)

Ficha de análise: A 33

Título: “Cohab quer reduzir dívida do precatório”³³

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 01/09/2007

Descrição: A matéria descreve uma proposta apresentada pela Cohab que busca compensar uma dívida de R\$ 210 mil relativa ao IPTU dos Lotes Urbanizados, que não está sendo paga pelo órgão ao município, dos R\$ 3 milhões devidos pela prefeitura à companhia devido à desapropriação da área do sambódromo.

Enquadramento:

a) seleção - De acordo com a matéria, a proposta da Cohab visa “(...) reduzir o valor a ser retirado das receitas municipais para quitar o precatório”. O acerto de créditos “(...) entre prefeitura e Cohab dependerá de projeto de lei do Executivo com pedido de autorização à Câmara Municipal de Bauru para a operação”, afirma o presidente da Cohab, Édison Bastos Gasparini Júnior, no texto. “Vamos propor a lei autorizativa para resolver essa questão”.

b) ênfase - O texto destaca a tentativa de acordo, por parte da Cohab, para resolução de pendências financeiras da companhia com a prefeitura e o não pagamento do valor referente à desapropriação da área do sambódromo pelo “ex-prefeito (e os sucessores)”.

c) exclusão - O texto não esclarece a posição da prefeitura em relação ao projeto de lei supostamente necessário para o acordo entre o município e a Cohab.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()

- Matéria neutra ()

- Matéria desfavorável à prefeitura (X)

Ficha de análise: A 34

Título: “Câmara aprova asfalto para quem pagar”³⁴

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 04/09/2007

Descrição: O texto retrata a aprovação de um Projeto de Lei do Executivo que permite a contratação de empresas, com pagamento feito diretamente pela população, para a execução de serviços de asfalto, recape e guias e sarjetas, mediante contrato assinado por, pelo menos, 75% dos moradores de uma mesma localidade.

Enquadramento:

a) seleção – Segundo a matéria, através do projeto, chamado de “Plano Comunitário de Melhorias”, “(...) os moradores podem se mobilizar, contatar uma empresa habilitada e com cadastro prévio na prefeitura, e colher assinatura de pelo menos 75% dos vizinhos para assinar o contrato para ter o reivindicado asfalto”. “Os que não aderirem, chamados na lei de discordes, também vão ter de pagar. Mas estes quem vai cobrar é a prefeitura, que vai licitar a obra junto a uma empreiteira e repassar o valor, depois, ao contribuinte”. A prefeitura ficará responsável por fiscalizar o serviço prestado à população, de acordo com o texto.

b) ênfase - O Projeto de Lei é retratado, segundo a matéria, como uma tentativa da prefeitura de oferecer à população um benefício que deveria ser de sua responsabilidade, mas que não é feito devido à falta de recursos e de infra-estrutura técnica.

c) exclusão - A matéria não informa a posição da prefeitura em relação às críticas contidas no texto.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()

- Matéria neutra ()

- Matéria desfavorável à prefeitura (X)

Ficha de análise: A 35

Título: “Em visita a lagoas de chorume, Tuga estima que aterro terá mais quatro anos”³⁵

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 06/09/2007

Descrição: A matéria retrata visita do prefeito Tuga Angerami ao aterro sanitário para vistoria das obras de construção de duas novas lagoas de chorume no local.

Enquadramento:

a) seleção - “Com a implantação das novas lagoas, a Emdurb irá protocolar (...) solicitação junto à Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) para instalação da quarta camada do aterro sanitário”. Segundo o texto, “(...) também foram construídos cerca de 550 metros de rede de drenagem e realizados levantamento topográfico planialtimétrico e fotos aéreas, exigências da Cetesb para liberação da nova camada”. Segundo a matéria, na avaliação do prefeito Tuga Angerami, “a quarta camada terá uma vida útil estimada em pelo menos quatro anos”.

b) ênfase - A realização das obras necessárias para a liberação, por parte da Cetesb, da instalação da quarta camada do aterro sanitário são destacadas na matéria.

c) exclusão - A matéria não informa a vida útil estimada do aterro sanitário para o recebimento de lixo.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()

- Matéria neutra (X)

- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A 36

Título: “Prefeitura paga R\$ 510 mil por computadores de grande porte”³⁶

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 07/09/2007

Descrição: O texto caracteriza a realização de pregão para compra de um sistema de computadores, no valor total de R\$ 510 mil, que dará suporte ao processo de informatização da Administração Municipal.

Enquadramento:

a) seleção - De acordo com a matéria, na opinião do secretário Municipal de Finanças e gestor do programa de informática, Edmundo Albuquerque, a aquisição do sistema “é fundamental para suportar a quantidade de dados do sistema que vão entrar em operação na prefeitura”. “Esse data center vai gerenciar todos os dados internos e os disponíveis à população com acesso pela internet. Hoje o sistema comporta em torno de 400 usuários. O sistema está previsto para comportar 1.200”, explica o secretário.

b) ênfase - As diversas ações realizadas pela prefeitura dentro do projeto de informatização da Administração Municipal são destacadas na matéria.

c) exclusão - A matéria não esclarece, com detalhes, como o sistema de Data Center adquirido pela prefeitura vai funcionar na prática.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)

- Matéria neutra ()

- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A 37

Título: “Tuga assume lei substitutiva para o programa da cultura”³⁷

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 07/09/2007

Descrição: A matéria retrata a decisão do prefeito de assumir integralmente a proposta de projeto de lei substitutivo do Programa Municipal de Estímulo à Cultura, elaborado a partir de discussões entre a Comissão Municipal de Cultura, a secretaria municipal e membros da classe artística.

Enquadramento:

a) seleção - De acordo com o texto, a proposta de projeto de lei substitutivo visa aperfeiçoar o texto original e surgiu a partir da detecção de pontos divergentes no documento, em audiência realizada pela Comissão de Cultura da Câmara. “Um dos aspectos é garantir a inscrição de propostas de apoio a projetos culturais individuais, por pessoa física”, afirma a matéria. O prefeito Tuga Angerami explica que o substitutivo encaminhado ao Executivo vai sofrer adequações na legislação apenas “se houver necessidade, ou se o nosso Jurídico apontar ajustes para evitar pontos eventualmente ilegais”, segundo o texto.

b) ênfase - O compromisso do prefeito em assumir o projeto de lei substitutivo e as principais alterações propostas pelos setores envolvidos com a Cultura são destacados na matéria.

c) exclusão - A matéria não informa quais os pontos do projeto de lei original que, por gerarem divergências entre os setores envolvidos, foram alterados.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()

- Matéria neutra (X)

- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A 38

Título: “Comissão analisa dívida com o DAE”³⁸

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 09/09/2007

Descrição: A matéria aborda a constituição de uma comissão, por parte do Executivo, para analisar o real valor de uma dívida entre a prefeitura e o Departamento de Água e Esgoto (DAE), referente a contas públicas de água e esgoto. Além disso, o texto fala sobre a proposta do Executivo de criação de tarifas de água e esgoto diferenciadas para órgãos públicos.

Enquadramento:

a) seleção - De acordo com a matéria, a dívida da prefeitura com o DAE seria de aproximadamente R\$ 50 milhões, entre ações ajuizadas, débitos pendentes ainda não-ajuzados e precatórios. O texto coloca os dois principais envolvidos no fato em posições divergentes. “Aquilo que não é da alçada do Município será retirado da conta da prefeitura”, afirma o prefeito. Em primeiro lugar, “essa comissão irá depurar os precatórios e as ações juizadas, que somam os R\$ 24 milhões, e posteriormente verificaremos como poderemos trabalhar essa situação dos valores que possivelmente não eram da prefeitura”, explica o presidente do DAE, José Clemente Rezende.

b) ênfase - A disposição do DAE em analisar primeiramente as dívidas ajuizadas e as transformadas em precatório para depois verificar qual o procedimento a ser adotado em relação às contas que não pertencem à prefeitura é destacada na matéria.

c) exclusão - A matéria não esclarece a posição do DAE em relação à proposta da prefeitura de criação de tarifas diferenciadas de água e esgoto para órgãos públicos e de revisão da tabela de valores existente atualmente.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)

- Matéria neutra ()

- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A 39

Título: “Prefeitura tem R\$ 3 mi para investir”³⁹

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 11/09/2007

Descrição: O texto revela que a prefeitura dispõe do valor total de R\$ 3 milhões para investimentos até dezembro deste ano.

Enquadramento:

a) seleção - A matéria informa que, apesar do valor disponível, que não inclui “(...) despesas já programadas, como pagamento da parcela anual com precatórios, despesas constitucionais com educação e metade do 13º salário (...) seu uso está praticamente definido”. De acordo com o texto, além da reforma de um estádio distrital de futebol e da compra de uma máquina para a Secretaria de Obras, a prefeitura deve disponibilizar recursos para o programa de asfaltamento comunitário recém-aprovado pela Câmara. “Não dá para deixar faltar recursos para este plano nesta fase”, afirmou o prefeito.

b) ênfase - Apesar das despesas programadas do município não fazerem parte da estimativa de recursos disponíveis para investimentos até o final deste ano, o valor apurado pela prefeitura é considerado insuficiente, segundo o texto, “(...) para cobrir as mais modestas pretensões por obras”.

c) exclusão - A matéria não esclarece a posição da prefeitura em relação ao valor disponível para investimentos no último trimestre de 2007.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()

- Matéria neutra ()

- Matéria desfavorável à prefeitura (X)

Ficha de análise: A 40

Título: “Reforma de estádio vai a licitação”⁴⁰

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 11/09/2007

Descrição: A matéria caracteriza a abertura de licitação, por parte da prefeitura, para a reforma do estádio distrital Edmundo Coube e o anúncio da compra de maquinário para a execução de obras de galerias pluviais.

Enquadramento:

a) seleção - De acordo com a matéria, a previsão é de que a reforma do estádio tenha início em dois meses e leve entre seis e oito meses para ser concluída. “A reforma prevê a recuperação de todo o espaço já existente, com algumas melhorias (...)”, conta o secretário de Esportes, José Carlos de Freitas. O presidente da Câmara, Paulo Madureira, pretende transformar o espaço em um centro de lazer e esportes. “A contrapartida do Estado depende do começo da obra do município”, diz. Já com relação à máquina, a matéria informa que seu “(...) pagamento será executado com as sobras do duodécimo não utilizados pelo Legislativo ao longo do ano”.

b) ênfase - O anúncio da reforma do estádio distrital Edmundo Coube com recursos próprios e da compra de uma máquina para realização de obras de galerias, com verbas devolvidas pelo Poder Legislativo, são ações do Executivo destacadas na matéria.

c) exclusão - O texto não esclarece a posição do Estado e da União diante da solicitação de recursos por parte do município. Além disso, a matéria não fornece informações a respeito da participação do Banco do Brasil no processo de reforma do estádio Edmundo Coube.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)

- Matéria neutra ()

- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A 41

Título: “Execução de R\$ 8 milhões e honorário geram atrito entre DAE e a Prefeitura”⁴¹

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 13/09/2007

Descrição: A matéria aborda a crise instaurada entre a prefeitura e o DAE em virtude do andamento das ações judiciais de cobrança de tarifas de água e esgoto que a autarquia move contra o Executivo, incluindo precatórios no valor de R\$ 8 milhões e honorários no valor de R\$ 600 mil.

Enquadramento:

a) seleção - O processo de negociação da dívida total de cerca de R\$ 50 milhões é tratado pela matéria como uma “divergência”, que coloca em posições opostas o prefeito Tuga Angerami, que “(...) contesta o honorário e quer revisão da dívida” e o presidente do DAE, José Clemente Rezende, que “(...) reconhece que boa parte dos débitos não são da prefeitura”, mas “(...) até agora não agiu de fato para cobrar de quem é de direito”. Segundo o texto, “(...) o presidente do DAE foi cobrado pelo Executivo do motivo do andamento das demandas em plena fase de negociação”. Além disso, a prefeitura questiona o pagamento de honorários aos advogados do DAE pela cobrança contra o Executivo. Nesse contexto, “(...) ao invés da responsabilidade recair sobre Clemente Rezende, o clima e as reações internas levaram a tormenta sobre a Diretoria Jurídica da autarquia”, afirma a matéria.

b) ênfase - A decisão do DAE de dar prosseguimento às ações judiciais contra a prefeitura, mesmo estando os dois órgãos em processo de negociação da dívida, assim como a cobrança de honorários em favor dos advogados da autarquia são medidas retratadas como equivocadas, segundo o texto, que destaca ainda o fato de a determinação para andamento da ação ter partido do próprio presidente do DAE.

c) exclusão - A matéria não esclarece o motivo pelo qual o DAE solicitou que fosse dado

prosseguimento ao processo judicial de cobrança contra a prefeitura, mesmo estando as partes envolvidas em negociação para o pagamento das dívidas.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A 42

Título: “Preço de caixão expõe ‘custo Emdurb’”⁴²

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 14/09/2007

Descrição: A matéria estabelece um comparativo entre o preço pago pela Emdurb por cada urna assistencial adquirida junto ao setor privado e o preço cobrado da prefeitura pelo serviço funerário público.

Enquadramento:

a) seleção - A matéria informa que a Emdurb compra cada caixão por R\$ 73,59, recebendo da prefeitura pelo serviço o valor de R\$ 1.345,11. Essa situação “(...) expõe a profunda distorção entre o custo privado e o peso que recai sobre a população em razão da estrutura deficitária da empresa municipal”, segundo o texto. O presidente da Emdurb, Carlos Barbieri, explica que essa diferença “(...) refere-se a uma composição de custos que inclui a estrutura administrativa da Emdurb e as demais despesas da estrutura do serviço funerário”, de acordo com o texto. A terceirização do setor é o caminho apontado pela prefeitura e pela Emdurb para a solução dessa questão.

b) ênfase - A terceirização é apontada na matéria, pela prefeitura e pela Emdurb, como a solução para as distorções de valores existentes nas cobranças do serviço funerário assistencial.

c) exclusão - A matéria esclarece parcialmente a posição da Emdurb diante das críticas feitas pelo jornal com relação à diferença de valores entre o que é gasto e o que é repassado pelo município à empresa. Apesar de alegar gastos com estrutura administrativa e serviços do funeral, a Emdurb não aponta o valor de cada serviço.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()
- Matéria neutra (X)
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A 43

Título: “Prefeitura vai manter acesso no Panorama e vender os terrenos”⁴³

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 20/09/2007

Descrição: A matéria revela decisão da prefeitura de não recorrer da liminar judicial que prevê a abertura de um acesso interligando o Jardim Panorama à Avenida Nações Unidas, na rua Albino Tâmbara.

Enquadramento:

a) seleção - Segundo a matéria, “(...) a administração quer evitar que a discussão judicial atrapalhe o processo de negociação dos lotes ociosos na própria avenida (...), cujos recursos serão destinados ao Fundo de Infra-estrutura (para fazer asfalto)”. “Nossa decisão foi a de cumprir a medida e enviar projeto à Câmara para alterar a disposição dos terrenos, prevendo a liberação da venda deles em separado”, explica o prefeito. “Com isso, não vamos pagar dívidas, mas gerar caixa para poder fazer mais asfalto (...)”.

b) ênfase - A preocupação do prefeito em priorizar ações que garantam recursos para a manutenção do Fundo de Infra-estrutura, voltado para obras de pavimentação na periferia, é destacada no texto.

c) exclusão - O texto não fornece informações detalhadas a respeito da tramitação do projeto de lei que prevê a venda de lotes ociosos, através de leilão, para manutenção do fundo de infra-estrutura.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A 44

Título: “Tuga quer eliminar honorário por lei”⁴⁴

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 20/09/2007

Descrição: A matéria descreve a decisão do prefeito de encaminhar Projeto de Lei ao Legislativo no sentido de eliminar o pagamento de verbas honorárias a procuradores municipais quando as ações analisadas referirem-se a órgãos de um mesmo governo.

Enquadramento:

a) seleção - A matéria apresenta a decisão do prefeito, relacionando-a ao episódio que envolve a negociação de dívidas com o DAE e o pagamento de honorários aos advogados da autarquia pela cobrança de dívidas contra a prefeitura. “Não vejo sentido de que uma pendência entre um órgão do próprio governo com outro possa gerar honorários para seus próprios integrantes do corpo jurídico (...) porque (...) a posição é a de eliminar pendências e não gerar despesas adicionais”, diz o prefeito. “Já há algum tempo estamos discutindo a dívida com o DAE”. O presidente do DAE, Clemente Rezende, concorda com a posição de Tuga e defende a adoção de “(...) todas as medidas possíveis no sentido de equacionar a pendência antes mesmo da geração de ações (...) porque quem paga é a sociedade” .

b) ênfase - O fato de o DAE ter dado prosseguimento à ação judicial contra a prefeitura até a geração de pagamento de honorários aos procuradores responsáveis pela sentença, mesmo estando a dívida em processo de negociação, é retratado na matéria como uma medida equivocada.

c) exclusão - Apesar de concordar com a posição defendida pela prefeitura, o presidente do DAE, Clemente Rezende, não esclarece os motivos que levaram a autarquia a prosseguir com a sentença de cobrança após o início da negociação da dívida do órgão com o município.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A 45

Título: “Precatórios engessam 2008 de Tuga”⁴⁵

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 21/09/2007

Descrição: A matéria revela uma redução na capacidade de investimento da prefeitura para 2008 devida, em parte, pela quantidade de novos precatórios inscritos para pagamento no próximo ano.

Enquadramento:

a) seleção - A matéria aponta que o compromisso de Tuga com o pagamento dos novos precatórios, no valor total de R\$ 16.165.002,39, “(...) engessa o último ano de seu governo a ponto de reduzir em muito a já limitada capacidade de investimento para 2008”. De acordo com o texto, “(...) seis das maiores ações que compõem as “novas dívidas a pagar” referem-se a pendências geradas dentro do próprio governo no passado e que não foram solucionadas durante os últimos 32 meses do atual governo”. Essas dívidas, segundo a matéria, ainda podem ser negociadas, com exceção dos “(...) precatórios de natureza alimentar, em favor do jurídico do 'órgão público' contra o próprio 'órgão público’”.

b) ênfase - A incapacidade do Executivo de solucionar, até então, algumas pendências originadas dentro do próprio governo em gestões passadas, assim como a geração de honorários por parte dessas dívidas, são questões criticadas pela matéria e apontadas como responsáveis pela redução de investimentos para 2008.

c) exclusão - O texto não traz informações detalhadas a respeito das dívidas que foram renegociadas pela prefeitura recentemente (CPFL e Funprev) e que estão sendo pagas em dia.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()

- Matéria neutra ()

- Matéria desfavorável à prefeitura (X)

Ficha de análise: A 46

Título: “Tuga promete lei para plano de asfalto a partir de segunda”⁴⁶

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 27/09/2007

Descrição: A matéria informa o sancionamento da Lei que criou o Plano Comunitário de Melhorias e sua publicação no Diário Oficial para que a população possa começar a pleitear a pavimentação de sua rua.

Enquadramento:

a) seleção – De acordo com a matéria, a “lei permite à população contratar – e pagar – direto com o prestador do serviço a realização de benfeitorias como asfalto, recape e guias e sarjetas desde que pelo menos 75% dos moradores de uma mesma localidade assinem o contrato”. O prefeito Tuga Angerami informa no texto que uma alteração feita pela Câmara teria dificultado a interpretação de um trecho da Lei. “Mas publico a lei até sábado e libero o programa e depois vejo só este ponto em separado com o Jurídico da prefeitura”, afirma.

Segundo a matéria, a prefeitura ficará responsável por fiscalizar a qualidade do serviço prestado à população

b) ênfase - O Projeto de Lei é retratado como uma tentativa da prefeitura de oferecer à população um benefício que deveria ser de sua responsabilidade, mas que não é executado devido à falta de recursos e de infra-estrutura na área de obras, segundo a matéria.

c) exclusão - A matéria não informa a posição da prefeitura em relação às críticas contidas no texto.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()

- Matéria neutra ()

- Matéria desfavorável à prefeitura (X)

Ficha de análise: A 47

Título: “Tuga amplia área urbana e a BR Malls informa União do interesse em construir”⁴⁷

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 27/09/2007

Descrição: A matéria descreve a sanção do prefeito Tuga Angerami à Lei que estende o perímetro urbano de Bauru em mais 1,8 milhão de metros quadrados, próximo à rodovia Bauru-Ipaussu, na zona sul, para a construção de um megashopping no local, e a assinatura do decreto que prevê a desapropriação de áreas para a construção de futuras vias de acesso ao empreendimento.

Enquadramento:

a) seleção - Apesar de salientar que o processo de construção do megashopping ainda está em fase de negociação, o texto revela uma intenção dos principais envolvidos (Prefeitura, Aiello Urbanismo e empresa paulistana Conexão3 Desenvolvimento de Negócios, através de parceria com a BR Malls, maior empresa de shopping centers do Brasil) em atuar pela viabilização da obra. “É um prazer sancionar algo que permite ver a cidade crescer”, afirma o prefeito. “Foi a primeira etapa para viabilizar o Centro-Oeste Power Center”, destacou nota do grupo Aiello Urbanismo. Segundo a matéria, a concretização do acordo inclui “a definição da planta final do Centro-Oeste Power Center, a aprovação da planta pela prefeitura e a celebração do contrato pelas empresas”.

b) ênfase - As ações da prefeitura visando a concretização das negociações entre os investidores são destacadas na matéria: “(...) o prefeito assinou a lei com a preocupação de não querer ficar com o ônus de ter gerado obstáculos ao futuro negócio (...)”.

c) exclusão - A matéria não apresenta informações detalhadas a respeito da assinatura do decreto que declara de utilidade pública áreas voltadas à construção de vias de acesso ao empreendimento.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)

- Matéria neutra ()

- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A 48

Título: “Receita cresce R\$ 111 milhões com Tuga”⁴⁸

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 28/09/2007

Descrição: O texto descreve a entrega, pelo prefeito Tuga Angerami, do projeto de lei orçamentário para 2008 à Câmara Municipal e revela que, desde que assumiu a prefeitura, em janeiro de 2005, Tuga conseguiu elevar a arrecadação do município em pelo menos R\$ 111 milhões.

Enquadramento:

a) seleção - A matéria apresenta dados numéricos que comprovam o crescimento da receita da prefeitura desde 2005 e apresenta possíveis justificativas para esse aumento. De acordo com o texto, nesse período, “(...) o bolo orçamentário cresceu em percentual e conseqüente “velocidade” bem acima do projetado”. “O atual prefeito revisou a planta genérica de valores, o que gerou acréscimo de receita com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Somada ao programa de Refinanciamento Fiscal (Refis), as medidas iniciais renderam R\$ 230 milhões em 2006, contra R\$ 215 milhões previstos”.

b) ênfase - A matéria destaca a capacidade do prefeito Tuga Angerami de manter um crescimento elevado e contínuo de receita desde 2005, mesmo tendo optado por equacionar dívidas originadas em gestões passadas.

c) exclusão - A matéria não esclarece a posição da prefeitura em relação à destinação dos recursos previstos para o ano de 2008 e à capacidade de investimento da atual Administração.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)

- Matéria neutra ()

- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A 49

Título: “Reforma em escola infantil vai chegar a 31 unidades, diz Tuga”⁴⁹

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 29/09/2007

Descrição: A matéria caracteriza a reforma e ampliação de 31 escolas da rede infantil do município até o final de 2008, por parte da prefeitura, possibilitadas pelas alterações no fundo nacional de educação, que transformaram o Fundef (Ensino Fundamental) em Fundeb (Ensino Básico).

Enquadramento:

a) seleção - “Até este ano, o prefeito só podia destinar verbas para o ensino fundamental, em detrimento às carências da rede infantil”, de acordo com a matéria. Com as alterações, que fizeram com que a Educação Municipal passasse a dispor de 73,5 milhões em 2008, contra 67 milhões em 2007, pelo menos “11 das 31 unidades do ensino infantil já estão em fase de contratação de reforma e ampliação desde o início do segundo semestre deste ano”, segundo o texto. “As 11 unidades iniciais (...) terão os recursos no caixa, com saldo garantido no final do ano”, afirma o prefeito.

b) ênfase - A matéria associa a falta de ações do governo municipal em relação ao ensino infantil, ocorrida no passado, à antiga legislação que regia o fundo nacional de educação, beneficiando apenas o Ensino Fundamental.

c) exclusão - Apesar de informar que o Fundef não permitia investimentos na educação

infantil, a matéria não esclarece se a prefeitura poderia ter efetuado investimentos neste setor de outra forma.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A 50

Título: “Conta de 2008 tem R\$ 41 mi de dívidas”⁵⁰

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 29/09/2007

Descrição: A matéria retrata a entrega da Lei Orçamentária para 2008 pelo prefeito Tuga Angerami à Câmara Municipal e revela que, dos R\$ 288 milhões previstos de receita, R\$ 41 milhões estão reservados para pagamento de dívidas e apenas R\$ 28,5 milhões para a realização de investimentos.

Enquadramento:

a) seleção - Segundo o texto, a decisão política do prefeito “(...) confirma sua pretensão de encerrar o mandato sem restos a pagar (...)”. “O atual prefeito continua agarrado à tese de gastar somente o que se tem em caixa, incluindo pagar dívidas”, afirma a matéria. “Vou deixar a prefeitura com as contas em dia, com os compromissos fixos pagos e um orçamento capaz de suportar as renegociações de dívidas realizadas. Se eu paguei o sucessor também poderá pagar”, destacou Tuga. O montante destinado no orçamento para o pagamento das dívidas do município não inclui a lista de precatórios de contas de água devidas pelo município ao DAE, o título em favor da Cohab pela área desapropriada do sambódromo e os honorários relativos às ações, o que, segundo o texto, representa um dado preocupante.

b) ênfase - A opção da prefeitura de comprometer o atendimento das demandas do município em detrimento do equilíbrio financeiro resultante do acerto de dívidas contraídas em gestões passadas é destacada na matéria.

c) exclusão - A matéria não esclarece a posição da prefeitura em relação ao pagamento das dívidas com precatórios envolvendo o DAE e a Cohab e à manutenção de reserva em caixa para esse acerto de contas, já que mesmo o parcelamento dos débitos exigiria um planejamento em orçamento.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: A 51

Título: “Quem recolhe IPTU menor que o imóvel vai ser cobrado neste ano”⁵¹

Veículo: Jornal da Cidade

Data: 29/09/2007

Descrição: A matéria caracteriza a decisão de prefeitura de cobrar dos contribuintes a diferença de IPTU gerada pela desatualização do cadastro imobiliário municipal, na medida

em que a empresa contratada para efetuar o recadastramento dos imóveis identificar alterações nas plantas originais.

Enquadramento:

a) seleção - Segundo a matéria, o prefeito declarou que não vai esperar o final do recadastramento para acertar o cadastro fiscal e promover a cobrança de IPTU dos imóveis onde forem detectadas alterações na planta original. “Lançou os dados no programa e confirmou que há imposto a pagar, a prefeitura tem obrigação de cobrar pelo que deixou de entrar no caixa até pelo menos os últimos cinco anos (...)”, afirma o prefeito. “Será uma forma de praticar justiça tributária também e sem aumentar imposto. É receita que deveria entrar e não entrou porque o contribuinte não atualizou seu cadastro”.

b) ênfase - A intenção da prefeitura de cobrir as despesas com a contratação da empresa responsável pelo recadastramento dos imóveis por meio da cobrança do IPTU que deixou de ser recolhido nos últimos cinco anos é destacada na matéria.

c) exclusão - A matéria não traz uma projeção da prefeitura a respeito da quantidade de imóveis que estariam em situação cadastral irregular junto ao banco de dados do município, nem tampouco uma previsão de quanto deixou-se de arrecadar em razão dessa desatualização de informações.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

5.2 - Matérias do Bom Dia Bauru

Ficha de análise: B1

Título: “Prefeitura e DAE esperam obter licença para estação em 30 dias”¹

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 03/08/2007

Descrição: A matéria caracteriza uma previsão para a obtenção da licença de instalação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do Núcleo Gasparini.

Enquadramento:

a) seleção - Segundo a matéria, após reunião entre a prefeitura, o Departamento de Água e Esgoto (DAE) e a Cetesb, o município espera que a licença para a instalação da ETE seja concedida em um prazo de 30 dias. “O contrato para construção da ETE já foi assinado, mas o DAE precisa da licença para dar início as obras. A Cetesb solicitou novas informações para a autarquia, que serão enviadas na próxima semana”, informa o texto.

b) ênfase - A concessão da licença pela Cetesb é condição necessária para que o DAE dê início às obras de construção da Estação de Tratamento de Esgoto, segundo o texto.

c) exclusão - A matéria não esclarece quais foram as novas informações solicitadas pela Cetesb ao DAE para que fosse dado início ao processo de concessão da licença.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()
- Matéria neutra (X)
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: B2

Título: “DAE trabalha com ‘folga’ de dois meses na ETE do Gasparini”²

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 04/08/2007

Descrição: A matéria retrata o andamento do processo de instalação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do Núcleo Gasparini e o convite feito pela Comissão de Direitos Humanos da OAB de Bauru ao presidente do DAE, Clemente Rezende, para que ele forneça informações a respeito das obras para o tratamento de esgoto na cidade.

Enquadramento:

a) seleção - Apesar da licença para a instalação da Estação ainda não ter sido concedida pela Cetesb, o DAE “(...) trabalha com uma “folga” de dois meses para a conclusão da ETE (...)”, prevista para ser entregue em “(...) março de 2008, cerca de dois meses antes do prazo estipulado pelo TAC (Termo de Ajustamento de Conduta)”, segundo a matéria. “Se acontecer algum imprevisto, o MP [Ministério Público] tem discernimento para promover algum ajuste no TAC”, afirma o presidente do DAE. “Temos todo nosso empenho documentado”. Já com relação ao convite feito pela OAB ao DAE, o texto diz que a comissão “quer escutar de Clemente detalhes sobre a qualidade das obras já realizadas na implantação dos interceptores, contratação de mão-de-obra, processos de licitação e o relacionamento entre o DAE e o Conselho Fiscalizador do Fundo de Tratamento de Esgoto”.

b) ênfase - O texto destaca o empenho do DAE com vistas à liberação da instalação da ETE pela Cetesb para que o município cumpra o acordo firmado com o Ministério Público dentro do prazo estabelecido no TAC.

c) exclusão - A matéria não esclarece quais os requisitos necessários para a concessão da licença de instalação da ETE por parte da Cetesb e quais “informações” motivaram o convite pela Comissão de Direitos Humanos da OAB para que Rezende comparecesse à reunião do órgão com o objetivo de falar sobre as obras de tratamento de esgoto em Bauru.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: B3

Título: “16 prefeitos atendem chamado por aeroporto”³

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 07/08/2007

Descrição: O texto descreve o número de prefeitos e chefes de Legislativo que confirmou presença na reunião agendada com a Secretaria Estadual de Transportes e o Daesp visando a transformação do aeroporto Moussa Tobias em um terminal de cargas.

Enquadramento:

a) seleção - A matéria busca descaracterizar a importância da mobilização regional pelo aeroporto ao afirmar que, dos “40 prefeitos da região convidados pelo prefeito Tuga Angerami (sem partido), apenas 16 confirmaram presença em reunião que vai reivindicar a

certificação do Aeroporto Moussa Tobias como terminal de cargas (...)". Além disso, o texto informa que, dos 40 presidentes de Câmaras da região convidados, 14 confirmaram presença na reunião, em um total de 22 cidades.

b) ênfase - O número de prefeitos e presidentes do Legislativo que confirmou presença na reunião é retratado como baixo diante dos convites encaminhados, segundo o texto.

c) exclusão - A matéria não esclarece a posição da prefeitura de Bauru e da Câmara Municipal diante da análise feita pelo Jornal.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()

- Matéria neutra ()

- Matéria desfavorável à prefeitura (X)

Ficha de análise: B4

Título: "Secretário quer informação sobre demanda de cargas" ⁴

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 09/08/2007

Descrição: A matéria descreve um pedido de estudo de demanda do aeroporto Moussa Tobias, pela Secretaria Estadual de Transportes, para que sua transformação em terminal de cargas possa ser melhor avaliada.

Enquadramento:

a) seleção - Segundo o texto, o governo "quer saber o volume e a quantidade de cargas produzidas na região que podem ser escoadas pelo aeroporto". A elaboração do documento será coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, após reunião com as cidades da região presentes ao encontro. "Não acredito que esse levantamento seja determinante para o processo. A instalação de um terminal de cargas irá puxar essa demanda", disse o secretário de Desenvolvimento, Wallace Sampaio.

b) ênfase - A demanda pelo transporte de produtos é considerada questão essencial na definição do local onde será instalado o terminal de cargas, segundo o texto, contrariando a opinião de membros da comitativa de que a demanda é decorrente da oferta de um serviço.

c) exclusão - A matéria não informa as vantagens de Bauru em relação à Ribeirão Preto no que diz respeito à infra-estrutura necessária para abrigar um aeroporto de cargas. Além disso, não são fornecidos detalhes a respeito do Plano Aeroviário do Estado citado no texto.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()

- Matéria neutra (X)

- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: B5

Título: "Tuga inicia processo de concessão do serviço funerário municipal" ⁵

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 10/08/2007

Descrição: A matéria caracteriza a transferência do serviço funerário municipal da Emdurb para a prefeitura, com vistas a uma futura concessão do gerenciamento do setor para a iniciativa privada.

Enquadramento:

a) seleção - A medida prevê a concessão onerosa dos serviços prestados pela Funerária Municipal à iniciativa privada, por um período de 10 anos, visando “promover o saneamento estrutural e financeiro da Emdurb, concentrando esforços e recursos nas áreas de limpeza pública, políticas de transportes e trânsito”. Segundo o texto: “(...) a prefeitura continuará custeando os enterros assistenciais, destinados a famílias carentes. No entanto, esse serviço também será repassado à iniciativa privada”.

b) ênfase - As mudanças anunciadas pela prefeitura são consideradas polêmicas, segundo o texto, e não contam com respaldo da Câmara. Além disso, as justificativas apresentadas pela Administração são retratadas como comuns e superficiais.

c) exclusão - A matéria não conta com subsídios consistentes para embasar as críticas contidas no texto em relação à concessão do serviço funerário municipal para a iniciativa privada.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()

- Matéria neutra (X)

- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: B6

Título: “Tuga vai rever tarifa de água cobrada de templos religiosos”⁶

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 13/08/2007

Descrição: A matéria descreve a intenção do prefeito Tuga Angerami de rever o desconto na tarifa de água e esgoto concedido a templos religiosos e sua proposta de criação de uma taxa de cobrança diferenciada para instalações do setor público.

Enquadramento:

a) seleção - De acordo com a matéria, o prefeito questiona o desconto de 70% concedido no passado a templos religiosos. “Tenho minhas dúvidas a respeito até da constitucionalidade desse desconto”, afirma Tuga. Além disso, o prefeito sugere a adoção de taxa diferenciada de cobrança para órgãos públicos ao salientar que a administração “paga pelo fornecimento de locais que são da própria comunidade (...)”. “O presidente do DAE, José Clemente Rezende, é contra a proposta de revisão do desconto (...)”, segundo o texto. “Sobre a tarifa diferenciada para as instalações da prefeitura, Clemente se mostrou favorável a uma discussão do assunto”.

b) ênfase - As medidas adotadas pela prefeitura visando equacionar sua situação financeira junto ao Departamento de Água e Esgoto (DAE), corrigindo distorções, são destacadas na matéria.

c) exclusão - A matéria não esclarece a posição do DAE em relação à nomeação de uma comissão, por parte da prefeitura, para analisar a dívida de cerca de R\$ 50 milhões existente entre o município e a autarquia devido a tarifas de água não pagas por governos anteriores.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()

- Matéria neutra (X)

- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: B7

Título: “Tuga planeja terceirizar merenda no início do ano”⁷

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 15/08/2007

Descrição: A matéria descreve a intenção do prefeito Tuga Angerami de terceirizar o serviço de merenda escolar nas escolas municipais e estaduais, além da administração do terminal rodoviário.

Enquadramento:

a) seleção - A terceirização da merenda escolar vai depender dos estudos feitos por uma comissão que será criada para analisar a proposta do prefeito, de acordo com o texto. “A nossa finalidade é a educação. Temos que ter um bom projeto pedagógico, bons professores. Alimentação não é finalidade”, afirma Tuga. “É uma logística inadmissível”. Com relação ao terminal rodoviário, Tuga defende que quem usa o espaço “(...) são as empresas de ônibus e se aquilo dá prejuízo, não tem cabimento o poder público continuar injetando dinheiro. No mínimo essas empresas têm que arcar com esses custos”.

b) ênfase - A terceirização da merenda escolar e da administração do terminal rodoviário de Bauru é retratada, segundo a matéria, como uma medida positiva que visa garantir o bom gerenciamento de serviços que são de responsabilidade da prefeitura, livrando o município de serviços não essenciais.

c) exclusão - A matéria não traz estimativas em relação aos custos que uma eventual terceirização da merenda escolar poderia trazer à prefeitura. Além disso, o texto não esclarece a posição das empresas que operam no terminal rodoviário em relação às propostas apresentadas pela prefeitura.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)

- Matéria neutra ()

- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: B8

Título: “Prefeito aprova gasto do DAE com publicidade”⁸

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 15/08/2007

Descrição: O texto caracteriza a posição do prefeito Tuga Angerami diante da polêmica envolvendo a contratação de uma agência, pelo DAE, para a veiculação das ações da autarquia, por meio de um contrato de publicidade no valor de R\$ 300 mil.

Enquadramento:

a) seleção - Apesar de considerar os questionamentos do Legislativo “legítimos”, o prefeito defende a contratação feita por Clemente Rezende, presidente do DAE. “A Câmara é fiscal do Executivo e está correto os vereadores pedirem informações sobre a licitação e o uso dessa publicidade”, disse Tuga. “Acho que a preocupação do Clemente é de prestar contas e mostrar à população a evolução dos investimentos na área do tratamento de esgoto”. Além disso, segundo o prefeito, não vai ser permitido “o uso da máquina por quem quer que seja”.

b) ênfase - A contratação de uma empresa publicitária para a divulgação das obras realizadas

pelo DAE, sob o comando de José Clemente Rezende, pré-candidato à prefeito em 2008, é retratada como uma auto-promoção, segundo a matéria.

c) exclusão - A matéria não apresenta informações detalhadas a respeito do contrato de propaganda assinado pelo DAE que possam justificar a adoção da medida.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura (X)

Ficha de análise: B9

Título: “Barbieri propõe reajuste de taxas para manter terminal”⁹

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 16/08/2007

Descrição: A matéria descreve proposta da Emdurb de aumentar o valor das tarifas de aluguel de espaço e manutenção cobradas das empresas que operam no terminal rodoviário visando equacionar as dívidas da empresa neste setor.

Enquadramento:

a) seleção - Segundo a matéria, um relatório entregue pelo presidente da Emdurb, Carlos Barbieri, ao prefeito Tuga Angerami demonstra que, com o aumento de algumas taxas, o terminal poderia gerar lucro. “Hoje, cada empresa paga R\$ 40,22 por metro quadrado para o guichê de vendas de passagens”, diz o texto. “Poderíamos cobrar algo próximo de R\$ 102, que é o valor médio de cidades do mesmo porte de Bauru”, afirma Barbieri. “Se empresas privadas têm interesse em administrar rodoviárias é porque dá lucro. A Emdurb, então, tem que fazer dar lucro”.

b) ênfase - O reajuste das tarifas de aluguel de espaço e de manutenção cobradas das empresas que operam no terminal rodoviário é destacado na matéria como uma alternativa à terceirização e como necessário para a realização de investimentos e reformas no local.

c) exclusão - A matéria não apresenta a posição das empresas que operam no terminal rodoviário em relação à proposta de aumento das tarifas feita pela Emdurb.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: B 10

Título: “Inadimplente, prefeitura põe em risco verba de R\$ 10 mi da União”¹⁰

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 17/08/2007

Descrição: O texto informa que a prefeitura está impedida de receber recursos do Ministério das Cidades, mesmo no caso de possuir um projeto na área habitacional selecionado pelo Governo, em virtude de estar inscrita no Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias (Cauc).

Enquadramento:

a) seleção - Segundo o texto, apesar de contar com nove projetos voltados para a área habitacional em andamento no Ministério das Cidades, em um total de R\$ 10,1 milhões, Bauru não poderá receber os recursos, caso algum seja selecionado, em razão da dívida com a Funprev (Fundação de Previdência dos Servidores Municipais) e da dívida federalizada. “A primeira já foi solucionada e deve ser retirada do Cauc até o fim de setembro”, informa a matéria. “Já a outra pode levar mais tempo”. De acordo com o texto, a não liberação dos recursos não será uma novidade. “Pelo menos em outras duas ocasiões isso ocorreu”.

b) ênfase - O não recebimento dos recursos, no caso da aprovação de algum projeto, é atribuído ao não pagamento, por parte da prefeitura, de uma dívida de R\$ 200 mil ao Governo Federal, desde 2004, segundo o texto.

c) exclusão - A matéria não esclarece a posição da prefeitura em relação ao pagamento da dívida que impede o município de ter seu nome retirado do Cauc e exclui a possibilidade de recebimento de novos recursos.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura (X)

Ficha de análise: B 11

Título: “Enterros de graça estão garantidos, diz prefeito” ¹¹

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 21/08/2007

Descrição: A matéria caracteriza a garantia do prefeito Tuga Angerami de que os enterros sociais serão mantidos após a terceirização dos serviços funerários e dos velórios municipais.

Enquadramento:

a) seleção - De acordo com a matéria, o prefeito irá encaminhar uma emenda à Câmara para garantir a manutenção dos enterros sociais, que permitem que pessoas carentes sejam veladas e sepultadas sem custo algum, após a terceirização dos serviços. “Hoje a prefeitura já paga por esses enterros, mas para a Emdurb. A partir do momento que fizermos a concessão para a iniciativa privada, a prefeitura continuará prestando esse serviço, mas pagando para a iniciativa privada”, afirmou Tuga.

b) ênfase - A garantia da manutenção dos enterros sociais pelo prefeito Tuga é retratada como um elemento facilitador para a aprovação do Projeto de Lei na Câmara, segundo a matéria.

c) exclusão - A matéria não esclarece a posição dos vereadores em relação à terceirização dos serviços funerários após a garantia do prefeito de que os enterros sociais serão mantidos.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: B 12

Título: “Tuga estuda cobrar taxa de bombeiros junto com IPTU” ¹²

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 22/08/2007

Descrição: A matéria revela proposta do prefeito Tuga Angerami de cobrar o valor retroativo da taxa de bombeiros junto com o carnê de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) de 2008.

Enquadramento:

a) seleção - Segundo a matéria, a taxa, considerada ilegal pelo Tribunal de Justiça em 2004, teve sua cobrança autorizada no dia 20 de junho deste ano, “num total aproximado de R\$ 3 milhões”. “Tuga avalia que não é viável financeiramente emitir um carnê neste momento para cobrar os atrasados”, segundo o texto. “Vou consultar o conselho para que eles possam opinar sobre como poderemos receber esses valores”, declara o prefeito, ressaltando que os débitos poderão ser parcelados.

b) ênfase - A preocupação do prefeito em não sobrecarregar os contribuintes com a cobrança dos valores atrasados é destacada na matéria.

c) exclusão - O texto não apresenta a posição do prefeito em relação à proposta aventada por alguns setores da sociedade de anistia dos valores retroativos da taxa de bombeiros.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()

- Matéria neutra (X)

- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: B 13

Título: “Com alfinetada, Tuga rejeita proposta da OAB para taxa dos bombeiros”¹³

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 28/08/2007

Descrição: A matéria revela posição do Executivo diante da proposta da OAB de anistia dos valores retroativos referentes à taxa de bombeiros.

Enquadramento:

a) seleção - O prefeito Tuga Angerami descartou conceder a anistia da taxa de bombeiros proposta pela OAB, alfinetando a entidade, segundo a matéria. “Não posso deixar de arrecadar, pois se configuraria até em renúncia fiscal”, disse o prefeito. “Eu sei que o advogado fica praticamente impedido de exercer sua profissão se não paga a ordem, e nunca ouvi dizer que a OAB tenha aberto mão de receita”. A OAB evitou comentar a declaração do prefeito “pois não há intenção de criar desavenças políticas”, segundo o presidente do órgão em Bauru, Caio Augusto Silva dos Santos. “Mas entendemos que a anistia poderia ser concedida se fosse enviado projeto de lei à Câmara.”

b) ênfase - A desoneração da prefeitura, proporcionada pela cobrança da taxa de bombeiros e pelo seu repasse integral à corporação, é destacada na matéria como justificativa para a não concessão da isenção dos valores retroativos.

c) exclusão - A matéria não apresenta os valores que a prefeitura repassa ao Corpo de Bombeiros e qual o impacto que a cobrança da taxa traria ao Orçamento Municipal.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()

- Matéria neutra (X)

- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: B 14

Título: “Após quatro meses e duas reuniões, CEI é arquivada” ¹⁴

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 29/08/2007

Descrição: O texto caracteriza a decisão da Câmara Municipal de arquivar a denúncia que apontava irregularidades no contrato do transporte de alunos das redes municipal e estadual de ensino.

Enquadramento:

a) seleção - De acordo com a matéria, após “(...) quatro meses e seis dias analisando documentos” e “(...) só duas reuniões realizadas”, a Comissão Especial de Inquérito (CEI) instaurada para apurar as denúncias no transporte de alunos foi arquivada sem que nenhum depoimento fosse tomado. “O relatório final (...) é enfático ao afirmar que não há provas de corrupção”, diz o texto. “Não há como falar em irregularidades ou corrupção”, afirma a relatora do processo, Majô Jandreice. “Ficou provado que o serviço está sendo realizado de forma correta e a contento”, destacou o presidente da CEI, Faria Neto. “Tenho visto na Câmara uma postura de equilíbrio e busca de justiça. Isso me tranquiliza”, afirmou o prefeito Tuga.

b) ênfase - A ausência de indícios de irregularidade no contrato do transporte escolar assinado pela prefeitura é destacada na matéria, apesar dos questionamentos feitos ao formato do documento que, de acordo com o texto, daria margem para dúvidas.

c) exclusão - A matéria não esclarece quais as dúvidas que os membros da CEI apresentavam em relação ao contrato do transporte escolar municipal.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)

- Matéria neutra ()

- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: B 15

Título: “Sambódromo vai tirar R\$ 3 milhões de Bauru em 2008” ¹⁵

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 29/08/2007

Descrição: A matéria revela a existência de um precatório no valor de cerca de R\$ 3 milhões contra a prefeitura, referente à desapropriação de uma área da Cohab, em 1990, utilizada na construção do sambódromo de Bauru.

Enquadramento:

a) seleção - A matéria coloca a Cohab em uma situação embaraçosa diante da prefeitura, sua principal acionista. Segundo o texto, em 2000, “a Cohab entrou na Justiça alegando apossamento administrativo e cobrou da prefeitura” o valor da desapropriação da área em seu nome, um “(...) montante que não pode ser parcelado e precisa ser pago até dezembro de 2008”. “Vamos quitar, não deixaremos novas dívidas”, afirma Tuga. O presidente da Cohab, Edson Bastos Gasparini Jr., diz que “(...) dirigentes poderiam ser responsabilizados se não

movessem a ação” e revela que o valor a ser pago deverá diminuir em razão de uma dívida de IPTU que a companhia tem com o município. “Vamos fazer um encontro de contas”, afirma.

b) ênfase - O fato da prefeitura, principal acionista da Cohab, ter uma dívida sua com a companhia transformada em precatório é destacado na matéria.

c) exclusão - A matéria não esclarece por quê essa cobrança judicial não foi feita pela Cohab em administrações anteriores e por qual razão a atual diretoria da companhia não tentou um acordo com o município antes da dívida se transformar em um precatório.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)

- Matéria neutra ()

- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: B 16

Título: “Prefeitura compra câmara fria para merenda escolar”¹⁶

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 04/09/2007

Descrição: A matéria retrata a compra de uma câmara fria para estocar alimentos no valor de R\$ 12,9 mil, por parte da prefeitura, 15 dias após o prefeito Tuga Angerami ter anunciado sua intenção de terceirizar a merenda escolar a partir de 2008.

Enquadramento:

a) seleção - Segundo o texto, no dia 15 de agosto, “Tuga disse que ‘o objetivo da administração é iniciar o ano letivo em 2008 já com uma empresa privada servindo refeições aos alunos das escolas municipais e estaduais’. No dia 30, no entanto, ele assinou a compra da câmara fria”. “Isso é mais uma prova que a prefeitura gasta muito mal o pouco dinheiro que sobra para investimentos”, disse o vereador Primo Mangialardo. “A aquisição da câmara fria tem a finalidade de substituir o sistema de refrigeração já existente, ou seja, trata-se de uma reforma do equipamento”, afirmou a assessoria de imprensa da prefeitura.

b) ênfase - A compra de um equipamento de custo elevado para um setor que está prestes a ser terceirizado pela prefeitura é retratada, segundo o texto, como uma atitude equivocada.

c) exclusão - A matéria não esclarece a posição da prefeitura em relação às críticas dos vereadores contidas no texto.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()

- Matéria neutra ()

- Matéria desfavorável à prefeitura (X)

Ficha de análise: B 17

Título: “Compra de asfalto pela população é autorizada”¹⁷

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 04/09/2007

Descrição: O texto caracteriza a aprovação de um Projeto de Lei que modifica as regras do chamado “asfalto comunitário” e permite que os moradores de uma mesma localidade paguem empresas para a execução de serviços de asfalto, recape e guias e sarjetas.

Enquadramento:

a) seleção - De acordo com a matéria, para que o serviço seja efetuado, é necessário que “(...) 75% dos moradores assinem o contrato. Os outros 25% restantes, caso não aceitem pagar pelo asfalto, serão cobrados futuramente pela prefeitura”. “Não é a solução [para o problema das ruas de terra], mas é um avanço”, afirma o vereador João Parreira. Para o prefeito Tuga, o projeto “beneficia aqueles municípios que têm urgência na obtenção de melhoria e que estão dispostos a pagar por isso”.

b) ênfase - Embora não seja considerada a solução para os problemas de asfalto em Bauru, o Projeto de Lei é retratado, segundo o texto, como uma oportunidade para que os moradores interessados em pagar possam contar com o benefício em frente às suas casas.

c) exclusão - A matéria não esclarece a posição da prefeitura dentro do processo de contratação, fiscalização e cobrança do asfalto comunitário.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()
- Matéria neutra (X)
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: B 18

Título: “Prefeitura ‘ganha’ R\$ 250 mil com obras em aterro”¹⁸

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 05/09/2007

Descrição: A matéria revela a construção, por parte da prefeitura, Emdurb e DAE, de duas lagoas de chorume no aterro sanitário e a economia de R\$ 250 mil trazida pela medida, diante da contratação de um serviço terceirizado. O texto aborda ainda a questão da terceirização do serviço funerário na cidade.

Enquadramento:

a) seleção - O texto faz uma comparação entre a economia trazida pelo aproveitamento da estrutura pública nas obras do aterro sanitário e o provável prejuízo que a terceirização do serviço funerário poderia trazer ao município. “A Prefeitura de Bauru gastou por volta de R\$ 50 mil para construir duas lagoas de chorume (...)”, informa a matéria. “Se fosse para terceirizar, a obra custaria perto de R\$ 300 mil (...)”, afirmou o prefeito. Tuga admitiu que pretende contratar o funeral social através de licitação. “Podemos pagar um quarto dos R\$ 1.350 desembolsados atualmente pela prefeitura”, disse. “E o processo já está iniciado”. Sandro Fernandes, advogado do Sinserm, diz que a medida é “uma afronta à legislação e à Câmara de Vereadores” e que a economia resultante da construção das lagoas de chorume com recursos próprios demonstra que “(...) as terceirizações são danosas aos cofres públicos”.

b) ênfase - A declaração da prefeitura de que a utilização da estrutura pública rendeu ao município economia de R\$ 250 mil nas obras no aterro, em comparação aos custos de um serviço terceirizado, foi usada como argumento para justificar os prejuízos aos cofres públicos trazidos pela terceirização dos serviços, de acordo com a matéria.

c) exclusão - Apesar do tema central do texto girar em torno da construção das lagoas de chorume, a matéria não traz informações detalhadas a respeito, por exemplo, do pacote de exigências da Cetesb para que a instalação da quarta camada do aterro sanitário seja autorizada.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()
- Matéria neutra (X)
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: B 19

Título: “Prefeitura gastará R\$ 510 mil com centro de informática”¹⁹

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 06/09/2007

Descrição: O texto retrata a contratação de um sistema de Data Center, por parte da Administração, no valor de R\$ 510 mil, direcionado ao suporte dos serviços informatizados realizados pelo governo municipal.

Enquadramento:

a) seleção - Segundo a matéria, o projeto do Data Center “soma-se a outros projetos na área de tecnologia em informática e que já estão em funcionamento, como a interligação de quase 70 prédios municipais por fibra ótica ou comunicação via rádio”. “O Data Center possibilitará a efetiva disponibilização da informação e acesso aos sistemas de gestão pública nos diversos segmentos, objetivando maior controle e transparência”.

b) ênfase - As medidas adotadas pela atual Administração visando a informatização dos serviços oferecidos pelo município e a transparência nas ações do governo são destacadas na matéria.

c) exclusão - A matéria não faz nenhuma menção ao valor elevado pago pela contratação do sistema de Data Center e nem oferece informações detalhadas a respeito do funcionamento do sistema e da necessidade de sua instalação.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: B 20

Título: “Prefeitura vai abrir licitação para reformar estádio Edmundo Coube”²⁰

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 10/09/2007

Descrição: A matéria caracteriza o anúncio, por parte da prefeitura, da abertura de licitação para reforma no estádio distrital Edmundo Coube.

Enquadramento:

a) seleção - Segundo o texto, nessa primeira etapa, “a obra atenderá, basicamente, a infraestrutura do estádio, completamente deteriorada após anos de abandono”. “A nossa meta é transformar aquele espaço num centro de lazer e de esportes”, afirma o secretário de Esportes, José Carlos de Freitas. “Eu espero no futuro ver quatro desses em cada região da cidade”, destaca o presidente da Câmara, Paulo Madureira.

b) ênfase - A reforma do estádio distrital Edmundo Coube, feita nessa primeira etapa com recursos do município, é destacada na matéria.

c) exclusão - O texto não esclarece quais as futuras obras que a prefeitura pretende realizar no estádio Edmundo Coube para transformar o espaço em um “centro de lazer e de esportes”.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()
- Matéria neutra (X)
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: B 21

Título: “MP tenta barrar a venda de rua vizinha da Nações”²¹

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 10/09/2007

Descrição: O texto retrata a existência de uma ação civil pública na Justiça, de autoria do Ministério Público, que impede a prefeitura de vender a área onde funcionava a igreja Comunicação e Missão Cristã na sua totalidade devido à previsão de construção de uma rua dividindo o terreno.

Enquadramento:

a) seleção - Segundo o texto, a nova rua “daria acesso à Nações Unidas, o que atende os interesses dos moradores da região”. O prefeito Tuga Angerami, que espera asfaltar a periferia com a venda dos terrenos, afirma que “(...) desmembrar as duas áreas desvaloriza o patrimônio, além do que será necessário gastar cerca de R\$ 1 milhão para abrir a rua”, de acordo com a matéria. A informação é contestada pelo arquiteto Edson Aquino, que coordena o movimento pela abertura da rua no local. “O desmembramento dos terrenos não influencia em nada na venda dos terrenos. Além do que, como a prefeitura vai gastar R\$ 1 milhão para abrir uma rua e diz que vai asfaltar 350 quarteirões com R\$ 5 milhões. Alguma coisa nessa conta está errada”, afirmou.

b) ênfase - As críticas feitas pelo arquiteto Edson Aquino à declaração do prefeito de que o desmembramento do terreno traria prejuízos ao valor da área é destacada na matéria, assim como o valor informado pela Administração como necessário para a abertura de uma rua no local.

c) exclusão - A matéria não esclarece a posição da prefeitura diante das críticas contidas no texto e também não informa qual medida será adotada pelo município em relação à ação civil pública de autoria do Ministério Público.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura (X)

Ficha de análise: B 22

Título: “Sem aviso, Tuga se encontra com Serra em São Paulo para discutir ‘assuntos diversos’”²²

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 12/09/2007

Descrição: A matéria fala sobre uma reunião entre o prefeito Tuga Angerami e o governador

José Serra, em São Paulo, que não teria sido comunicada com antecedência à imprensa.

Enquadramento:

a) seleção - Segundo a matéria, oficialmente, “a imprensa não havia sido avisada que Tuga estaria cumprindo agenda fora de Bauru, muito menos que ele tinha agendado audiência com Serra no Palácio dos Bandeirantes”. Ainda de acordo com o texto, uma nota encaminhada pela assessoria de imprensa da prefeitura informou que Tuga “solicitou o encontro para tratar de diversos assuntos de interesse da cidade”.

b) ênfase - A ligação pessoal entre Tuga e o governador José Serra, inclusive com o apoio declarado do prefeito à candidatura de Serra nas eleições de 2006, é destacada na matéria.

c) exclusão - A matéria não esclarece quais as razões e o tema da reunião agendada entre o prefeito Tuga Angerami e o governador José Serra.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()

- Matéria neutra ()

- Matéria desfavorável à prefeitura (X)

Ficha de análise: B 23

Título: “Comitê quer veto de Tuga ao novo ‘desenho urbano’”²³

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 12/09/2007

Descrição: O texto traz pedido feito pelo Comitê de Mobilização Pró-Plano Diretor Participativo de Bauru para que o prefeito Tuga Angerami vete as leis que alteraram o planejamento urbano da cidade até que o projeto de Plano Diretor da cidade seja votado.

Enquadramento:

a) seleção - Segundo a matéria, o veto do prefeito atingiria a lei que ampliou o perímetro urbano de Bauru visando permitir a construção de um mega-empreendimento na rodovia Bauru-Ipaussu. “A medida do comitê serve para pressionar a Câmara Municipal a votar logo o projeto de Plano Diretor”. “Não há previsão de quando ele será discutido e apreciado pelo plenário”, diz o texto. O engenheiro civil José Heraldo Raymundo diz que o Plano Diretor “não pode ser jogado no lixo”. Já a assessoria de imprensa da prefeitura prefere não comentar o caso, informando que “não recebeu solicitação de audiência para discussão do Plano Diretor”, segundo o texto.

b) ênfase - As possíveis perdas econômicas provocadas por um veto do prefeito à lei que ampliou o perímetro urbano de Bauru são destacadas na matéria, assim como as dificuldades enfrentadas para que o Plano Diretor de Bauru seja votado pela Câmara.

c) exclusão - A matéria não esclarece a posição do prefeito diante do pedido de veto às leis, assim como das críticas originadas a partir da demora na apreciação do projeto do Plano Diretor de Bauru.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()

- Matéria neutra (X)

- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: B 24

Título: “TRF conserva decisão e DAE mantém contrato com Correios”²⁴

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 13/09/2007

Descrição: A matéria caracteriza uma decisão do Tribunal Regional Federal que autoriza o DAE a continuar mantendo contrato com os Correios para leitura, impressão e entrega das contas de água.

Enquadramento:

a) seleção - Segundo a matéria, a medida judicial tem validade “(...) até que a ação que questiona a legalidade do acordo seja julgada na segunda instância da Justiça Federal”. Ainda de acordo com o texto, a decisão “(...) suspende a sentença do juiz da 3ª Vara da Justiça Federal de Bauru, Marcelo Zandavali, que determinou, em fevereiro, a suspensão imediata do contrato com órgão”. José Clemente Rezende, presidente do DAE, afirmou que já “esperava a decisão”.

b) ênfase - O fato de o DAE vir mantendo o contrato com os Correios desde fevereiro, quando uma sentença judicial suspendeu o serviço tornando-o ilegal, é destacado na matéria.

c) exclusão - A matéria não esclarece os motivos da suspensão, em fevereiro, do contrato firmado entre o DAE e os Correios para a realização do serviço de leitura, impressão e entrega das contas de água.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()

- Matéria neutra (X)

- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: B 25

Título: “Prefeito diz não a beijo e discute com ex-vereadora”²⁵

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 13/09/2007

Descrição: A matéria retrata um desentendimento ocorrido entre o prefeito Tuga Angerami e a ex-vereadora Catarina Carvalho, no Palácio das Cerejeiras.

Enquadramento:

a) seleção - Segundo a matéria, a ex-vereadora estava participando de uma audiência com o chefe de gabinete da prefeitura, João Baptista Campos Porto. “Catarina adotou postura desrespeitosa e fez provocações verbais aos servidores que encontrou no caminho”, informou a assessoria de imprensa, segundo o texto. “A ex-vereadora teria dito que queria dar um beijo no prefeito ao vê-lo passar pela sala de Porto (...) Tuga disse que dispensava o beijo”. Catarina admite ter feito “comentários apimentados”, de acordo com a matéria. Contudo, a ex-vereadora afirmou que se sentiu ofendida e que pretende “(...) adotar medidas judiciais contra o prefeito”.

b) ênfase - A suposta postura de desrespeito adotada pela ex-vereadora Catarina Carvalho perante o prefeito e demais membros da Administração, assim como a atitude do prefeito, é destacada na matéria.

c) exclusão - A matéria não esclarece a posição do prefeito em relação às críticas feitas por Catarina Carvalho à sua Administração.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura (X)

Ficha de análise: B 26

Título: “Juiz proíbe a venda de rua no Panorama”²⁶

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 14/09/2007

Descrição: A matéria descreve uma liminar concedida em favor do Ministério Público que impede a prefeitura de leiloar a área correspondente à quadra 7 da rua Albino Tâmbara, onde funcionava a igreja Comunicação e Missão Cristã, na avenida Nações Unidas.

Enquadramento:

a) seleção - De acordo com a matéria, a área em discussão seria leiloada pela prefeitura com o objetivo de gerar recursos para a pavimentação de ruas na periferia. “Projeto com essa finalidade está na Câmara, mas deverá ficar parado até a decisão do mérito da ação (...)”, informa o texto. Contudo, um abaixo-assinado de moradores resultou na garantia do projeto de abertura de uma via no local. “A necessidade da abertura da rua é incontornável, haja vista a sua importância para o sistema viário daquela região da cidade”, defende o promotor na ação.

b) ênfase - O asfaltamento de 150 quadras de ruas de terra, proporcionado pela venda dos três terrenos da prefeitura, é colocado em risco, de acordo com a matéria, devido à liminar em favor do Ministério Público.

c) exclusão - A matéria não esclarece a posição do prefeito Tuga Angerami em relação à liminar que impede a venda do terreno e mantém a garantia da abertura de uma via no local, por parte do Poder Público.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura (X)

Ficha de análise: B 27

Título: “Tuga tira rua, mas mantém posição de vender terrenos”²⁷

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 19/09/2007

Descrição: A matéria descreve decisão do prefeito Tuga Angerami de desmembrar em duas partes a área correspondente à quadra 7 da rua Albino Tâmbara, respeitando-se o espaço para construção de uma via pública no local.

Enquadramento:

a) seleção – De acordo com o texto, o prefeito Tuga Angerami decidiu “(...) retirar o projeto de lei da Câmara (...), dividir a área, preservar o espaço da via pública e leiloar somente as duas partes restantes”. “Não tem sentido a Câmara votar uma autorização para que eu venda

uma área se existe uma decisão para que se suspenda o processo”, afirmou o prefeito. “Nós vamos isolar o que seria a área, regularizar isso no cartório e vender o que está liberado (...) Com isso vamos cumprir a lei e daremos continuidade ao projeto de asfaltar a periferia”.

b) ênfase - A continuidade do projeto de asfaltamento das ruas de terra da periferia é mostrada, de acordo com a matéria, como uma situação possível a partir das alterações propostas pelo prefeito no projeto de lei original.

c) exclusão - A matéria não esclarece a posição da prefeitura em relação às informações contidas no texto de que a divisão dos terrenos desvalorizaria a área a ser vendida, o que poderia comprometer as projeções iniciais de arrecadação para o asfaltamento das ruas de terra na periferia.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)

- Matéria neutra ()

- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: B 28

Título: “Tuga envia projeto à Câmara para carros oficiais não pagarem taxa da zona azul”²⁸

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 22/09/2007

Descrição: A matéria caracteriza Projeto de Lei encaminhado pelo Executivo ao Legislativo para que viaturas oficiais dos dois Poderes, assim como de autarquias e empresas públicas, sejam isentas do pagamento de estacionamento rotativo.

Enquadramento:

a) seleção – De acordo com a matéria, o prefeito Tuga Angerami afirma na exposição de motivos do projeto que, atualmente “a exigência do referido pagamento tem dificultado o trabalho dos serviços municipais prestados”. “Acho razoável, afinal esses funcionários estão a serviço e não podem ser multados. Só será preciso não haver abusos para que a rotatividade continue”, cobra o vereador Futaro Sato.

b) ênfase - O bom desempenho dos serviços municipais está condicionado à concessão da isenção do pagamento de estacionamento rotativo para veículos oficiais, segundo a matéria.

c) exclusão - A matéria não traz opiniões contrárias ao Projeto de Lei e nem esclarece a posição do prefeito Tuga Angerami diante da sugestão dada pelo vereador Futaro Sato para a criação de vagas destinadas à veículos oficiais, ao invés da isenção da cobrança da área azul.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)

- Matéria neutra ()

- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: B 29

Título: “Prefeitura terá R\$ 288 mi para gastar”²⁹

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 25/09/2007

Descrição: A matéria revela a previsão orçamentária da prefeitura para 2008, que será

entregue pelo Executivo à Câmara Municipal.

Enquadramento:

a) seleção - Após apresentar o valor que a prefeitura terá em caixa no ano de 2008, a matéria explica que, no cálculo, estão incluídos gastos com os salários do funcionalismo e verbas para as secretarias municipais. “A Prefeitura de Bauru terá R\$ 288 milhões para gastar em 2008”, informa o texto. “O valor é 12,5% superior ao orçamento de 2007 (...) e 8,33% maior do que realmente deve entrar no caixa do Executivo até dezembro (...)”. Para o secretário de Finanças, Edmundo Albuquerque, “o orçamento de Bauru ainda está longe do considerado ideal”, segundo a matéria.

b) ênfase - O aumento de 12,5% na arrecadação da prefeitura para 2008, em relação a 2007, é destacado na matéria.

c) exclusão - A matéria não esclarece o valor destinado pela prefeitura para investimentos em 2008, excluindo-se os demais gastos da Administração.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()

- Matéria neutra (X)

- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: B 30

Título: “Tuga cobra empresários e fala em responsabilidade”³⁰

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 26/09/2007

Descrição: O texto revela cobrança feita pelo prefeito Tuga Angerami aos empresários responsáveis pela construção de um mega-empreendimento na rodovia Bauru-Ipaussu para que a obra não fique apenas na promessa.

Enquadramento:

a) seleção - Segundo o texto, a cobrança aos empresários foi feita após o prefeito ter sancionado a lei que aumenta o perímetro urbano de Bauru. “A presença de vocês aqui é para assegurar que esse é um empreendimento em fase de consolidação e não estamos criando ilusões na população”, afirmou o prefeito. “Queremos que haja esse compromisso público”. “Em nenhum momento foi a nossa intenção não fazer esse trabalho com profissionalismo”, disse o diretor da Aiello Urbanismo, Renato Aiello. De acordo com nota encaminhada pela empresa, as próximas etapas para a construção do novo shopping incluem “definição de planta final, aprovação da planta e documentos finais a serem celebrados pelas empresas”.

b) ênfase - Após sancionar lei que aumenta o perímetro urbano de Bauru, o prefeito Tuga transferiu a responsabilidade pela viabilização do mega-empreendimento aos seus responsáveis, isentando-se de qualquer parcela de culpa no caso de uma não concretização da obra, segundo a matéria.

c) exclusão - A matéria não traz uma posição clara dos responsáveis pelo mega-empreendimento a respeito dos próximos passos para a viabilização da obra, assim como das datas para que ela seja iniciada.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)

- Matéria neutra ()

- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: B 31

Título: “Tuga considera CPMF justa, mas critica governo federal”³¹

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 27/09/2007

Descrição: A matéria revela declaração do prefeito Tuga Angerami a favor da CPMF, mas contrária à destinação que está sendo dada à contribuição. Além disso, o prefeito defende a estrutura da saúde pública municipal e fala sobre sua situação político-partidária atual.

Enquadramento:

a) seleção - O prefeito Tuga Angerami considera a CPMF “justa” e afirma que “(...) a cobrança é proporcional às movimentações dos correntistas”, de acordo com a matéria. “Não se pode recolher a CPMF, criada para a saúde, destinar uma parte para saúde e, com a outra mão, retirar do orçamento”, afirmou o prefeito. Além disso, segundo o texto, Tuga “defendeu a saúde básica e se mostrou irritado com críticas que considera injustas ao sistema municipal, feitas por vereadores e por parte da imprensa”.

b) ênfase - Os investimentos que vêm sendo feitos pela atual Administração na área da saúde não justificam as críticas comandadas por vereadores e pela imprensa ao setor, declara o prefeito Tuga Angerami na matéria.

c) exclusão - A matéria não esclarece quais foram as críticas feitas ao sistema de saúde municipal que culminaram com a irritação do prefeito Tuga Angerami.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)

- Matéria neutra ()

- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: B 32

Título: “Taxa fica para 2008 e Tuga já admite isentar atrasados”³²

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 28/09/2007

Descrição: A matéria revela decisão do prefeito Tuga Angerami de realizar a cobrança da taxa de bombeiros apenas em 2008. Além disso, o texto informa que o prefeito está reavaliando a cobrança dos valores retroativos a 2003.

Enquadramento:

a) seleção - Segundo a matéria, Tuga afirma não ser viável a emissão de um carnê para cobrança da taxa ainda neste ano. “O custo ficaria muito caro e não vamos fazer”, declarou o prefeito. Além disso, Tuga admitiu que poderá anistiar os contribuintes que não efetuaram o pagamento da taxa. “Eu pedi opiniões da assessoria jurídica, houve discordância e agora estamos discutindo. Vamos analisar para tomarmos uma posição”, declarou.

b) ênfase - A atitude do prefeito Tuga, que pela primeira vez admitiu a possibilidade de anistiar os contribuintes que não pagaram a taxa de bombeiros, é destacada na matéria.

c) exclusão - A matéria não esclarece como o prefeito justificaria sua decisão, evitando acusação de renúncia de receita, no caso de optar pela isenção dos valores retroativos da taxa

de bombeiros.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura ()
- Matéria neutra (X)
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

Ficha de análise: B 33

Título: “Dívidas consomem R\$ 41 mi e investimentos só R\$ 28 mi”³³

Veículo: Jornal Bom Dia

Data: 28/09/2007

Descrição: A matéria revela os valores referentes ao orçamento de 2008 que a prefeitura terá que disponibilizar para o pagamento de dívidas e para a realização de investimentos no município.

Enquadramento:

a) seleção - De acordo com a matéria, apesar de a prefeitura contar com um orçamento calculado em R\$ 288 milhões para o ano de 2008, enquanto “a cidade terá R\$ 28 milhões para investir, pagará, só de dívidas deixadas por outros governos, R\$ 41 milhões”. “Nosso orçamento fica distante do que seria ideal”, afirma o secretário de Finanças, Edmundo Albuquerque. Para o prefeito Tuga Angerami, “(...) dívida do passado tem que ser paga e temos responsabilidade sobre isso”. Segundo ele, as finanças municipais estão sendo colocadas em ordem e o orçamento de 2008 deverá aumentar com o recadastramento imobiliário. “A partir do momento que for detectado diferença na planta original, será cobrado IPTU, inclusive de até cinco anos retroativos”, afirmou.

b) ênfase - A escassez de recursos para investimentos é associada diretamente ao comprometimento da qualidade de vida da população, segundo a matéria.

c) exclusão - O texto não esclarece quais são as dívidas do passado que comprometem o orçamento da prefeitura para 2008 devido à obrigatoriedade de pagamento.

d) Avaliação

- Matéria favorável à prefeitura (X)
- Matéria neutra ()
- Matéria desfavorável à prefeitura ()

6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise de 84 matérias informativas, sendo 51 do Jornal da Cidade de Bauru e 33 do Jornal Bom Dia Bauru, selecionadas conforme critérios já descritos na metodologia deste trabalho, identificou a existência de 31 textos favoráveis, 28 textos desfavoráveis e 25 textos neutros em relação ao atual governo do prefeito Tuga Angerami, resultados estes sintetizados na tabela apresentada a seguir:

Tabela 1 – Número de enquadramentos da mídia sobre a gestão do prefeito Tuga Angerami em agosto e setembro de 2007

	Jornal da Cidade	Jornal Bom Dia	Total
FAVORÁVEIS	19	12	31
DESFAVORÁVEIS	20	08	28
NEUTROS	12	13	25
TOTAL	51	33	84

Entre grande parte das matérias do Jornal da Cidade classificadas como favoráveis ao atual governo municipal, pudemos estabelecer alguns pontos em comum. O primeiro deles refere-se à existência, quase que exclusiva, de apenas uma fonte (em geral oficial), no texto. Além disso, algumas matérias favoráveis parecem ter sido baseadas em notas oficiais do governo ou em materiais de divulgação encaminhados pela assessoria da prefeitura.

Esta situação impede a contraposição de opiniões e pontos de vista divergentes, elemento essencial para a garantia da pluralidade e do equilíbrio defendidos por alguns teóricos para que a democracia e a formação de uma consciência crítica se fortaleçam, sobretudo no campo da política.

Na matéria “A6”, por exemplo, Wallace Sampaio, secretário de Desenvolvimento Econômico do município, fala sobre o crescimento do interesse das empresas por Bauru sem, contudo, ter como base estudos ou dados técnicos que comprovem suas afirmações ou sem que a matéria apresente pontos de vista divergentes dos seus. A matéria resume-se as opiniões do secretário sobre as prováveis razões para esse aumento no interesse de empresários pela cidade.

O segundo ponto em comum detectado em grande parte das matérias favoráveis ao atual governo publicadas pelo Jornal da Cidade diz respeito à atribuição de culpa por situações negativas existentes hoje a gestões anteriores, sem que os ex-administradores apresentem seus argumentos em relação aos fatos.

Além disso, mesmo ações que poderiam ser consideradas impopulares pela população, como por exemplo, a cobrança retroativa de IPTU referente a não atualização do cadastro mobiliário na prefeitura, por parte do contribuinte (matéria “A 51”), são atenuadas por meio da ênfase dada pelo jornal ao caráter de organização da estrutura dos serviços públicos proposto pelo prefeito Tuga Angerami.

Outro ponto quase que unânime verificado nas matérias de cunho favorável à atual administração refere-se ao enquadramento dado pelo veículo à preocupação do prefeito Tuga Angerami de privilegiar o pagamento de dívidas antigas e o saneamento das contas públicas, mesmo às custas de investimentos em obras para a população (matéria “A8”).

Entre as matérias desfavoráveis ao atual governo municipal, os enquadramentos em comum tornaram-se ainda mais evidentes. Na grande maioria dos textos, pudemos identificar a apresentação de um fato que, em geral, teve seus aspectos negativos salientados na matéria sem que, no entanto, a prefeitura tivesse chance de apresentar seus argumentos e pontos de vista a respeito do assunto.

Outro ponto em comum na maioria das matérias de cunho desfavorável à prefeitura referiu-se à existência de órgãos ou atores políticos divergentes no texto. Contudo, o espaço dado à argumentação dos atores contrários ao governo acabou sendo maior do que o espaço dedicado à defesa dos argumentos da prefeitura, o que prejudicou a correta compreensão dos fatos por parte do público (matéria “A5”). Aqui, pudemos considerar ainda a presença do enquadramento do jogo ao analisarmos o título da matéria: “Pagamento opõe Funprev e Sinserm”.

O terceiro aspecto identificado em alguns textos desfavoráveis à Administração diz respeito à ênfase dada pela matéria ao suposto estado de inércia do atual governo diante de situações negativas que, embora tivessem origem em gestões passadas, poderiam ter suas conseqüências minimizadas diante de uma postura mais ativa do atual prefeito Tuga Angerami (matérias “A 31” e “A 33”). Nesses casos, os fatos também foram apresentados sem que fosse oferecido um espaço correspondente aos pontos de vista da prefeitura em relação às críticas feitas.

Um aspecto que também merece ser ressaltado refere-se aos termos utilizados em algumas matérias para definir as ações políticas do atual governo. Na matéria “A 27”, por exemplo, a situação envolvendo a ampliação do aterro sanitário na cidade é comparada a uma “novela”, que a cada dia ganha um novo “capítulo”. Já na matéria “A 30”, termos como “superfaturado” e “prática de cobrança abusiva” são utilizados para caracterizar os valores cobrados pela Emdurb pelo serviço de funeral assistencial na cidade.

Em geral, as matérias neutras envolvendo o governo do prefeito Tuga Angerami têm como característica a descrição de fatos como, por exemplo, reuniões com órgãos do governo, anúncios de obras públicas, entre outros, ou ainda a abordagem plural e equilibrada de pontos de vista da Administração e de outras fontes relacionadas ao assunto noticiado.

Já o Jornal Bom Dia apresentou um certo equilíbrio entre as matérias classificadas como favoráveis, em um total de 12, e neutras, em um total de 13. Contudo, essa mesma situação não pôde ser aplicada aos enquadramentos classificados como desfavoráveis, que foram identificados em apenas 8 textos.

Assim como nas matérias do Jornal da Cidade, foi possível identificar alguns pontos comuns entre os textos do Jornal Bom Dia classificados como favoráveis ao atual governo. Uma parte das matérias que se encaixou nesse grupo retratou obras feitas pela Administração ou enquadrando ações envolvendo a terceirização de serviços públicos como positivas devido à suposta redução de custos alegada pela prefeitura (matéria “B7”), sem que fossem apresentados pontos de vista contrários a essas ações.

Outras matérias favoráveis enquadraram medidas da prefeitura como o aumento de taxas e tarifas como necessárias para a realização de reformas e investimentos e para o equilíbrio das finanças públicas (matéria “B9”) sem que, contudo, fossem apuradas as possíveis consequências negativas advindas dessas medidas.

Algumas matérias referiram-se, ainda, ao prefeito Tuga Angerami como uma pessoa de posições claras e atitudes bem definidas. Como exemplo, temos a matéria “B 27”, que destaca o empenho do prefeito em manter a venda de terrenos no Jardim Panorama, mesmo com alterações no projeto original, como forma de garantir o asfaltamento de ruas na periferia da cidade, e a matéria “B 30”, que retrata a atitude de cobrança do prefeito em relação aos empresários que anunciaram recentemente a construção de um mega-empreendimento na rodovia Bauru-Ipaussu.

Em relação às matérias classificadas como desfavoráveis, não foi possível identificar um ponto comum entre elas, o que talvez possa ser explicado pelo reduzido número de textos enquadrados nessa categoria. Contudo, de maneira geral, podemos afirmar que as matérias contidas nesse grupo geralmente enquadraram a prefeitura e um outro integrante do governo em posições divergentes, enfatizando aspectos negativos do governo sem que fosse dado espaço equivalente para os argumentos da administração (matérias “B8” e “B 25”).

Além disso, os textos desfavoráveis ao governo municipal também expuseram algumas críticas a gastos supostamente desnecessários feitos pela prefeitura (matéria “B 16”) e à impossibilidade de recebimento de verbas do Governo Federal, por parte do município,

devido à sua inscrição no Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias (matéria “B 10”). Essas matérias também não ofereceram espaço para que a prefeitura apresentasse o seu ponto de vista.

As matérias definidas como neutras, que representaram a maior categoria identificada no Jornal Bom Dia, apresentaram, em geral, as mesmas características das matérias neutras do Jornal da Cidade em razão de retratarem ações e medidas adotadas pela Administração (reuniões, anúncios de projetos de lei, entre outras) com equilíbrio, garantido a pluralidade de argumentos e pontos de vista entre as diversas fontes envolvidas no assunto.

Ao estabelecermos uma comparação entre os enquadramentos utilizados pelo Jornal da Cidade e pelo Jornal Bom Dia, pudemos identificar algumas tendências que podem indicar uma inclinação destes veículos a uma ou outra abordagem mais constante e recorrente.

Identificamos uma maior tendência do Jornal da Cidade para o uso de enquadramentos desfavoráveis às ações políticas da Administração, ao contrário do Jornal Bom Dia, que apresentou um maior número de enquadramentos favoráveis ao governo de Tuga Angerami. Uma comparação entre matérias veiculadas pelos dois veículos de comunicação, relativas ao mesmo tema, com base nos critérios de seleção, ênfase e exclusão, exemplifica a presença de enquadramentos opostos.

Na matéria “A4”, o Jornal da Cidade abordou a questão da construção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do Núcleo Gasparini sob o ponto de vista da falta da concessão da licença de instalação da obra por parte da Cetesb. De acordo com o texto, a prefeitura já estaria com o processo licitatório da ETE concluído e com o contrato com a empresa responsável pela obra assinado. “No entanto, o DAE precisa, obrigatoriamente, da licença de instalação, pedido atualmente em tramitação na Cetesb”, informa o texto. Além disso, apesar de enfatizar que a prefeitura deveria fornecer alguns dados à Cetesb para que a licença fosse liberada, a matéria não trouxe maiores detalhes em relação às “informações adicionais” dadas pelo município ao órgão e também não mencionou quais seriam os requisitos necessários para a liberação da licença de instalação da ETE. Dessa forma, o enquadramento acabou sendo desfavorável à administração.

Já o Jornal Bom Dia, na matéria “B2”, retratou o mesmo assunto levando em conta o fato de que as obras de construção da ETE encontravam-se adiantadas por parte do município, resultando em um enquadramento favorável à administração. Apesar de informar que a licença para a instalação da Estação ainda não havia sido concedida pela Cetesb, a matéria destacou que o DAE “(...) trabalha com uma “folga” de dois meses para a conclusão da ETE (...)”, prevista para ser entregue em “(...) março de 2008, cerca de dois meses antes do prazo

estipulado pelo TAC (Termo de Ajustamento de Conduta)”. “Se acontecer algum imprevisto, o MP [Ministério Público] tem discernimento para promover algum ajuste no TAC”, informou o presidente do DAE no texto, afirmando que o órgão possui todo o seu empenho na obtenção da licença documentado. Além disso, o Jornal Bom Dia não esclareceu quais os requisitos necessários para a concessão da licença de instalação da ETE por parte da Cetesb e se a prefeitura estaria apta a cumprir todos eles no prazo previsto em lei.

Em outro caso, relacionado à existência de uma sentença judicial de cobrança de cerca de R\$ 3 milhões contra a prefeitura, referente à desapropriação de uma área da Cohab para a construção do sambódromo de Bauru, o Jornal da Cidade retratou o assunto enfatizando a falta de ações por parte do Executivo que pudessem levar ao pagamento da dívida antes de sua transformação em precatório (matéria “A 31”). Apesar de atribuir a responsabilidade sobre a dívida a gestões passadas, a matéria afirma que o atual governo não buscou um acordo com a Cohab visando evitar a cobrança judicial. O texto aponta ainda a situação de subaproveitamento do espaço do sambódromo e a falta de manutenção no local por parte do Poder Público. Contudo, apesar das críticas, a matéria não esclarece os motivos que levaram a prefeitura a não buscar um acordo com a Cohab para evitar a transformação da dívida em precatório e não informa o ponto de vista do Executivo a respeito da suposta situação de subaproveitamento do espaço do sambódromo e da alegada falta de manutenção no local, enquadrando a administração municipal de maneira desfavorável.

O Jornal Bom Dia, por sua vez, abordou o mesmo assunto na matéria “B 15”, colocando a Cohab em uma situação embaraçosa diante da prefeitura pelo fato do município ser o principal acionista da Companhia. De acordo com o texto, que apresenta como subtítulo a frase: “Um 'tiro no pé’”, a Cohab teria entrado na justiça contra a prefeitura no ano de 2000, alegando apossamento administrativo. “Vamos quitar, não deixaremos novas dívidas”, disse o prefeito no texto. Já o presidente da Cohab, Edson Bastos Gasparini Jr., informou que “(...) dirigentes poderiam ser responsabilizados se não movessem a ação”. Apesar das críticas à medida adotada pela Cohab, a matéria não esclarece por quê essa cobrança judicial não foi feita pelo órgão em administrações anteriores e por qual razão a atual diretoria da companhia não tentou um acordo com o município antes da dívida se transformar em precatório, colocando a prefeitura em uma situação favorável perante a Cohab.

Essa presença de enquadramentos opostos, relativos a um mesmo tema, em dois jornais distintos, bem como a ausência de equilíbrio entre pontos de vista diferentes nas matérias, resulta em uma apresentação limitada da notícia ao público e faz com que a audiência não tenha acesso à totalidade de informações necessárias para a compreensão do

fato jornalístico.

Com base nos estudos feitos, podemos afirmar que os enquadramentos existem em qualquer processo midiático e que podem ser motivados por inúmeros fatores, que vão desde a rotinização dos processos de produção da notícia até mesmo à disputa de grupos políticos opostos pelo poder. Não cabe a este trabalho buscar as causas que determinam a utilização de um ou outro enquadramento por parte dos jornais analisados, pesquisa esta que deve ser feita de maneira mais abrangente, com base em outras metodologias.

Contudo, a classificação das matérias selecionadas e a organização dos dados em um quadro de análise sugerem que, proporcionalmente, o Jornal Bom Dia Bauru teria obedecido melhor aos princípios éticos de pluralidade e equilíbrio do jornalismo do que o Jornal da Cidade. No Jornal Bom Dia, de um total de 33 matérias avaliadas, 40% foram classificadas como neutras, oferecendo uma abordagem equilibrada entre fatos e pontos de vista de diferentes fontes.

Já no Jornal da Cidade, de um total de 51 textos selecionados, apenas 23,5% apresentaram elementos que pudessem classificá-los como neutros. Em outras palavras, o veículo não teria conseguido atender de forma satisfatória os critérios de pluralidade e equilíbrio do jornalismo por não oferecer espaços equivalentes às diversas fontes e fatos envolvidos no processo noticioso.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise e a classificação das matérias do Jornal da Cidade e do Jornal Bom Dia Bauru relativas à administração do prefeito Tuga Angerami permitiu identificar a predominância de enquadramentos distintos em cada um dos veículos.

Com base na aplicação dos critérios de seleção, ênfase e exclusão citados por Gitlin (1980 apud Porto, 2002, p. 7), é possível sugerir que o Jornal da Cidade obedeceu com menos frequência, em comparação com o Jornal Bom Dia Bauru, os princípios de equilíbrio e pluralidade do jornalismo em razão do reduzido número de textos classificados como neutros. Já o Jornal Bom Dia, em virtude de um maior número de matérias identificadas como neutras, teria conseguido atender melhor a esses princípios éticos.

Contudo, apesar dessas observações individuais, é necessário destacar que o número total de textos considerados neutros, se comparado ao número de matérias classificadas como favoráveis e desfavoráveis, ainda é muito reduzido. Esse fato pode ser explicado, em grande parte, pela padronização dos processos de produção jornalística existente atualmente, que leva a uma fragmentação da informação.

Na opinião de Wolf (2002, p. 181), a falta de tempo dos profissionais envolvidos na elaboração das notícias e as preferências e valores pessoais de cada um deles, associados aos interesses econômicos e políticos dos proprietários dos meios de comunicação, acabam por resultar no predomínio de enquadramentos favoráveis ou desfavoráveis a um determinado grupo e na falta de equilíbrio nas matérias jornalísticas, situação esta verificada na presente pesquisa. “As exigências organizativas e estruturais e as características técnico-expressivas próprias de cada meio de comunicação de massa são elementos fundamentais para a determinação da reprodução da realidade social fornecida pelos mass media”.

De acordo com Azevedo (2006, pp. 97-98), essa ausência de equilíbrio entre posições divergentes e de pluralidade de fontes envolvidas no processo noticioso faz com que o público adquira uma visão limitada dos fatos, assimilando determinadas abordagens como se elas fossem a única verdade existente.

De maneira geral, os textos dos referidos jornais enquadraram as notícias selecionando e excluindo aspectos que fizeram com que determinados fatos ou pontos de vista se tornassem mais salientes do que outros. Em alguns casos, as ações da prefeitura foram enfatizadas e o jornal acabou não apresentando argumentos contrários de outras fontes envolvidas no assunto, o que contribuiu para reforçar uma interpretação favorável das ações do Executivo por parte do público.

Em outras matérias, contudo, pontos de vista contrários às ações da prefeitura foram enfatizados e o Executivo acabou não tendo um espaço equivalente para a apresentação de seus argumentos a respeito das críticas. Essa situação acabou fazendo com que opiniões divergentes das opiniões do prefeito Tuga Angerami fossem reforçadas dentro do contexto noticioso e a administração fosse enquadrada de maneira desfavorável pela mídia.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 88-113.

CUNHA, Karenine Miracelly Rocha. Agora é Lula: enquadramentos do governo do PT Pelo Jornal Nacional. In: **XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2005, Rio de Janeiro.

MIGUEL, Luis Felipe. Modelos utópicos de comunicação de massa para a democracia. **Comunicação & Política**. Vol. 22, n. 3, 2004, p. 129-147.

PORTO, Mauro P. Enquadramentos da mídia e política. In: **25º Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. Salvador, BA, 2002.

PORTO, Mauro P. **A Mídia brasileira e a eleição presidencial de 2000 nos EUA: a cobertura do jornal Folha de S. Paulo**. Cadernos do CEAM, Ano II, n. 6, 2001, pp. 11-32.

ROTHBERG, Danilo. Política mediada, democracia e elites. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 15-40, 2005.

SOARES, M.C. Análise de Enquadramento. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 7ª.ed. Lisboa, Março, 2002.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

9. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

DEFLEUR, Melvin L.; BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da comunicação de massa.** Tradução da 5. ed. norte-americana, Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1993.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo.** Chapecó: Argos, 2002. 223p.

10. ANEXOS

¹ Jornal da Cidade - 01/08/2007 - Política

Tuga quer priorizar garantia de área para o novo Fórum

A gestão política para buscar a possível construção de nova sede para o Fórum de Bauru não depende somente da obtenção da área, mas o prefeito Tuga Angerami comentou ontem que vai priorizar a obtenção de local para, depois, discutir outras exigências como a contrapartida financeira.

Na avaliação do prefeito, a garantia de área para acompanhar o futuro projeto de construção do novo Fórum não deve ser desviada da discussão, neste momento, apesar da administração ter tomado conhecimento de que a viabilização do programa depende de contrapartida financeira por parte do Município. A exigência é do Estado para a aprovação de investimentos no setor, conforme anunciou há poucos dias a Secretaria de Justiça.

Perguntado sobre a viabilidade de garantir a contrapartida financeira estabelecida em 20% do custo de implantação para projetos do gênero, o prefeito reiterou a ação em favor da área, através de sua assessoria de imprensa. "O prefeito Tuga Angerami está concentrando esforços, juntamente com o Poder Judiciário, para viabilizar a cessão de uma área que possa abrigar o novo prédio do Fórum. Outras questões, inclusive a financeira, serão tratadas posteriormente", comentou.

Conforme o deputado estadual Pedro Tobias (PSDB), a Secretaria Estadual de Justiça conta com recursos para discutir projetos de instalação e expansão para as Comarcas, mas como o número de solicitações é muito superior ao volume de recursos disponíveis a saída é levantar projeto compatível com as pretensões e garantir contrapartida municipal.

"Ter a área disponível e apresentar projeto completo, pronto, são alguns dos requisitos básicos. Mas isso não resolve tudo. A gestão política junto à Secretaria de Justiça envolve discutir prioridade para pedidos de diferentes municípios e uma das questões mais importantes é garantir que a prefeitura participe com 20% do custo. E isso independe de existência de área, é para participar do custo da obra", conta.

A Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania está contando com R\$ 100 milhões para reforma e construção de fóruns em vários municípios, segundo informe no site oficial da pasta. Nos primeiros três meses de governo, a Secretaria da Justiça anunciou a retomada das obras do fórum de São José dos Campos, paralisadas desde o ano passado, e a liberação de recursos para a construção do novo fórum de Fórum Cível de São José do Rio Preto.

Em março deste ano, durante visita a Rio Preto, o governador José Serra disponibilizou recursos para a construção do novo Fórum Cível da cidade e ainda para reforma do atual prédio. O investimento anunciado nas obras foi de R\$ 7,3 milhões e o governo paulista custeará 80% desse valor, ou cerca de R\$ 5,8 milhões. A prefeitura local entrará com 20% e cedeu o terreno.

Para o deputado estadual tucano, no caso de Bauru a demanda deveria ser encaminhada em etapas. "Acho que diante da grande lista estadual de prioridades na área e dos recursos disponíveis que a estratégia melhor seria pedir o Fórum integral, com toda a estrutura da Cidade Judiciária, incluindo Ministério Público e as áreas judiciárias no projeto, mas com pedido de verbas por etapas", defende.

Sobre o terreno para receber o novo Fórum, o Instituto Profissional de Reabilitação Primeiro de Agosto aprovou, em assembléia realizada em abril passado, a destinação de uma área de 50 mil metros quadrados para abrigar a instalação da nova sede do Fórum de Bauru nas proximidades do Hospital Estadual (HE), no Núcleo Geisel.

O que ainda não foi definido é a forma de cessão ou transferência do imóvel. Em conversa recente sobre o assunto no Legislativo, onde houve a participação do prefeito Tuga Angerami e de integrantes do Judiciário e do Ministério Público (MP), foi discutido que a forma legal mais adequada seria a de transferir a gleba autorizada em ata pelo instituto com anuência da prefeitura.

Alguns parlamentares defendem, inclusive, que para se evitar demandas judiciais contestando a transferência de parte da gleba seria necessário projeto de lei tratando da negociação. Outro obstáculo é que o instituto estaria exigindo prazo para a realização das obras, o que pode dificultar a aprovação do projeto junto ao Estado em função das limitações orçamentárias para financiar o projeto no tempo desejado. O tema está em discussão entre as partes.

² Jornal da Cidade - 01/08/2007 - Política

Prefeitura paga terceira parcela do acordo da dívida com Funprev

A Prefeitura de Bauru efetuou, ontem, o pagamento da terceira parcela do acordo com a Fundação de Previdência dos Servidores Municipais (Funprev). Foram repassados R\$ 845.241,41. O acordo prevê o parcelamento da dívida de aproximadamente R\$ 80 milhões, herdada de administrações anteriores, em 240 meses.

Além do cumprimento do acordo de parcelamento, desde janeiro de 2005 a atual administração vem repassando os recolhimentos mensais à Funprev. Os valores referem-se à cota patronal e ao desconto em folha dos servidores. Neste mês, a Prefeitura repassou R\$ 2.243.311,71 à Funprev, sendo R\$ 1.495.541,32 referentes à cota patronal e R\$ 747.770,39 descontados em folha do funcionalismo.

Apesar dos repasses e do cumprimento do acordo da dívida, o resultado entre receita e despesa por repasses na fundação passou a apresentar déficit a partir de maio deste ano. A razão é que mesmo o pagamento da parcela da dívida e o aumento da alíquota do repasse patronal de 14,5% para 22% do gasto com folha não estão sendo suficientes para cobrir o aumento de despesas, representado sobretudo pela transferência do pagamento de pensões e aposentadorias de cerca de 1.300 inativos.

Antes esse contingente era pago pela prefeitura. A alteração na lei, por exigência federal, levou à despesa para a fundação, mas sem a contrapartida de fluxo financeiro inicial.

³ Jornal da Cidade - 03/08/2007 - Política

Vereador discute 'dobra' de professores municipais

Atendendo a solicitação de docentes, o vereador Paulo Eduardo Martins Neto (DEM) participou de reunião com o prefeito Tuga Angerami e outros integrantes da administração municipal para discutir a necessidade de realização de concurso público para a contratação de mais profissionais e a situação de aproximadamente 70 professores que realizam as chamadas "dobras" de turnos. Também estiveram presentes a secretária de Educação, Ana Maria Lombardi Daibem, o secretário de Negócios Jurídicos, Emerson Silva Ribeiro, o secretário da Administração, Fernando Ferreira Jorge, e a procuradora jurídica do município, Denise Baptista de Oliveira.

Segundo a assessoria de imprensa do Legislativo bauruense, a questão das dobras se agravaram a partir de 2003, quando a administração anterior decidiu abrir concurso que promoveu professores do nível PI para PII sem, contudo, completar o suprimento com novas vagas para substitutos.

A medida, associada à criação das Escolas de Ensino Fundamental (EMEFs), fez com que

houvesse uma sobrecarga de horas aulas na rede municipal, conforme a assessoria da Câmara. Com isso, professores passaram a dobrar horários em turnos sucessivos para suprir as vagas de docentes nas salas de aula, sem receber os vencimentos devidos sendo excluídos os sábados, domingos, feriados e ponto facultativo.

O parlamentar questionou, ainda, a não-remuneração pela administração nos casos de dobra aos sábados, domingos, feriados e ponto facultativo, situação em que ele acredita configurar-se como duplo contrato, o que daria aos professores o direito de receber os vencimentos correspondentes ao outro cargo. “Trata-se de reivindicação justa dos professores que realizam trabalho de extrema importância para o município”, ressaltou Martins Neto.

A assessoria de imprensa informou que o vereador foi atendido em relação à reivindicação de abertura de concurso com a publicação no Diário Oficial do Município de abertura de concurso público para o cargo de professor de Ensino Fundamental I, inicialmente com cinco vagas.

Já sobre os valores requeridos pelos professores, a assessoria de imprensa da prefeitura informou que a secretaria da Administração destacou que a remuneração será feita conforme acordado na reunião. A previsão é de que o pagamento seja feito juntamente com os salários relativos ao mês de agosto.

⁴ Jornal da Cidade - 03/08/2007 - Política

Tuga e Clemente discutem licença

Prefeito e presidente do DAE reúnem-se com Cetesb para debater licença de instalação de estação de esgoto do Núcleo Gasparini

O prefeito Tuga Angerami e o presidente do Departamento de Água e Esgoto (DAE) de Bauru, José Clemente Rezende, reuniram-se, ontem à tarde, em São Paulo, com o diretor de Controle de Poluição Ambiental da Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (Cetesb), Otávio Okano, para discutir a obtenção da licença de instalação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do Núcleo Gasparini.

A autarquia bauruense já recebeu da Cetesb a licença ambiental prévia da ETE. Além disso, o processo licitatório para a construção da estação foi concluído e o contrato com a empresa vencedora já foi assinado. No entanto, o DAE precisa, obrigatoriamente, da licença de instalação, pedido atualmente em tramitação na Cetesb, para que a obra, orçada em cerca de R\$ 1,9 milhão, se inicie.

Durante a reunião, Angerami e Rezende forneceram informações adicionais ao órgão e também foram orientados pelo diretor da Cetesb sobre quais dados técnicos ainda são necessários para a obtenção da licença. “Fomos para complementar algumas informações, mas há outras solicitadas que deveremos protocolá-las até a semana que vem”, informou o presidente do DAE.

Rezende contou que as duas principais solicitações de informações feitas pela Cetesb referem-se ao número de habitantes e a vazão de córregos. “O órgão quer saber se a vazão dos córregos comportam o lançamento do esgoto tratado, tornando-se emissários encarregados de transportá-lo, ou se os resíduos necessitam ser lançados um pouco mais abaixo, onde há maior vazão de água nos córregos. Além disso, eles enfocaram a análise relativa ao número de habitantes”, frisou. E acrescentou: “Deveremos protocolar essas informações finais na semana que vem e, em seguida, a Cetesb analisa e fornece a licença de instalação, permitindo o início da construção da estação.”

Segundo o presidente do DAE, a expectativa é que a licença de instalação seja concedida pela Cetesb em até 30 dias. “Acredito que entre 20 a 30 dias ela seja liberada. Não será um processo tão demorado, pois, quando já há a licença ambiental prévia, significa que a maioria do projeto já foi

analisado, faltando apenas essas complementações solicitadas”, estimou Rezende.

O prazo de execução da construção da estação é de seis meses e, segundo o presidente da autarquia, tão logo a licença saia a obra já poderá começar. “A empresa já está até com o material comprado e a mão-de-obra contratada e estruturada para implantar o canteiro do empreendimento”, destacou.

Quando a unidade estiver em funcionamento, terá condições de atender uma população de até 50 mil habitantes, demanda estimada nos próximos 20 anos para aquela região da cidade. A unidade contará com dois módulos que irão tratar, em média, 432 metros cúbicos de esgoto/hora, coletados nos bairros Núcleo Gasparini, Vanuíre, Pousada da Esperança I e II, parte da Vila São Paulo, Jardim Helena e Parque Nova Bauru.

A construção da ETE é necessária em razão de um desnível de 100 metros que a área apresenta em relação a outras regiões da cidade que serão atendidas pela Estação de Tratamento de Esgoto Vargem Limpa.

⁵ Jornal da Cidade - 04/08/2007 - Política

Pagamento opõe Funprev e Sinserm

Sindicato do Servidor cobra alternativas para aposentados e pensionistas receberem vencimentos na mesma data dos demais

O Sindicato dos Servidores Municipais (Sinserm) quer que a prefeitura e a Fundação de Previdência (Funprev) estudem alternativas administrativas para que os vencimentos dos aposentados e pensionistas voltem a ser pagos na mesma data dos funcionários da ativa, para quem o governo Tuga Angerami tem efetuado o pagamento de forma antecipada.

Por lei, o funcionalismo público municipal recebe seus vencimentos no primeiro dia útil de cada mês. Entretanto, a administração atual tem antecipado o pagamento para os servidores da ativa, enquanto que para os aposentados e pensionistas o repasse para o pagamento está sendo efetuado à Funprev - que acolheu recentemente a folha das categorias - a fim de ser efetuado no primeiro dia útil.

Para os sindicalistas, que afirmaram já ter recebido inúmeras reclamações das categorias, tal procedimento configura-se como “discriminação” aos inativos. “Qual a razão dessa discriminação? Sempre houve tratamento igualitário em função da lei, pois eles têm direito, por serem estatutários, à isonomia e a todos os direitos garantidos aos da ativa”, enfatizou Idelma Corral, diretora do Sinserm. E acrescentou:

“Se o prefeito está tomando essa atitude política de adiantar os ativos, deveria proceder da mesma forma para os inativos. Existe um empecilho ou dificuldade? Se o chefe do Executivo não repassa no mesmo dia à Funprev a fim dela poder fazer o pagamento aos inativos, então que tome essa providência.”

Além do repasse antecipado da alíquota previdenciária à Funprev, os sindicalistas também sugerem a modificação da data da aplicação financeira (o atual fundo de recursos) mantida pela Fundação em instituição bancária. “É só pegar um gráfico dos dias que foram pagos os salários dos ativos e fazer uma previsão dessa aplicação para que dê certo da Funprev fazer o pagamento aos aposentados. Basta boa vontade política em pensar nessas alternativas”, sustentou Corral. “Mas não estamos criticando que a prefeitura está adiantando os pagamentos e nem queremos que o prefeito deixe de fazer isso. Queremos sim tratamento igualitário para todos”, completou Sônia Carvalho, diretora do Sinserm.

Já o advogado do sindicato, Sandro Fernandes, também cobrou soluções administrativas para equacionar a questão. “A princípio, ainda não estamos pensando nisso por acharmos que dá para resolver administrativamente. O que está ocorrendo é falta de planejamento e uma questão absurda de discriminação e modificação de uma relação jurídica que já existia antes”, ressaltou.

Apesar disso, Fernandes não descarta a adoção de medidas judiciais. “Na medida em que houve a transferência à Funprev, instaurou-se um prejuízo para os aposentados e inativos que não se justifica mantê-lo, pois a Fundação tem dinheiro em caixa. Por isso, é um problema de gerenciamento mesmo e as partes envolvidas, a Funprev e a prefeitura, têm de resolver esse assunto, pois as categorias não podem ser submetidas a isso. E, caso não tomem providências e não se esgotem as possibilidades administrativas, podemos estudar medidas judiciais a respeito”, frisou o advogado.

A Funprev

Ao comentar o assunto, o presidente da Funprev, Gilson Gimenes, explicou que não houve qualquer “surpresa” legal para os aposentados e pensionistas. “O que está havendo é que a administração está adiantando os pagamentos e a Fundação, para não descapitalizar os recursos aplicados, está buscando formas de esperar os repasses para depois pagar no primeiro dia útil, quando se é, impreterivelmente, obrigado a se realizar o pagamento dessas categorias”, afirmou.

Gimenes completou que as aplicações também visam amenizar o déficit já projetado para o caixa da Fundação. “Teremos um déficit de mais de R\$ 400 milhões para daqui a 75 anos. Por isso, quanto mais rentabilidade conseguirmos no mercado financeiro, mais conseguiremos empurrar esse déficit. Buscar rentabilidade é uma necessidade e a Fundação hoje tem mais de R\$ 1,3 milhão e daqui a dois meses poderá chegar à R\$ 1,6 milhão, o que é importante para garantir que tenhamos recursos suficientes a longo prazo”, salientou.

Já a prefeitura, através da assessoria de imprensa, sustentou que a atual administração comprometeu-se a fazer o repasse das parcelas da dívida da Funprev, no último dia útil de cada mês, e está cumprindo o que ficou acordado. Além disso, a assessoria acrescentou que, não há no momento nenhuma discussão em andamento visando modificações neste procedimento.

⁶ Jornal da Cidade - 04/08/2007 - Economia

Cresce interesse de empresas por Bauru

Secretaria de Desenvolvimento Econômico diz que procura de investidores pelo município aumentou mais de 50%

Bauru está recebendo mais atenção de investidores. Segundo informações do secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Wallace Sampaio, o interesse de novas empresas em sondar o município para expandir seus negócios tem aumentado substancialmente no último semestre. “Cresceu mais de 50% em comparação com os dois anos anteriores. São empresas de dentro e de fora do Estado de São Paulo”, completa, sem citar detalhes para não comprometer nenhuma negociação.

O perfil das companhias se restringe a grupos de médio e grande portes. A maioria, conforme Sampaio, é do segmento de prestação de serviços. O ramo de comércio atacadista vem em seguida.

Até agora, nenhum investidor bateu o martelo. No entanto, o secretário adianta que várias propostas estão em andamento. Ele preferiu não citar os nomes das companhias, já que essa foi uma das condições estabelecidas pelas empresas.

De acordo com Sampaio, o processo é longo. Atualmente, a maior parte dos investidores está na fase de coleta de dados gerais sobre Bauru. Eles buscam informações referentes à localização geográfica do município, à logística, abastecimento de água e energia elétrica, índice de qualidade de

vida, Produto Interno Bruto (PIB), dados da população da região, entre outros aspectos. “Basicamente, eles querem saber quais são as vantagens que Bauru oferece”, acrescenta.

O secretário de Desenvolvimento Econômico explica que as empresas relacionam algumas cidades para pesquisar suas potencialidades e constatar qual delas melhor se enquadra no perfil de funcionamento da companhia.

Na opinião dele, Bauru tem vários diferenciais, entre eles a localização geográfica e a mão-de-obra qualificada disponível, representada pela demanda de universitários do município. Além disso, Sampaio aponta a melhora da imagem de Bauru perante a mídia.

“Até alguns anos atrás, Bauru tinha uma imagem extremamente negativa em razão do cenário político. Hoje isso mudou, porque a conjuntura política está mais harmoniosa. Para mim, esse é o fator preponderante”, destaca.

Crédito

A recuperação do crédito da administração nos âmbitos municipal, estadual e federal foi outro aspecto apontado pelo secretário. “Bauru era vista como inadimplente, seja com o governo federal, com a Previdência dos funcionários (públicos), com a CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz). Hoje, esta imagem está recuperada”, completa.

Sampaio ressalta, ainda, que a efetivação do tratamento de esgoto do município também tem contribuído muito para despertar o interesse de investidores.

O novo aeroporto da cidade também tem sido um dos atrativos às empresas que pretendem expandir seus negócios para o município, segundo opina o secretário Wallace Sampaio.

“Ele interliga Bauru com a Capital e Estados do Norte e Nordeste. Fica fácil para o empreendedor vir a Bauru”, analisa.

A prefeitura oferece dois incentivos fiscais às empresas que se instalam no município. Um deles é o Imposto Sobre Serviços (ISS), cuja alíquota é de 2%, a menor que se pode aplicar no País, segundo Sampaio. Já a companhia que se instala fora da área urbana ou dentro de algum dos três distritos industriais tem isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) por dez anos.

Expansão

A Linha & Bainha, rede especializada em costura e customização, pretende expandir franquias da marca para Bauru e região. Segundo a assessoria de imprensa da empresa, o grupo busca investidores, já que confirmou a viabilidade da expansão dos negócios na região, que inclui, além de Bauru, as cidades de Pederneiras, Barra Bonita, Bocaina, Duartina, Pirajuí, Dois Córregos, Jaú, Lençóis Paulista, Guaiçara, Lins e Bariri. Os interessados devem entrar em contato pelo telefone (11) 5535-4110.

Turismo de negócios é impulsionado

A crescente demanda de investidores em Bauru, avaliando possíveis expansões de suas atividades, tem incentivado o turismo de negócios no município. A constatação é do secretário de Desenvolvimento Econômico, Wallace Sampaio. “Temos registrado um aumento de eventos promovidos em Bauru. A tendência é de que os investimentos no setor de hotelaria cresçam ainda mais do que tem crescido”, comenta.

De acordo com Michele Obeid, presidente do Bauru Convention Bureau, nos últimos 18

meses o município ganhou dois novos empreendimentos hoteleiros, totalizando 300 apartamentos. A expectativa, segundo ela, é de mais crescimento.

Para Michele, além do aeroporto Moussa Tobias, a posição geográfica de Bauru no Estado de São Paulo e a forte economia regional propiciam o crescimento de eventos de negócios em Bauru e, conseqüentemente, do turismo empresarial.

“Mas não adianta só crescer em investimento se não há aumento de demanda. Se isso acontecer, ficamos com uma economia estagnada, um crescimento maquiado, que deixa de ser verdadeiro”, alerta.

⁷ Jornal da Cidade - 07/08/2007 - Política

Tobias pede autocrítica de poderes

Na sessão de aniversário da cidade, deputado puxa orelha do Executivo e Legislativo sobre decisões para o futuro

O deputado estadual Pedro Tobias (PSDB) puxou o orelha dos poderes Legislativo e Executivo ao discursar ontem, na sessão solene comemorativa aos 111 anos de Bauru. Ele ponderou que as dificuldades estruturais e financeiras enfrentadas pela cidade têm relação com decisões negativas do passado e de falta de ação no presente.

Na visão do deputado – que compareceu ao Legislativo usando boné em virtude da recuperação de uma cirurgia para combater aneurisma – as dificuldades enfrentadas pela Prefeitura de Bauru neste momento estão diretamente ligadas com o passado. “A culpa pela dificuldade de investimentos de hoje também é da Câmara. Eu estou um pouco velho, mas ainda tenho memória para lembrar de projetos que foram aprovados aqui que ajudaram a cidade a atrasar, parar. Aprovou os Lotes Urbanizados, o financiamento do viaduto inacabado e a passagem do funcionário de celetista para estatutário sem previdência complementar. Isso tudo traz prejuízo por vários anos e gerou dívidas”, discursou.

Na avaliação de Tobias, essas e outras decisões do Executivo no passado e que passaram pelo Legislativo custam muito caro para o município. “Se tem a previdência complementar, não teria problemas de pagamentos com o tempo, e a maioria fica com problema a partir do teto de hoje de R\$ 2.800,00. Agora a prefeitura teve de acertar contas também porque não pagou previdência no passado e vai continuar pagando por 20 anos, isso se os outros prefeitos pagarem. As obras inacabadas foram aprovadas e agora a cidade paga a conta e não tem a obra pronta”, ressaltou.

Em seguida, o deputado fez menção às dificuldades no atendimento básico de saúde e de urgência no Município para refletir sobre a qualidade dos gastos do Executivo. “A prefeitura hoje gasta mais de R\$ 60 milhões por ano com a Saúde, é bastante dinheiro e olha que serviço é prestado. A vinda do Hospital Estadual e outros fatores tiraram 30 mil usuários da Unimed e aqui se gasta R\$ 60 milhões e não tem resultado bom. É preciso fazer autocrítica sobre esses problemas”, comentou.

Fora da tribuna, Pedro Tobias complementou que optou por um discurso de “chamar à reflexão pelos problemas que passamos, para que a gente não se esqueça que algumas decisões erradas na vida pública geram contas muito caras para a população, que levam anos para serem eliminadas”.

⁸ Jornal da Cidade - 07/08/2007 - Política

Tuga manda ofício e Purini fala de acertos

O prefeito Tuga Angerami não compareceu à sessão solene de aniversário da cidade ontem na

Câmara e justificou, por ofício, que atendeu a compromisso de ordem médica familiar. No ofício, lido na sessão, o chefe do Executivo destacou a interação dos poderes e o esforço de diálogo entre os mesmos para buscar alternativas à cidade.

Na visão do prefeito, há motivos para “festejar os 111 anos de nosso município, reconhecendo metas ainda a serem cumpridas”. Ele elencou como avanços as negociações de dívidas como as com a CPFL, a Fundação de Previdência, os encargos sociais da Emdurb e a quitação de restos a pagar do governo anterior. Tuga apontou como prioridades os “desafios em saúde, educação, pavimentação e iluminação pública”.

Ao falar como representante do Executivo, o vice-prefeito Renato Purini ratificou a fala de Angerami e comentou que “é natural a cobrança imediata das pessoas. Mas a recuperação da confiança e das finanças já vale uma administração e os resultados disso só vão ser vistos nos próximos anos”.

Renato Purini enfatizou que “foi opção do governo atual acertar as contas para permitir o retorno dos investimentos depois”. Em seguida, ele defendeu como prioridade o desenvolvimento do aeroporto Moussa Tobias e opinou que, além do terminal de cargas, o equipamento comporta espaço como “aeroporto industrial e o economista Joelmir Betting já apontou que aqui pode ser o principal entroncamento de cargas do País até 2020, manufaturar e transformar produtos no entorno do aeroporto de Bauru e enviar para fora e outras regiões do País”, finalizou.

⁹ Jornal da Cidade - 07/08/2007 - Política

Reunião em S. Paulo discute aeroporto

Autoridades bauruenses e regionais participarão, amanhã à tarde, na Secretaria dos Transportes, de uma audiência com o titular da pasta, Mauro Arce, e representantes do Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (Daesp) para discutir o projeto de ampliação do aeroporto Moussa Tobias para receber um terminal de cargas.

O presidente da Câmara de Bauru, Paulo Madureira (PP), e o prefeito Tuga Angerami já convidaram os líderes dos Legislativos e do Executivo de 40 municípios da região para engrossarem a comitiva de autoridades. O encontro também contará com a presença dos deputados Pedro Tobias (PSDB) e José Paulo Tóffano (PV).

Os convites de Angerami e Madureira foram encaminhados para os municípios de Agudos, Arealva, Avaí, Balbinos, Bariri, Barra Bonita, Bocaina, Boracéia, Borebi, Cabralia Paulista, Cafelândia, Dois Córregos, Duartina, Gália, Garça, Getulina, Guaiçara, Guaimbé, Guarantã, Iacanga, Igarapu do Tietê, Itajú, Itapuí, Jaú, Lençóis Paulista, Lins, Lucianópolis, Macatuba, Mineiros do Tietê, Paulistânia, Pederneiras, Pirajuí, Piratininga, Pongaí, Presidente Alves, Promissão, Reginópolis, Sabino, Ubrajara e Uru.

O processo que busca a homologação do aeroporto Moussa Tobias para se transformar em terminal de cargas aguarda posição da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Antes do processo retornar ao Daesp para que o órgão estadual encaminhe o pedido de homologação ao Governo Federal, é necessário o aval de órgãos como a Anvisa, Polícia Federal, Receita Federal e Ministério da Agricultura. Os demais órgãos citados já se manifestaram.

¹ ⁰ Jornal da Cidade - 07/08/2007 - Política

Câmara cobra ousadia do Executivo

Representando o Legislativo, a vereadora Majô Jandreice (PC do B) discursou, durante a sessão solene comemorativa dos 111 anos de emancipação político-administrativa de Bauru, cobrando

ousadia do Executivo na solução dos problemas da cidade, como a falta de infra-estrutura nos bairros.

Ao citar que a capacidade de investimentos está se retomando e as dívidas negociadas na cidade, Jandreice ressaltou que a ausência de infra-estrutura, especialmente o asfalto, tem castigado a periferia. “Os moradores têm sido pacientes, mas pedem mais pressa e ousadia”, destacou a vereadora, que considerou que a ousadia deve ser a vocação de Bauru de hoje em diante.

“Bauru precisa e pode ser uma cidade vencedora. Mas para isso é necessário firmeza para vencer as adversidades e ousadia para empreender com passos firmes em direção ao futuro. A comunidade precisa ter objetivos e planos comuns que beneficiem a todos, baseados na colaboração para resolver problemas. Nossa vocação daqui para frente deve ser a ousadia, pois é com ela que iremos conquistar uma cidade melhor e mais solidária”, sustentou a parlamentar.

Jandreice também frisou a relação entre o Executivo e Legislativo argumentando que é preciso ir além da manutenção da harmonia entre os poderes. “Não basta só fazer comparações entre as situações passadas e presente. É preciso ir mais adiante, tocar a bola para frente, indicar e descortinar coisas novas. E aí entra o papel dos partidos, das lideranças empresariais, dos movimentos sociais, das instituições, do Executivo e Legislativo. A todos cabe a análise dos avanços, dos acertos, dos erros e das deficiências no sentido de avançar rumo a mudanças e melhorar nossa qualidade de vida”, salientou.

A parlamentar ponderou também que, apesar do crescimento das exportações, da produção diversificada e da iniciativa privada acreditar cada vez mais em Bauru, um dos grandes desafios do município é oferecer mais emprego e renda. Além disso, Jandreice cobrou do poder público e de toda população bauruense a responsabilidade em ter uma cidade mais limpa, com mais árvores e ruas arrumadas.

“Certamente, essa é uma grande demanda, mas para vivermos melhor e desfrutarmos do que a cidade poderá nos oferecer no futuro precisamos ser intransigentes na preservação ambiental, cuidando de nossa água, do que resta do nosso cerrado e descartando corretamente o lixo”, sustentou.

¹ ¹ Jornal da Cidade - 09/08/2007 - Política

Estado pede demanda do aeroporto

Prefeitos e vereadores da região vão levantar o potencial de transporte de produtos perecíveis e com valor agregado

A Secretaria Estadual dos Transportes solicitou à comitiva de prefeitos, deputados e vereadores, como o presidente da Câmara de Bauru, Paulo Madureira, e João Parreira de Miranda, José Paulo Tóffano (PV) e Pedro Tobias (PSDB), que seja realizado um estudo de levantamento da demanda de carga na área de abrangência do aeroporto Moussa Tobias. O secretário dos Transportes, Mauro Arce, disse ontem à comitiva na Capital que é fundamental que o estudo seja incluído no Plano Aeroportuário em análise junto à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para ser agregado às vantagens de logística e baixo custo de implantação do projeto.

Conforme o secretário estadual, o novo aeroporto de Bauru foi mantido como alternativa à proposta de transformação em equipamento de carga junto com o de Rio Preto e de Ribeirão Preto, mas é o estudo de demanda que vai permitir que a proposta avance com maior rapidez junto ao Estado e, sobretudo, o poder concedente, a União. “Se tem demanda de carga, o projeto torna-se muito mais fácil de ser viabilizado do ponto de vista operacional. E se a região apresentar também investidores e empresários que pretendem atuar em armazém para cargas, o Estado abre concessão. O principal ponto é demanda”, salientou Mauro Arce, para uma platéia de prefeitos, vereadores, deputados e assessores parlamentares que tornou pequena a sala de audiências da secretaria paulista, ontem à tarde, em São Paulo.

O prefeito de Bauru, Tuga Angerami, disse, em nome dos demais representantes de prefeituras da região, que a comitiva era uma demonstração prática de que os municípios estão mobilizados na busca da homologação do terminal de cargas como “elemento indutor de demanda e de desenvolvimento para a economia da região à margem direita do rio Tietê, que sempre ficou atrás da outra margem quanto a investimentos para desenvolvimento. Temos um aeroporto novo, com entorno protegido, na região central do Estado, e cujo custo de investimento para terminal de cargas é quatro vezes menor que o projeto em Ribeirão Preto. Mas não queremos disputa de braço com Ribeirão, queremos mostrar que o equipamento da região é uma ótima alternativa e este lado do Estado também merece ter oportunidade de participar do desenvolvimento regional e buscar oportunidades para exportar riquezas e produção”, abordou.

Angerami lembrou, com o apoio dos demais prefeitos e vereadores da região, que as dificuldades na implantação de terminal de cargas em Ribeirão Preto - como desapropriação de mais de 1.800 famílias e custo total de R\$ 230 milhões - não podem ser ignorados e que, além disso, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) propõe que o aeroporto de Viracopos, em Campinas, seja priorizado como alternativa para transporte de passageiros e não de carga, o que abre para o aeroporto Bauru-Arealva “excelente oportunidade de agregar esse tipo de utilização a um custo de R\$ 26 milhões, conforme estudo do próprio Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (Daesp)”.

O prefeito de Agudos, Carlos Octaviani, comentou que o Estado vai verificar no levantamento de demanda que, além dessas questões, que a área de influência da região Central do Estado já comporta volume para aproveitamento imediato do novo aeroporto como de carga. Ele sugeriu ao prefeito Tuga Angerami, deputados Tóffano e Pedro Tobias, a divisão de tarefas para que cada um dos municípios levante as demandas reais em estudo. Do encontro, a comitiva decidiu que será necessário realizar reunião com cada uma dos representantes, sugerida para acontecer em Bauru, para a discussão e apresentação do estudo de demanda de cargas.

O deputado federal José Paulo Tóffano ponderou que o estudo deve levar em conta a natural opção industrial e de logística por Bauru para exportação de produtos perecíveis e de valor agregado em um raio além das divisas vizinhas a Bauru. “É evidente que o frigorífico Bertim em Lins terá interesse natural em levar carga aeroviária por Bauru ao invés de qualquer outro aeroporto. E assim o estudo deve contemplar essa demanda efetiva”, comenta.

Enquanto o estudo será levantado, o deputado federal informou que vai fazer nova gestão junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para buscar parecer favorável à futura homologação do aeroporto de Bauru-Arealva para terminal de cargas. A posição é uma das exigências para que o projeto tenha andamento junto à União.

O deputado estadual Pedro Tobias considera que a posição da secretaria de discutir os projetos em cima de dados leva em conta potencial econômico das regiões para o planejamento e a decisão quanto aos investimentos.

O presidente da Câmara de Bauru, Paulo Madureira, e o vereador João Parreira salientaram que o trabalho dos Legislativos das cidades da região será fundamental no levantamento da demanda potencial por cargas. Eles ainda sugeriram que o trabalho seja realizado com o apoio técnico e de informações das regionais do Ciesp e Fiesp em Bauru, para aprofundar o estudo.

Independentemente da demanda, o secretário Estadual salientou que o governo paulista terá de dar destinação ao projeto de implantação de terminal de cargas em Ribeirão Preto, em virtude do programa iniciado em 2003 já ter levado à concessão para armazém no aeroporto daquela cidade.

De qualquer forma, ele confirmou que o projeto em Ribeirão Preto não terá como ser concluído se o estudo de impacto ambiental não for aprovado. O documento que aponta restrições

operacionais e ambientais para o terminal em Ribeirão Preto vai ser submetido a audiência pública em data ainda a ser marcada pelo Daesp.

¹ ² Jornal da Cidade - 12/08/2007 - Política

Conferência definirá políticas públicas

Terceira edição do evento em Bauru será no próximo final de semana, com o tema 'Avançando na Gestão Democrática'

A 3.^a edição da Conferência da Cidade de Bauru, que será realizada na próxima sexta-feira e sábado, pode definir importantes passos das políticas públicas a serem implementadas no município. Como exemplo, na 2.^a Conferência, realizada em 2005, ficou definido que o Fundo de Esgoto seria arrecadado junto com a cobrança do consumo de água.

A conferência deste ano está estruturada com cinco mesas de debates que contemplam o tema "Avançando na Gestão Democrática das Cidades", pré-estabelecido pelo Ministério das Cidades. Todas as mesas tratam de assuntos que se interligam.

A mesa número 1 discutirá "As intervenções locais e a integração de políticas", assuntos com especial urgência para a população de Bauru. Por trás desse tema está o debate de como integrar políticas públicas de habitação, mobilidade e saneamento básico na cidade.

A arquiteta Maria Helena Rigitano, funcionária da Secretaria Municipal de Planejamento e integrante da Comissão Preparatória da Conferência, explica que as diretrizes gerais desses três temas já constam na proposta do Plano Diretor (PD) de Bauru, que tramita há 11 meses para discussão e aprovação da Câmara Municipal.

Mesmo que aprovado o PD, que aponta caminhos, as políticas para o setor de habitação, mobilidade pela cidade e saneamento necessitam de instrumentos de gerenciamento e recursos para se investir.

Rigitano esclarece que a primeira mesa vai debater a proposta de criação do Conselho Municipal da Habitação e do Fundo Municipal da Habitação.

Recursos

Ela lembra que o governo federal não destina recursos do Fundo Nacional de Habitação para municípios que não tenham Fundo de Habitação. Rigitano frisa que, em dezembro deste ano, termina o prazo para que o município constitua o Fundo e o Conselho de Habitação.

"Essa (habitação) é a principal dentre outras questões que vamos debater. Porque temos prazo para isso. E temos que cobrar a aprovação do Plano Diretor. Não é que a gente não queira que se discuta, mas acho que já foi dado prazo de quase um ano para que os vereadores discutissem, abrissem novas audiências", explica Rigitano, ressaltando o risco do município ficar sem recursos para os projetos encaminhados ao Ministério das Cidades.

Ações para encaminhar a mobilidade pela cidade é outro assunto importante na mesa número 1. O tema não está restrito apenas ao transporte público coletivo. A discussão também passa pelas condições para pedestres, ciclistas, cadeirantes e outros circularem pela cidade.

Na mesa de debates "O controle social nas intervenções locais" se discutirá a formação do Conselho do Município, também registrado no PD. Ainda estão programadas mesas de discussões sobre "Fatores de desenvolvimento com geração de trabalho e renda", "A capacidade administrativa e de planejamento e estrutura institucional" e "Receitas municipais e ampliação de receitas próprias".

Palestras

Para a abertura da Conferência, na sexta-feira, estão programadas duas palestras. Márcio Galvão Fonseca, técnico do Ministério das Cidades, vai detalhar o acesso a recursos federais previstos no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Veruska Franklin de Carvalho, presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp), apresentará aspectos da participação da sociedade civil como parceira da administração pública para o desenvolvimento de políticas públicas.

Ao final dos debates das mesas haverá uma plenária para formatar todas as propostas definidas na 3.^a Conferência Municipal de Bauru, que terá como lema “Desenvolvimento Urbano com Participação Popular e Justiça Social” e como tema “Avançando na Gestão Democrática das Cidades”.

Os encaminhamentos serão levados, posteriormente, para etapas estaduais e federal de debates. As conferências são realizadas pelos municípios a cada dois anos. A primeira em Bauru foi realizada em 2003 e a segunda em 2005. O Ministério das Cidades define o tema e o lema para todos os municípios. No entanto, a linha de encaminhamento é definida pelas cidades.

Serviço

A 3.^a Conferência Municipal de Bauru será na próxima sexta-feira e sábado, nas dependências da Instituição Toledo de Ensino (ITE). No primeiro dia os trabalhos começarão a partir das 18h e no sábado, a partir das 8h30. Outras informações pelo telefone (14) 3235-1115, ou no site da Prefeitura de Bauru, www.bauru.sp.gov.br.

¹ ³ Jornal da Cidade - 12/08/2007 - Geral
DAE inicia campanha sobre esgoto

Depois das críticas de adversários políticos no início de uma licitação no valor de R\$ 300 mil para a produção e veiculação de uma série de propagandas do Departamento de Água e Esgoto (DAE) de Bauru, o presidente da autarquia, José Clemente Rezende, informa que a primeira campanha, avaliada em R\$ 30 mil, passará a ser veiculada hoje e segue até o dia 31 de agosto em televisão, jornais e rádios do município.

A abertura da licitação foi bastante criticada, na época, por parlamentares, que viram na medida uma forma do presidente da autarquia se autopromover. Clemente é pré-candidato a prefeito de Bauru pelo DEM.

No entanto, Lupércio Zampieri, diretor de planejamento da agência de publicidade que venceu a licitação, a Empório de Comunicação, defende que as propagandas são uma forma de prestar contas à população sobre o Fundo de Tratamento de Esgoto (FTE), cobrado desde junho de 2006.

“A idéia é mostrar como estão sendo aplicados os recursos. Espera-se com isso diminuir a inadimplência, hoje no patamar de 24% das contas da cidade”, diz Zampieri. De acordo com o diretor, a dívida dos municípios com o DAE chega a R\$ 5 milhões.

Peças

A partir de hoje, a população de Bauru poderá ver e ouvir peças publicitárias que explicam a importância dos interceptores para a coleta de esgoto, antes que ele seja despejado nos córregos e rios da cidade. Segundo Lupércio Zampieri, em 111 anos, esta é a primeira vez que se toma uma atitude

concreta para o tratamento de esgoto. “Sessenta por cento dos interceptores necessários já foram instalados. Com isso, 27 quilômetros dos nossos rios e córregos deixaram de receber esgoto”, afirma o diretor.

A campanha também apresenta em primeira mão o posicionamento da marca DAE. Com o slogan “DAE. É vida. É seu”, a empresa pretende mostrar à população a importância do órgão em levar água até as residências, assim como cuidar do seu tratamento, além de transmitir a idéia de propriedade pública, que deve ser zelada por todos.

As três peças de publicidade que vão ao ar na televisão, rádio e nos jornais de Bauru foram produzidas pela Empório de Comunicação, que venceu a licitação feita pelo DAE por suas “qualificações técnicas”, salienta Zampieri. Os investimentos até junho de 2008, quando termina o contrato, somarão R\$ 300 mil.

¹ ⁴ Jornal da Cidade - 14/08/2007 - Política

Publicidades do DAE esquentam sessão

Vereadores questionam iniciativa de campanha de divulgação de R\$ 300 mil e sugerem autopromoção para Clemente

A iniciativa do Departamento de Água e Esgoto (DAE) de Bauru de realizar uma campanha institucional de propaganda foi amplamente criticada durante a sessão de ontem do Legislativo. Os parlamentares defenderam que o gasto previsto - R\$ 300 mil - para desenvolver a atividade deveria ser revertido em obras à população e sugeriram que o fato poderá servir a uma forma de autopromoção do presidente da autarquia, o pré-candidato a prefeito José Clemente Rezende.

O presidente da Câmara, Paulo Madureira (PP), foi o primeiro a criticar a decisão do investimento da autarquia. “Para que se gastar com esse tipo de propaganda? Por qual razão essa campanha já não foi feita no início da administração e somente agora, nas proximidades das eleições? Não é preciso divulgar que está se tratando o esgoto ou seria uma autopromoção?”, questionou.

Madureira acrescentou que solicitará à Comissão de Fiscalização e Controle do Legislativo que peça à autarquia o envio de documentos da licitação feita pelo DAE. Ele lembrou, ainda, os aumentos efetuados nas tarifas de água e esgoto pela atual administração. “Não podemos aceitar isso, principalmente de um ex-vereador que sempre foi crítico em relação a isso durante a gestão Nilson Costa”, frisou. E completou:

“Esse dinheiro deveria ser gasto em obras para o povo e o tratamento de esgoto, e não em propagandas. O presidente do DAE deveria rever essa situação, pois não é hora para isso. Quem irá se beneficiar dessa campanha?”

Dizendo estar com “dor no coração” por ter de criticar o “amigo” José Clemente Rezende, o vereador Antonio Carlos Garmes (PSDB) também questionou a campanha publicitária. “Pode ser legal, moral e até ser permitido pela Constituição, mas para que vai se gastar com isso? Para dizer que irá tratar o esgoto? Esses recursos poderiam ser direcionados para beneficiar a população”, sustentou o tucano.

Já o parlamentar Antonio Faria Neto (PDT) argumentou que, se o objetivo da autarquia é dar publicidade a seus atos, não seria preciso gastar R\$ 300 mil para isso. E deu uma alternativa. “Se essa é a intenção, os boletos de contas da autarquia são a melhor forma de dar visibilidade de suas obras, pois não seria necessário nem mesmo dispender mais recursos”, ponderou o pedetista.

O progressista Arildo Lima Júnior se disse “indignado” com a iniciativa do DAE. “Pode ser legal, mas é moral essa campanha? E não adianta falar que a autarquia é independente, pois se o chefe

da administração é o prefeito, que já manifestou não querer campanhas, a orquestra está desafinada e existe relação de insubordinação”, salientou.

Por fim, o vereador José Carlos de Souza Pereira (PT), o Batata, foi incisivo ao afirmar que a campanha tem pretensões eleitorais. “Enquanto 30% da água potável de Bauru é desperdiçada por causa de vazamentos na rede, às vésperas do período eleitoral, o DAE anuncia esse gasto para publicidade com o pseudo-objetivo de informar a população. Na verdade, isso se reveste de uma campanha eleitoral e espero que o presidente da autarquia repense esse investimento”, concluiu o parlamentar petista. O petista sugeriu que os recursos publicitários fossem utilizados em mais uma fase de reforma da Estação de Tratamento de Água (ETA)..

A sessão

Além da polêmica sobre a campanha publicitária, os vereadores aprovaram o projeto de lei autorizando a prefeitura a repassar R\$ 1,2 milhão à Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru (Emdurb). Segundo a autarquia, os recursos já estão sendo utilizados para o pagamento de dívidas e encargos trabalhistas.

Os parlamentares também apreciaram favoravelmente, e por unanimidade, o relatório final da Comissão Especial de Inquérito (CEI) que investigou denúncias de irregularidades na extinta Secretaria das Administrações Regionais (Sear) e no Departamento de Água e Esgoto (DAE) de Bauru. Por fim, o Legislativo adiou, por três sessões ordinárias, a votação da proposta, de autoria do vereador Paulo Eduardo Martins Neto (DEM), que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de bloquetes em loteamentos fechados ou não.

DAE comenta

Em nota enviada à imprensa, o DAE informou que sua campanha publicitária tem sentido e objetivo estritamente institucional visando a conscientização sobre a necessidade de se manter as contas de água devidamente quitadas, para benefício da própria população, com a execução dos serviços de tratamento de esgoto.

A nota sustentou, ainda, que todo o procedimento da licitação foi publicado no Diário Oficial de Bauru e jornal de grande circulação na Capital do Estado de São Paulo e encontra-se à disposição para análise, conforme requerimento.

Campanha divulga obras do esgoto

A primeira fase da campanha de propaganda do Departamento de Água e Esgoto de Bauru começaria a ser veiculada ontem e seguirá até o dia 31 de agosto em televisão, jornais e rádios do município. As peças de publicidade foram produzidas pela agência Empório de Comunicação, que venceu a licitação feita pelo DAE. Os investimentos até junho de 2008, quando termina o contrato, somarão R\$ 300 mil.

As peças publicitárias explicarão a importância dos interceptores para a coleta de esgoto, antes que ele seja despejado nos córregos e rios da cidade e mostrar à população a importância do órgão em levar água até as residências, assim como cuidar do seu tratamento, além de transmitir a idéia de propriedade pública, que deve ser zelada por todos.

Além disso, Lupércio Zampieri, diretor de planejamento da agência, defendeu em reportagem recente do JC sobre o assunto que as propagandas são uma forma de prestar contas à população sobre o Fundo de Tratamento de Esgoto (FTE), cobrado desde junho de 2006. “A idéia é mostrar como estão sendo aplicados os recursos. Espera-se, com isso, diminuir a inadimplência, hoje no patamar de 24% das contas da cidade”, disse.

¹ ⁵ Jornal da Cidade - 14/08/2007 - Política

Prefeito quer garantir funeral respeitoso a camadas mais pobres

Não tem mais jeito, o serviço funerário municipal será realmente extinto. A prestação de auxílio que hoje é gerenciado pela Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural (Emdurb) terá licitação aberta para que particulares explorem o sistema. Mas apesar do serviço passar do setor público para o privado, a intenção do município é garantir o acesso ao serviço por parte de famílias com renda mais baixa.

“Temos uma comissão que se debruçou sobre a questão do sistema funerário do município e concluímos que não cabe à prefeitura ficar subvencionando o serviço. Não tem cabimento existir uma funerária municipal que, mensalmente, faça um número muito pequeno de velórios e enterros”, afirma Tuga Angerami (sem partido).

Ele acredita que devem ser criados critérios para a concessão do serviço por parte das empresas privadas. “Temos que elaborar normas para que possamos garantir um mercado operando de maneira respeitosa para com os cidadãos”, destaca. “Deve haver uma política para atender a população de baixa renda, que não tem dinheiro para arcar com custos de um funeral”, completa.

A licitação vai incluir a exploração dos velórios municipais instalados nos cemitérios da Saudade e do Redentor. Segundo a assessoria da Emdurb, Bauru realiza em média 150 sepultamentos por mês, excluídos dessa estatística os cemitérios do Ipê e o Vertical.

¹ ⁶ Jornal da Cidade - 14/08/2007 - Geral

Cancelas: MP cobra prefeitura e ALL

Promotoria pede perícia para comprovar falta de realização de obras nas passagens para obrigar instalação de obstáculos

O Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) está requisitando à Justiça a realização de perícia nas passagens em nível existentes em Bauru para, em seguida, cobrar a execução das obras de sinalização e de segurança por parte da Prefeitura Municipal e da concessionária da malha férrea América Latina Logística (ALL). A decisão de ingressar com uma “ação de obrigação de fazer” veio depois que as partes recorreram da obrigação e argumentaram, entre si, não serem responsáveis pela colocação de cancelas no perímetro urbano.

A nova medida judicial vem depois que a prefeitura e a ALL decidiram contestar a liminar obtida pela Promotoria impondo prazo para melhorias na sinalização e colocação de cancelas em cinco pontos levantados na ação. “A liminar estabelecia prazo inicial de 30 dias para o início das obras. Em alguns locais foram tomadas providências, mas em outros não. Então, a perícia judicial é a medida adequada para comprovar a desobediência à ordem judicial, o que gera a ação de execução com obrigação de fazer”, menciona o promotor da Habitação e Urbanismo do Ministério Público e autor da ação, José Carlos Carneiro de Oliveira.

A prefeitura decidiu realizar melhorias na sinalização de trânsito próxima de cancelas enviando projeto de execução das cancelas para a ALL, que por sua vez, devolveu o procedimento alegando que o equipamento também é de responsabilidade do município. Enquanto a divergência sobre a obrigação é discutida em esfera judicial superior, a Promotoria vai buscar a execução de ambos. O MP ingressou com ação de responsabilidade solidária.

Liminar suspensa

A liminar que determinava prazo de 30 dias para as cancelas nas passagens em nível existentes na avenida Comendador José da Silva Martha e na rua Waldemar Pereira da Silveira serem instaladas foi suspensa ontem.

A prefeitura contestou, através de recurso interposto ao Tribunal de Justiça (TJ) do Estado de São Paulo, a decisão tomada em junho pela juíza Regina Aparecida Caro Gonçalves. Na ocasião, ela acatou a liminar proposta pelo promotor José Carlos de Oliveira. Ele havia solicitado, também, que as obras e reparos onde as cancelas estivessem inoperantes ou danificadas terminassem em 60 dias.

A prefeitura contestou a liminar baseando-se no argumento de que o documento não especifica quais são as responsabilidades de cada uma das partes - administração municipal e ALL.

Através de sua assessoria de comunicação, a prefeitura informou que, antes da decisão liminar, havia determinado as melhorias que entende serem de sua responsabilidade. Na avenida Comendador José da Silva Martha, incluem a retirada de outdoors, limpeza, terraplanagem de terrenos e melhoria na sinalização de trânsito.

Na rua Waldemar Pereira da Silveira, serão instalados redutores de velocidade pela Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru (Emdurb).

População pede obras

A doméstica Maria Luiza Martins de Souza, 25 anos, passou pela linha férrea na avenida Comendador José da Silva Martha pela primeira vez ontem à tarde. “Achei bastante perigoso porque o trânsito de carros é muito grande e não tem cancela. À noite, deve ser bem mais difícil atravessar”, diz. Na opinião dela, deveria ser construída uma passarela para os pedestres.

A faxineira Rosa Leite, 59 anos, passa no local pelo menos uma vez por semana e também não se sente segura. “Se tivesse um viaduto, como já ouvi falar na imprensa, seria bem melhor”, opina.

¹ ⁷ Jornal da Cidade - 14/08/2007 - Geral

Após 11 anos, DI 3 ganha rede de esgoto

DAE inaugura estação elevatória que será usada por empresas e elimina perigo de contaminação do rio Batalha

As empresas com sede no Distrito Industrial (DI) 3, inaugurado no ano 1996, não precisam mais captar e armazenar seus próprios dejetos. Ontem, o Departamento de Água e Esgoto (DAE) de Bauru deu início ao funcionamento da Estação Elevatória de Esgoto (EEE) do bairro.

Com a inauguração da obra, as fossas até então utilizadas pelas empresas do distrito ficam aposentadas. Com isso, diminui-se o risco de infiltrações no solo e contaminação dos lençóis freáticos (águas subterrâneas).

Outro fato de destaque na obra, que custou R\$ 270 mil (R\$ 216 mil em verbas do Estado e R\$ 54 mil financiados pelo DAE), é que o esgoto gerado pelas indústrias da região, ao invés de ser lançado num afluente do rio Batalha por meio da força da gravidade (opção mais simples e menos onerosa), é bombeado até um poço no Núcleo Fortunato Rocha Lima e de lá escorre até o rio Bauru.

O curso de água que corta a cidade é alvo de um grande projeto de despoluição da prefeitura. Os esgotos depositados ali, futuramente, cairão na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Vargem Limpa. Em 2013, estima-se que todos os rios da cidade estejam livres de poluição, caso seja cumprido o cronograma acordado com o Ministério Público.

O Distrito Industrial 3 não abriga tantas empresas como poderia. Mas segundo o prefeito Tuga Angerami, a estação elevatória, além de trazer benefícios de saneamento, pode atrair indústrias ao local. “O empreendedor se instala nas localidades onde os índices de qualidade são melhores e mais atrativos. E esta obra certamente irá refletir nisso”, afirma.

No entanto, um ponto que pode barrar o desenvolvimento do setor industrial no local é a falta de asfalto em algumas vias. De acordo com o prefeito, algo que pode ser resolvido de forma até fácil após a aprovação do projeto de asfalto comunitário, que precisa ser autorizado pela Câmara. “As melhorias não podem acontecer de uma vez. Elas estão sendo feitas por etapas e respeitando as finanças do município. Mas quanto ao asfalto, já existem grupos de empresas interessadas em adotar ruas para pavimentação”, revela Tuga, com a chancela de Wallace Sampaio, secretário municipal de Desenvolvimento Econômico.

O DAE já opera quatro EEES: no Fortunato Rocha Lima, no Núcleo Leão 13, Granja Cecília e no Jardim Vitória. A capacidade de bombeamento da unidade do Distrito Industrial 3 é de 30 metros cúbicos por hora, vazão prevista para 2 mil pessoas, considerando-se o número de lotes no bairro.

Aval da Cetesb

De acordo com o prefeito Tuga Angerami, tanto a licitação quanto a verba destinada à construção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do Núcleo Gasparini já estão certas. O que falta é o documento de autorização para início das obras, por parte da Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (Cetesb).

No início do mês, o prefeito e o presidente do DAE, José Clemente Rezende, estiveram em São Paulo para discutir a obtenção da licença junto ao diretor de Controle de Poluição Ambiental do órgão estadual. No entanto, ainda não existem datas previstas para a autorização.

Indagado a respeito da seqüência das obras de despoluição e da tarifa que levanta fundos para esse projeto, o prefeito afirma que tudo está caminhando no passo correto, sem que fiquem dívidas para gestões posteriores. No entanto, não nega que futuramente a taxa revertida para os projetos de despoluição, cobrada diretamente na conta, poderá se tornar perpétua.

“Isso é algo que provavelmente será discutido pelo próximo prefeito, em conjunto com o Legislativo e a população, como foi feito na ocasião do aumento da tarifa (que passou de 60% para 100%)”, avalia Tuga.

¹ ⁸ Jornal da Cidade - 14/08/2007 - Geral

Tuga quer tarifa de água especial no setor público

O prefeito Tuga Angerami considera injusto o município utilizar água e esgoto em ações que beneficiam a própria sociedade e não possuem nenhuma concessão na tarifa cobrada pelo Departamento de Água e Esgoto (DAE) de Bauru. Ontem, durante a inauguração da Estação Elevatória de Esgoto (EEE) do Distrito Industrial 3, ele sinalizou que irá discutir possíveis reduções com a autarquia e a Câmara.

“É importante rediscutir com o DAE a tarifa do setor público e também concessões no passado que não me parecem mais justas nos dias de hoje. Existem várias tarifas para água e esgoto. Uma para setor industrial, outra para o comercial, outra para o residencial e ainda escalas dentro de cada uma delas”, afirma.

Para ele, seria injusto o município pagar tarifas mais altas do que instituições religiosas e indústrias. “Templos só pagam 20% da água e esgoto que utilizam. Isso não me parece correto. Ao

meu ver, pode até haver alguma inconstitucionalidade nessa prática, algo que precisa ser submetido ao setor jurídico do município”, afirma. “No setor industrial, é óbvio que incentivos são imprescindíveis. Só que não me parece justo a prefeitura não pagar tarifas diferenciadas, já que também fornece meios para o desenvolvimento da sociedade”, completa.

Ele defende taxas especiais do poder público para os três níveis de governo (federal, estadual e municipal). “No entanto, são reflexões que ainda serão colocadas em discussão”, reitera.

Reverendo a dívida

Tuga Angerami não nega que existe e pretende saldar uma grande dívida do município com o Departamento de Água e Esgoto (DAE) de Bauru - orçada em torno de R\$ 50 milhões. No entanto, desconfia que este valor pode estar errado. Por isso, anuncia que já nomeou uma comissão que vai concluir o trabalho, já iniciado, de depuração das contas com a autarquia.

“Aquilo que não é da alçada do município será retirado da conta da prefeitura. Por outro lado, o DAE deverá receber o montante daquele que realmente é o devedor”, afirma. “Acredito que o valor discutido hoje deva cair bastante após o estudo, assim como ocorreu com a CPFL”, completa.

Após achar o coeficiente correto, o prefeito pretende discutir os valores de parcelamento com a Câmara. “Chegaremos a um ponto em que esta gestão e as posteriores possam honrar o compromisso de pagar a dívida acumulada ao mesmo passo dos pagamentos mensais”.

¹ ⁹ Jornal da Cidade - 15/08/2007 - Política

Tuga fará nova grade para professor

Prefeito disse ontem que novo plano de cargos e salários para educador da rede municipal está no Jurídico e anuncia projeto de lei

O prefeito Tuga Angerami confirmou ontem que vai enviar ao Legislativo projeto de lei para estabelecer grade diferenciada para os professores da rede municipal. A proposta já está sendo avaliada pela Secretaria dos Negócios Jurídicos (SNJ) e a assinatura do projeto depende da resolução de divergência quanto à abrangência da nova grade.

O projeto de lei visa criar uma grade separada para os professores municipais. Proposta com o mesmo objetivo vem sendo defendida dentro do governo para a área da Saúde, cujo processo, entretanto, está em fase menos adiantada de negociação. “Eu pedi um ensaio para ver como fica a grade própria e a proposta é de criar uma grade específica, separada das demais, para o professor, para quem está envolvido com as atividades de ensino. Mas isso não inclui funções meio, como de estrutura, manutenção, limpeza. É para quem está diretamente ligado à sala de aula, ao ensino”, argumenta Angerami.

E é neste ponto que reside a primeira polêmica sobre a extensão da proposta. O prefeito conta que tem entendimento diferente do secretário Jurídico sobre o formato da nova grade. “O impasse está na interpretação do Jurídico de que a nova grade teria de ser oferecida a todos os profissionais da educação e não apenas aos que se dedicam diretamente à atividade de ensino na sala de aula, sobretudo os professores. O Jurídico considera que a legislação tenderia a proibir grade só para professor, mas eu não concordo com essa interpretação. Vamos amadurecer esse ponto e resolver o impasse para propor a mudança”, mencionou Tuga ontem à tarde, no auditório da Prefeitura, após dar posse ao 2º Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente.

Angerami argumenta que estender a grade diferenciada a todos os profissionais cria uma distorção generalizada. “O motorista, vigia, auxiliar de limpeza, assistente administrativo de uma área do governo não pode ter grade salarial diferente da mesma função em outra área. Isso criou uma série

de problemas na Saúde, quando foi estendido benefício de médicos a todos os setores meio, ao invés de disciplinar apenas a atividade fim. Este é o ponto principal em discussão”, acrescenta.

Enquanto o prefeito discute o formato da nova grade para professores, o grupo constituído dentro da administração para discutir o novo estatuto do magistério, composto por profissionais do setor, ainda não apresentou avanços na proposta de reformulação.

Sobre o mesmo assunto, ontem foi feita discussão sobre a reformulação do estatuto do magistério em reunião convocada para o Teatro Municipal. Entretanto, as propostas circularam somente em relação à implantação de nova grade salarial.

² ⁰ Jornal da Cidade - 15/08/2007 - Política

Prefeitura vai pagar R\$ 1,7 milhão para recadastrar até 70 mil imóveis

A Prefeitura de Bauru vai contratar o serviço de cadastramento de até 70 mil imóveis pelo valor de R\$ 1,701 milhão. Este é o melhor preço apresentado em licitação em sessão pública realizada anteontem. A homologação do pregão eletrônico ainda depende do cumprimento de regras legais, mas o prefeito Tuga Angerami defendeu ontem que o custo do serviço não deve ser considerado apenas sob a expectativa de aumento de receita de impostos como o IPTU.

Na avaliação do prefeito, mesmo que a atualização da base de dados da prefeitura não gere aumento direto de receita de impostos – situação que a administração descarta como provável -, o cadastramento é necessário. “Primeiro é serviço necessário e de custo elevado mas para realizar justiça tributária, porque simplesmente muita gente sequer tem seu imóvel cadastrado e isso significa que essas pessoas não estão participando do bolo de arrecadação do Município, ao contrário dos demais, o que é injusto e esse serviço vai corrigir”, argumenta Tuga.

De outro lado, o prefeito acredita que a nova base de dados de terrenos e construções vai permitir elevação da arrecadação. “O resultado de serviço idêntico realizado em municípios como Ourinhos, Guarulhos e outros mostra que a defasagem dos dados implicava em lançar volume de imposto menor, o que é corrigido em até 30% sobre o valor lançado de IPTU. Então, a expectativa é que isso se confirme em Bauru. Mas mesmo que empate entre o custo do serviço e a receita prevista, já estará muito bom porque a justiça tributária será efetivada com o cadastramento”, aborda.

Angerami ainda ressalta que a obrigação de realizar o cadastramento está embutida na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). “A lei fiscal cobra do administrador a boa aplicação dos recursos e a eficiência na arrecadação. Se você tem um sistema defasado de dados para lançar o IPTU, isso é coibido pela legislação e é papel do administrador corrigir a distorção e é isso que vamos fazer”, conclui.

O serviço vai confrontar dados dos imóveis do cadastro atual da prefeitura com as informações levantadas em aerofotogrametria e, depois, com o trabalho de campo. A empresa contratada vai visitar até 70 mil imóveis para verificar a situação e dimensão das edificações, o que vai gerar a atualização cadastral. A prefeitura terá de lançar os novos dados para efeito de cobrança do IPTU e, além disso, cobrar pelo que não foi pago nos últimos cinco anos.

A definição sobre a contratada sai nos próximos dias. O processo licitatório vai considerar a somatória de pontos obtidos pela classificação técnica e também a proposta de preços. A classificação técnica indicou a habilitação de duas empresas: Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (Funcate) e Millenio Serviços Técnica Ltda.

O menor preço foi apresentado pela Funcate, R\$ 1.701.100,00. A proposta da Millenio é de R\$ 2.077.500,00. A próxima etapa será a publicação da classificação final, no Diário Oficial de Bauru,

abrindo prazo de cinco dias úteis para recurso. A fase seguinte é de homologação do processo, que segue, então, para a etapa de assinatura do contrato.

² ¹ Jornal da Cidade - 15/08/2007 - Bairros

Cancelas: prefeito quer definição de responsabilidades pelo Judiciário

O impasse com relação à instalação de cancelas automáticas nas passagens em nível da cidade irá se estender por ainda mais tempo. Após o anúncio de ontem, da suspensão da liminar que obrigava a prefeitura e a concessionária América Latina Logística (ALL) a solucionarem a questão de forma conjunta, a situação só poderá mesmo ser resolvida após a intervenção do Judiciário.

Para o prefeito Tuga Angerami, apenas após a realização de perícia nos locais que necessitam de mais segurança é que as medidas serão tomadas. “Estamos com vontade de procurar uma conversa com o Ministério Público no sentido de tentar uma saída para isso, porque cada parte tem a sua visão. Quem pode dirimir as dúvidas e indicar as responsabilidades de cada um é somente o próprio Judiciário”, afirma o prefeito.

Tuga revela ter ocorrido uma longa reunião para tratar do assunto, na noite de ontem, no Palácio das Cerejeiras. “A meu ver é uma questão de lógica. Trata-se de algo que é da alçada deles porque são intervenções que precisam ser feitas diretamente na linha férrea”, alega.

Para o prefeito, a não resolução do impasse pode refletir em problemas para a empresa. “A concessionária vem trabalhando sério. Trata-se de uma empresa que visa o lucro, e para poder exercer sua atividade e se alavancar, ela pode, em certos momentos, criar a sensação de insegurança para a população”, finaliza.

² ² Jornal da Cidade - 16/08/2007 - Política

Prefeitura desiste de contratar feira

Depois de o JC questionar o valor da despesa para estrutura de evento da educação, administração desiste do contrato

A Prefeitura de Bauru decidiu que não vai mais contratar uma empresa para prestar serviço de estrutura para a realização da feira da educação e de cursos no setor neste ano. A administração decidiu arquivar a licitação eletrônica e não reabrir outro procedimento depois que o JC levantou indagações a respeito do custo do serviço, no final do mês passado.

Anteontem, o prefeito Tuga Angerami confirmou ao JC que determinou o cancelamento da despesa. “Decidimos em reunião com a Secretaria de Educação que o evento será realizado com a busca de colaboradores da iniciativa privada, de interessados e entidades, viabilizando parcerias para permitir a estrutura mínima para o evento”, contou.

A contratação de serviço chamou a atenção pelo preço inicial ofertado pela única empresa participante do pregão eletrônico: R\$ 600 mil. E, mesmo ao final do procedimento, a interessada reduziu sua proposta para R\$ 64 mil, valor que ainda assim geraria questionamentos a partir de comparativos no mercado.

A Secretaria Municipal de Educação pretendia abrir nova licitação para contratar o serviço de montagem de estrutura, suporte, alimentação, decoração e registro fotográfico e de imagens da feira e jornada de educação, cuja programação de realização era até o início de setembro deste ano. Mas a empresa Premier Eventos Ltda, de Curitiba (PR), não atendeu à possibilidade de redução do valor da proposta para o que pretendia a prefeitura, sendo desclassificada.

Apesar da prefeitura ter feito cotações com empresas locais para o serviço, nenhuma delas participou da licitação. Uma das dificuldades pode ter sido o fato da administração ter optado por buscar valor global para toda a lista de serviços pretendida. A licitação incluiu em um só lote a prestação de montagem de estrutura, serviços de fotografia e filmagem em vídeo, segurança, limpeza, garçons, decoração, oferecimento de café da manhã, elaboração de crachás e banners e outros.

A contratação previa despesas com serviços de montagem de estandes, oferecimento de mobiliário de acordo com necessidade a ser apresentada pela prefeitura (mesas, cadeiras, decoração e afins), de equipamentos como computadores, microfones, telão para projeção, data-show e outros, recursos humanos como seguranças, serviços gerais, operadores de multimídia e serviços complementares como filmagem do evento, registro fotográfico e fotocópias.

Mas o memorial descritivo ainda garantia a decoração de todo o espaço a ser utilizado (com lycra com iluminação) e o fornecimento de alimentação durante toda sua fase “e outros que se fizerem necessários à respectiva realização, inclusive taxas e licenças”.

Além das equipes de operação de telão de projeção e pessoal técnico para manusear as imagens, a contratada ainda teria de garantir equipe responsável por fotografia e filmagem do evento.

Outro parâmetro

O comparativo com contratação no mesmo segmento, levantado pelo JC mostrou que a despesa não se apresentava como bom negócio. Em contratação também por pregão eletrônico realizada em março deste ano, a mesma empresa Premier Eventos Ltda venceu uma parte dos serviços contratados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e o custo total foi bem menor que o pretendido em Bauru.

A parte que coube à contratada para o evento realizado em Jundiaí (SP) saiu por R\$ 9.480,00. Ela só venceu o lote que pedia café da manhã e refeição. A empresa ofereceu brunch completo para 450 pessoas, com café, água, chá, sucos, biscoitos, frutas, torta, salgadinhos e massa doce. Mas esta despesa ainda incluiu alimentação com prato quente e serviço de garçons para 700 participantes durante o evento. O solicitado em Bauru era para menor público neste segmento.

O custo total da licitação do Governo Federal para estrutura parecida da pretendida por Bauru foi de R\$ 25.060,00. Isso integra a montagem de 15 estandes, com piso em carpete, mesas cadeiras, balcões de computador, montagem, credenciamento. Este lote também foi contratado em separado e saiu por R\$ 10.500,00 naquela licitação.

Já o serviço de fotografia e filmagem também listado em Bauru, saiu por R\$ 1.600,00, em lote à parte. Em Jundiaí, o custo só chegou aos R\$ 25.060,00 porque incluíram um lote com serviço completo de transporte de convidados e palestrantes durante todo o evento. Essa despesa não integrou a previsão para a feira em Bauru, cuja cotação inicial apresentou valor total de R\$ 45 mil, ainda assim bem acima dos R\$ 25 mil pagos pelo serviço em Jundiaí. No conteúdo, os serviços de lá não contam apenas com instalação de som e confecção de convites. Agora a educação terá de correr contra o tempo para tentar viabilizar o evento do mesmo jeito que em anos anteriores: buscando parceiros e otimizando despesas com serviços internos que a administração pode disponibilizar para colaborar com a estrutura.

²

³ Jornal da Cidade - 18/08/2007 - Política

Tuga vai reformar prédio para instalação da Fatec

O prefeito Tuga Angerami disse ontem que a administração municipal está informando ao Governo do Estado que vai garantir a reforma e demais adequações necessárias no prédio que for

escolhido para abrigar a Faculdade de Tecnologia (Fatec) em Bauru.

A contrapartida do município na cessão de um imóvel ou a participação em outro disponibilizado pelo próprio Estado é considerada a última pendência para que a Casa Civil do governador José Serra defina o projeto, cuja previsão de instalação é para até o final ainda deste ano. “Nós discutimos possíveis alternativas, visitamos escolas estaduais com o deputado Pedro Tobias e outra com o vereador Marcelo Borges e sugerimos, em reunião com a Fundação Paula Souza, o prédio do DER. Mas como o Estado tem outra opção para o local, decidimos atender o pedido e viabilizar a reforma de um prédio que o Estado escolher”, disse o prefeito ao participar de inauguração de um Centro de Educação para Jovens e Adultos (Ceja), no Núcleo Mary Dota, ontem.

Angerami contou que o vice-governador, Alberto Goldman, telefonou para seu gabinete solicitando a discussão de alternativas para não atrasar a entrega da unidade da Fatec. “Nós visitamos o colégio Rodrigues de Abreu e eu fui a São Paulo falar com a superintendência da Paula e Souza. Mas o Município não tem condições de construir um prédio. Vamos garantir a reforma e adequações, mas o Estado é quem vai escolher onde e quando a Fatec será instalada”, finaliza.

Estatuto do magistério

O prefeito Tuga Angerami e a secretária Municipal de Educação, Ana Daibem, comentaram ontem que a administração não vai fazer ingerência na discussão e apresentação de propostas para o anteprojeto do estatuto do magistério e nova grade de cargos e salários para a carreira.

“De forma alguma a administração vai fazer qualquer tipo de ingerência e nunca fez. Mas eu e a secretária deixamos claro que a comissão formada por profissionais da educação vai apresentar o anteprojeto e o governo vai sentar sobre o documento para avaliar com o Jurídico, a Administração, as Finanças e a Educação, para definir o texto final que ainda terá de ser submetido à Câmara depois”, sintetizou Tuga.

Quanto ao conteúdo da proposta, o prefeito salientou ontem que “o projeto final não vai inviabilizar a aplicação de recursos em investimento, capacitação e manutenção da rede e, portanto, não pode ser considerado apenas pelo horizonte salarial. O estatuto define regras, diretrizes e é muito mais do que uma proposta de nova grade salarial”, finalizou.

² ⁴ Jornal da Cidade - 19/08/2007 - Geral

Propostas tiradas na Conferência da Cidade vão para discussão estadual

A sociedade civil pôde participar de debates sobre as políticas públicas e suas principais necessidades na 3ª Conferência da Cidade de Bauru, realizada pela Prefeitura Municipal, ontem e anteontem, na Instituição Toledo de Ensino (ITE). A conferência teve como objetivo adequar as ações do governo às reais necessidades da população.

Ontem, algumas questões foram expostas e discutidas em mesas temáticas. Foram abordados temas como “As intervenções locais e a integração de políticas”, “O controle social nas intervenções locais”, “Fatores de desenvolvimento com geração de trabalho e renda”, “A capacidade administrativa e de planejamento e estrutura institucional” e “Receitas municipais e ampliação de receitas próprias”.

Após os debates, dez propostas serão levadas às conferências estaduais e nacionais – duas propostas para cada tema. Até o fechamento desta edição, as propostas não haviam sido definidas.

“Na conferência, a cidade não é pensada só pelos técnicos, mas também pela sociedade organizada, que tem a oportunidade de fazer valer seus direitos”, diz Sueli Lima, diretora do Departamento de Turismo da Secretaria do Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de

Bauru, que participou da organização do evento.

Segundo ela, trata-se de uma realização muito importante, pois propicia uma discussão igual e justa para os membros de diferentes segmentos da sociedade e contribui para a definição de políticas públicas relevantes.

Para a realização do evento, foi designado um grupo de trabalho composto por representantes dos gestores, administradores públicos, legislativo, movimentos sociais e populares, trabalhadores (por meio de entidades sindicais) empresários, entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisas, Ongs, entre outros.

Para Maria Helena Carvalho Rigitano, arquiteta da Secretaria Municipal de Planejamento (Seplan), a conferência traz benefícios para os dois lados envolvidos, pois dá visibilidade e transparência às ações do Poder Público e abre espaço para a participação direta da sociedade. E, ainda, coloca numa mesma mesa, segmentos com interesses conflitantes.

Resultados

Maria Helena observa que os resultados de conferências como esta não são imediatos. “As alterações podem acontecer a curto, médio e longo prazos”, frisa. “Mas, a participação e a pressão popular agilizam o processo”, complementa.

Segundo ela, várias questões discutidas nas conferências anteriores foram priorizadas e implementadas. “Houve a criação do Fundo de Esgoto e do Grupo de Habitação, a implementação de várias ações em favelas, a elaboração de toda a diretriz para a execução do Plano Diretor, entre outros”, informa. “Com o tempo, a população vai sentir as melhorias”, finaliza Rigitano.

² ⁵ Jornal da Cidade - 21/08/2007 - Política

Tuga quer sindicância para ‘caso PS’

Prefeito credita reincidência de protestos no atendimento do Pronto-Socorro a problemas de responsabilidade profissional

O prefeito Tuga Angerami comentou ontem, após reunião na Câmara Municipal de Bauru, que a repetição de reclamações por atrasos e acúmulo no atendimento de pacientes no Pronto-Socorro Central está ligada mais a falhas de conduta profissional do que de estrutura no sistema. Ele reclama que o estrangulamento do atendimento por ausência de ortopedista deu-se por nova falta de um profissional, com o agravamento da situação para o plantonista do início da noite de domingo.

“Eu pedi relatório completo à Secretaria de Saúde sobre o assunto e a ordem é dar um basta em situações geradas por faltas e também por questão de conduta profissional. É inaceitável que o médico ortopedista (João Sérgio Carneiro) que iniciou o plantão com acúmulo de 24 pacientes a atender tenha deixado o serviço para ir registrar boletim de ocorrência. Atende primeiro, depois registra o que quiser, mas cumpre sua obrigação”, desabafou.

Na avaliação de Tuga, o caso merece sindicância administrativa. “Tem de apurar, é o mínimo. Até para que seja explicado por que um plantonista que iniciou sua jornada de 12 horas teria tanta dificuldade para atender a 24 pacientes, alguns com problemas que ensejariam providências rápidas. Tinha gente com dor lombar e outros casos que provavelmente seriam atendidos com consulta e prescrição. A sindicância e o relatório vão responder a tudo isso”, completou.

O prefeito também lembrou que o profissional que registrou a ocorrência de ontem, ao entrar no plantão, é o mesmo que, recentemente, apresentou falta justificada em uma segunda-feira. “Não compareceu para trabalhar e apresentou atestado médico de consulta em São Paulo. Será que o

profissional não confia nem em seus colegas em Bauru? Agora ele entra no plantão e verifica que um colega não compareceu. Mas será que era tão difícil atender 24 pessoas em 12 horas de plantão? Isso precisa ser apurado, precisa acabar e ver o que exatamente aconteceu e qual a razão. Largou o plantão para ir fazer boletim. Daria meia hora para cada paciente. Não dá mais para ser condescendente com isso”, comentou Tuga.

Vereadores opinam

A ausência de ortopedista no Pronto-Socorro também repercutiu no Legislativo bauruense. A vereadora Majô Jandreice (PC do B) cobrou entendimento entre a prefeitura e os profissionais. “É uma questão que deve ser resolvida pela prefeitura, a secretaria de Saúde e a categoria. Tem de haver um pouco de colaboração de todas as partes, incluindo os profissionais. É preciso que todos sentem e definam suas responsabilidades dentro de suas competências e se resolva”, frisou. E acrescentou:

“Não dá para a prefeitura contar com um profissional e esse não comparecer. Por outro lado, um profissional descontente com uma série de questões também não coloca isso de outra forma sem ser faltando ao trabalho. Desta forma, quem acaba sendo penalizada é a população, que sempre fica à mercê dessa disputa entre os profissionais e o Poder Público.”

Já o vereador Benedito da Silva (PSDB) questionou o secretário de Saúde. “Onde estava o secretário naquele momento, uma vez que na hora ninguém encontrava os responsáveis?”, frisou. E também ponderou: “As pessoas têm o direito de reclamar da situação, mas não podem agredir um profissional.”

² ⁶ Jornal da Cidade - 21/08/2007 - Política

Tuga vai emendar lei sobre mudança para os cemitérios

O prefeito Tuga Angerami disse que acordou com os vereadores, em reunião realizada ontem à tarde, o envio de emenda ao projeto de lei que altera a obrigação para a realização de serviços funerários e administração de cemitérios no Município. A emenda visa garantir que a Secretaria do Bem-Estar Social (Sebes) mantenha serviço 24 horas para atendimento de pedidos de funerais assistenciais a partir da concessão dos serviços para iniciativa privada.

Conforme Angerami, a solicitação dos parlamentares será atendida. “Os vereadores mostraram preocupação em garantir que os funerais oferecidos à população de baixa renda sejam mantidos, o que é razoável e justo. Vamos enviar uma emenda ao projeto instituindo que o serviço assistencial neste setor seja oferecido pela Sebes”, contou.

O chefe do Executivo também comentou com os membros do Legislativo que o objetivo do projeto é mudar a lei que disciplina as obrigações da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural (Emdurb). A lei transfere para a prefeitura o serviço de gerência de cemitérios e o serviço de funerais. Com isso, o prefeito já antecipou que vai abrir licitação para que o serviço seja realizado pela iniciativa privada.

A proposta da prefeitura é que o vencedor do direito de explorar o serviço, por licitação, por 10 anos pague a chamada concessão onerosa para a administração, uma espécie de aluguel pela entrada no setor. Angerami também adiantou que vai abrir licitação para que seja escolhida uma empresa para oferecer o funeral assistencial. A Sebes é quem vai avaliar quem tem direito ao programa, conforme acima.

² ⁷ Jornal da Cidade - 21/08/2007 - Bairros

Para Emdurb, aterro agüenta até dezembro; lagoa está quase pronta

A “novela” para ampliação do aterro sanitário de Bauru, que diariamente recebe uma média de 220 toneladas de lixo domiciliar e hospitalar, ganha mais um “capítulo”. Em abril, a previsão de técnicos da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru (Emdurb) era de que em três meses não haveria mais espaço para pôr lixo no aterro. Decorrido o prazo, a empresa ainda não solicitou à Secretaria do Estado do Meio Ambiente autorização para a construção da quarta camada do aterro, o que, na prática, significará a ampliação do espaço para depositar lixo.

Mas o presidente da Emdurb, Carlos Barbieri, afirma que a previsão anterior foi pessimista e garante que até dezembro há espaço para pôr lixo no local. Ele ressalta que a impermeabilização das duas lagoas de chorume já começou.

A impermeabilização das lagoas para contenção do chorume, o líquido resultante da decomposição do lixo, é um dos principais requisitos para a Secretaria do Estado do Meio Ambiente autorizar a instalação da quarta camada, argumenta Barbieri. “Começamos hoje (ontem) a impermeabilização dos tubos dentro das lagoas, que vão abrigar bombas para recalque do chorume. Depois, o trabalho segue para as paredes das lagoas”, explica.

A lagoa de chorume é um grande buraco no chão, semelhante aos feitos para construção de piscinas. A diferença está na impermeabilização. Para conter o chorume, é preciso revestir o buraco com uma manta de borracha dura, impermeável. “Antes, fizemos uma mistura de solo-cimento e aplicamos nas paredes da lagoa”, conta.

O presidente da Emdurb ressalta que a construção das lagoas estava estimada em R\$ 300 mil, caso todo o serviço fosse terceirizado. “Mas o DAE (Departamento de Água e Esgoto) fez os buracos, a própria Emdurb fez ajustes nos buracos e economizamos cerca de R\$ 250 mil. Só contratamos empresa para fazer a impermeabilização, serviço que custou R\$ 35 mil”, afirma. Após a conclusão do serviço, será solicitada a abertura da quarta camada do aterro.

Autorização

“Vamos juntar a foto aérea mostrando as lagoas de chorume impermeabilizada, em funcionamento, mais a planta das lagoas feita pelo DAE e vamos protocolar o pedido na Secretaria do Meio Ambiente”, explica Barbieri. Ele acredita que, até dezembro, sairá a autorização. “Tenho ido ao aterro regularmente e, até dezembro, o aterro agüenta”, aposta. Uma área do aterro que afundou neste ano com o peso do lixo acabou abrindo mais espaço, completa.

Todo o processo para ampliação do aterro sanitário, assim como a coleta de lixo, que no início do ano passou por crise, está sendo acompanhado pelo Ministério Público.

O promotor do Meio Ambiente, Luiz Eduardo Sciuli Castro, informou que, no início do próximo mês, vai solicitar à Emdurb relatório das medidas que estão sendo tomadas no sentido de evitar que o aterro sanitário chegue ao final de sua vida útil sem que novo espaço esteja pronto para receber lixo, nas condições previstas por leis ambientais.

Como funciona

O aterro sanitário de Bauru fica às margens da rodovia Marechal Rondon, na altura do quilômetro 353, a uma distância de 15 quilômetros do Centro da cidade. A área total do aterro, construído em 1992, é de 11,12 alqueires, cercado de plantação de eucaliptos cheirosos no aterro.

O lixo descarregado é empurrado de baixo para cima contra um barranco ou célula anterior, e distribuído pelo seu talude. O trator sobe e desce a rampa de três a cinco vezes, a fim de que o lixo seja reduzido a seu volume mínimo - geralmente a um terço do volume inicial.

No final do dia, ou quando a coleta termina esse monte de lixo recebe uma cobertura de terra (15 a 30 centímetros), com a finalidade de evitar a propagação de moscas, baratas, ratos, urubus, ficando assim constituída a célula sanitária.

No final, o aterro recebe uma cobertura de 60 centímetros de terra bem compactada, selando dessa forma o aterro sanitário.

2 ⁸ Jornal da Cidade - 22/08/2007 - Política

Prefeitura vai manter contrato de transporte escolar até 2008

A Prefeitura de Bauru vai manter até meados de 2008 o atual contrato de transporte escolar, cuja licitação foi realizada pelo governo passado, com prorrogação realizada em 2006. A informação foi prestada pelo prefeito Tuga Angerami ontem de manhã, durante participação na solenidade de inauguração de mais uma unidade do Centro de Educação para Jovens e Adultos (Ceja), no Jardim Eugênia.

Conforme o prefeito, não há condições jurídicas para que a prefeitura realize, neste momento, nova licitação para o transporte escolar sem correr “o risco de responder por lucro cessante ou ver novamente fracassada a concorrência que havia sido suspensa pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ)”.

Com essa decisão, a prefeitura vai continuar pagando pelo serviço de transporte de alunos da rede municipal e estadual com base em quantidade fixa de quilômetros rodados (contrato fechado), situação que gerou questionamentos junto à opinião pública e levou o próprio Executivo a realizar nova modelagem no sistema, com a transferência do gerenciamento dos serviços da Secretaria de Educação para a Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural (Emdurb).

Segundo o prefeito, o contrato vai até 2008 e a outra opção seria a contratação por período emergencial, o que ele descarta. “Eu não vou fazer contrato de emergência porque há serviço em andamento. Isso evita responder por eventual lucro cessante e a administração aguarda posição jurídica definitiva a respeito. A licitação que fizemos já foi declarada fracassada antes mesmo de liminar do Tribunal de Justiça em favor do contratado”, disse Angerami em referência à empresa Oswaldo Brambilla.

O que a prefeitura ainda não decidiu é a medida jurídica a ser adotada em relação ao participante da licitação que foi cancelada, neste ano, que desistiu de manter o preço que ofertou no certame: a Brambitur. A administração notificou a empresa para que ela se manifeste no procedimento. Está no Jurídico a decisão de processar a empresa, conforme havia informado o prefeito anteriormente. A lei de licitações prevê sanções penais e a legislação civil estabelece possibilidade da empresa ser levada à proibição de contratar com o poder público por alguns anos em função da desistência no pregão eletrônico.

Ontem, o prefeito lembrou que a nova licitação foi aberta por recomendação do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que apontou restrição à competição no certame de 2004, situação que foi derrubada provisoriamente pela empresa em liminar no TJ. “Vamos aguardar a decisão e manter o contrato. Se surgir nova demanda, temos espaço legal de até 25% do que foi contratado para atender novas demandas. Mas hoje estamos impedidos de ampliar o contrato porque não se chegou a uma definição sobre a nova licitação e o preço discutido não interessa à administração. O Estado firmou contrato emergencial para uma demanda nova na região perto do Aimorés”, contou Tuga.

O sistema de contrato fechado, com garantia de pagamento de 8.548 quilômetros diários à empresa Brambilla, está sendo apurado pelo Ministério Público (MP) e por Comissão Especial de

Inquérito (CEI) aberta no Legislativo. A modelagem no sistema realizada pela prefeitura apontou possibilidade de redução no número de quilômetros rodados, com redimensionamento das linhas.

Contrato emergencial

A Delegacia Regional de Ensino (DRE) firmou contrato de emergência até o final deste mês com a empresa Oswaldo Brambilla para a operação de transporte escolar de alunos de assentamento instalado próximo da região do Horto Florestal.

A contratação foi confirmada pela diretora regional, Vera Nilce Jarussi de Sá. “Realizamos uma contratação emergencial porque a informação é que a prefeitura estava impossibilitada de assinar aditivos agora, em razão do processo estar sub-júdice. O contrato foi firmado até o final de agosto para atender demanda de assentados para levar às escolas Walter Barreto e Francisco Brizola, esta na região do Geisel. Vamos ter de estender esses contratos até o final do ano e em sendo a demanda permanente vamos abrir licitação até que a situação da prefeitura se normalize. Não podemos deixar esses alunos sem ir a escola por falta de transporte”, comentou Vera Nilce.

Segundo a dirigente de ensino, o valor estipulado para o contrato emergencial não é o mesmo praticado pela prefeitura. “Não sei agora, retornando de viagem, precisar o valor, mas é um pouco acima do que está sendo pago pela prefeitura, mas próximo desse referencial”, concluiu.

² ⁹ Jornal da Cidade - 24/08/2007 - Política

Comar oferece aeroporto à prefeitura

Prefeitura terá de responder ao Comando da Aeronáutica se quer administrar, operar e manter o aeroporto central

O quarto Comando Aéreo Regional (Comar) da Aeronáutica, de São Paulo, encaminhou proposta ao prefeito Tuga Angerami, em maio passado, para firmar novo convênio para operar e manter o aeroporto central de Bauru, onde está instalado o Aeroclube, na área urbana. Ao receber a proposta, a prefeitura listou três pedidos de informações ao Comar para se posicionar a respeito do assunto.

Anteontem, ao acompanhar o embarque do secretário estadual do Meio Ambiente, Xico Graziano, em helicóptero, no aeroporto central, o prefeito informou que ainda não obteve as informações. Entretanto, o chefe do Executivo salientou que não “há interesse da administração em assumir esta tarefa” que, até a inauguração do aeroporto Moussa Tobias, na divisa de Bauru com Arealva, estava sendo gerido pelo Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (Daesp), em convênio com a União.

Antes de se posicionar sobre a consulta pelo convênio, Tuga Angerami ponderou que a prefeitura tem consciência de que não conta com estrutura nem histórico de atuação no segmento e que “qualquer decisão a respeito deve levar em conta todas as obrigações advindas de eventual convênio”.

A proposta de convênio para a prefeitura assumir o aeroporto antigo, inclusive com o envio da minuta do termo, foi assinada pelo coronel aviador e chefe do Estado Maior do IV Comar, Carlos Alberto da Rocha Moreira. “O Comando Aéreo Regional está realizando gestões no intuito de firmar convênio para administração, operação, manutenção e exploração do aeródromo público de Bauru, uma vez que o governo federal, em parceria com o Estado, construiu o novo aeroporto regional de Bauru-Arealva, cuja administração fica a cargo do Daesp”, traz o documento a que teve acesso o JC.

O Comar esclarece que o órgão estadual já manifestou interesse de “denunciar o convênio de administração do antigo aeroporto”, ou seja, deixar de responder pelas obrigações de operação e manutenção do equipamento. “Isto posto, visando atender o prescrito no Código Brasileiro de

Aeronáutica, consulto Vossa Excelência acerca da possibilidade e conveniência dessa municipalidade firmar um novo convênio junto à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e este Comar”, acrescenta o pedido.

Mas, para analisar os efeitos e conseqüências do convênio, a administração pediu informações complementares, estas ainda não enviadas pelo Comar. A prefeitura quer detalhar a descrição da área do aeródromo e de suas edificações e instalações, solicitou a relação de eventuais contratos em vigor relativos à utilização de espaços no local e a especificação dos preços e tarifas que poderão ser cobrados pela prefeitura em razão do possível convênio.

A administração também pediu planilha de recursos destinados pelo convênio atual neste ano, para dimensionar o volume de receitas possíveis em caso de operar o sistema do aeródromo. De posse desses dados é que o governo municipal vai se posicionar junto ao Comar.

³ ⁰ Jornal da Cidade - 25/08/2007 - Política

Funeral na Emdurb é dobro do mercado

Prefeitura paga R\$ 1.345,11 por cada funeral assistencial, com o transporte até cemitério; setor privado cobra R\$ 700,00

A população paga, através da Prefeitura de Bauru, o dobro do valor de mercado para que a Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural (Emdurb) preste o serviço de funeral assistencial. A empresa municipal cobra R\$ 1.345,11 por um funeral assistencial, o que inclui a urna e o transporte do corpo até o cemitério. Mas nas empresas funerárias, um caixão simples pode variar de R\$ 150,00 a R\$ 250,00 e o serviço completo – que inclui mais vantagens que o oferecido pelo município – sai por cerca de R\$ 700,00, com parcelamento.

O JC pesquisou em empresas funerárias que o setor privado oferece preços que chegam a ser 100% menores que o cobrado pela Emdurb por um funeral assistencial. Além dos R\$ 1.345,11 por uma urna simples com o serviço de transporte do corpo até o cemitério, a estrutura municipal cobra R\$ 220,00 se o velório for no Cemitério da Saudade e R\$ 180,00 se o corpo for velado no Cemitério Redentor. Entre as receitas do segmento, a tabela da Emdurb ainda inclui R\$ 90,00 para o sepultamento em gaveta, basicamente o serviço do coveiro, e R\$ 110,00 se for no tipo capelinha.

Em pelo menos duas empresas funerárias locais a urna de padrão médio/luxo pode ser adquirida por preço entre R\$ 700,00 e R\$ 800,00, contra R\$ 2.535,00 do maior padrão considerado pela Emdurb. Enquanto que no mercado privado a urna mais barata pode ser adquirida por R\$ 150,00, na tabela municipal o menor preço encontrado é R\$ 485,00.

E o valor “superfaturado” do serviço cobrado pela Emdurb pelo funeral assistencial ainda tem outras desvantagens. O custo por velório mais procurado no mercado privado sai por R\$ 700,00 com a urna e transporte do corpo, mas inclui flores, véu, vela e o uso da sala.

Por esta razão é que a estrutura pública neste segmento só conseguiu, entre agosto de 2006 e julho deste ano, participar com 2,1% dos sepultamentos particulares em Bauru. Para cerca de 3.000 óbitos/ ano registrados na cidade, a Emdurb vendeu apenas 62 para particulares. Quem teve condições de pagar e pesquisou percebeu que é muito mais barato ir a uma empresa funerária.

Concessão do serviço

O custo do serviço de funeral assistencial no Município está em discussão em razão de projeto de lei do Executivo em tramitação na Câmara que prevê a transferência do setor da Emdurb para a prefeitura e posterior terceirização por concessão.

Sobre o assunto, a Emdurb reconhece, através de sua assessoria de imprensa, que os custos do funeral assistencial não são convidativos. Mas há outro problema, ainda mais grave, em debate: o déficit do setor. Conforme levantamento realizado pelo assessor de Gabinete da prefeitura, Célio Bucceroni, o prejuízo médio do setor foi de R\$ 13 mil nos últimos 12 meses. Em agosto de 2006, por exemplo, a receita global do setor na Emdurb foi de R\$ 27.904,98, contra R\$ 38.691,67 de despesa.

Já em junho deste ano, o demonstrativo operacional apontou R\$ 36.169,16 de receitas contra R\$ 41.598,39 de despesas. Por esta e outras razões é que a administração defende a transferência do serviço para a iniciativa privada. Enquanto o projeto de lei sobre o assunto tramita no Legislativo, a prefeitura prepara abertura de licitação para contratar empresa para garantir o funeral assistencial.

Os dados sobre custos no segmento público mostram que, na verdade, o déficit é muito maior do que o valor contábil apurado, uma vez que os prejuízos estão sendo minimizados com a prática de cobrança abusiva do valor de funerais assistenciais pela Emdurb.

Quanto ao mérito da terceirização, o governo defende que não tem sentido manter a estrutura de serviços funerários, de um lado, e o Sindicato dos Servidores Públicos (Sinserm), de outro, critica a medida e a classifica dentro de um rol de ações que integram o pacote de “desmonte do serviço público pelo atual governo”.

A terceirização do serviço municipal implica, em relação às funerárias, a redistribuição de 13 funcionários, entre motoristas, agentes e ajudantes gerais, sem o aproveitamento de dois cargos de chefia. A estrutura completa do setor, que inclui cemitérios e necrópoles, conta com 48 funcionários. Mas boa parte não integra a medida, já que a gestão e manutenção de cemitérios permanece com o setor público por força de lei.

³ ¹ Jornal da Cidade - 30/08/2007 - Política

Justiça manda Prefeitura pagar R\$ 3 milhões pelo Sambódromo

A Prefeitura de Bauru recebeu ontem a notícia de que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ) inscreveu como precatório (sentença judicial de cobrança) o valor de cerca de R\$ 3 milhões correspondente à desapropriação realizada – e não paga - da área onde foi instalado o Sambódromo, ainda no primeiro mandato da gestão de Antonio Izzo Filho, próximo de 1991.

Para a construção do equipamento para desfiles de escolas de samba, a administração municipal realizou a desapropriação da área que pertence à Companhia de Habitação Popular de Bauru (Cohab). Como a tomada da gleba não foi paga, a Cohab ingressou anos depois com ação de cobrança. A medida judicial tramitou por vários anos sem que a prefeitura – maior acionista da companhia – buscasse composição para evitar a execução da dívida por precatório.

Sem a composição, o Judiciário confirmou a sentença e expediu precatório. Notificada ontem da decisão, a administração municipal lamentou que a dívida tenha de ser paga cerca de 16 anos depois da desapropriação. “Eu vinha falando que o último esqueleto de dívidas passadas que tinha de ser renegociado era a dívida com o DAE, estimada em R\$ 50 milhões. Mas infelizmente ontem caiu mais um esqueleto do armário e o Judiciário informou a inscrição do precatório da área do Sambódromo. São mais R\$ 3 milhões que terão de ser pagos com o sacrifício da população por erros do passado. A população precisa ter consciência do sacrifício imposto à cidade por erros do passado com várias dívidas realizadas e não pagas”, comentou o prefeito Tuga Angerami.

Até hoje a área onde está instalado o Sambódromo pertence à Cohab. O atual comando da companhia fez levantamento dos seus imóveis e pretendia realizar encontro de contas com um de seus maiores credores, a própria prefeitura. Mas a medida não foi tomada para evitar a inscrição da dívida da área do Sambódromo como precatório.

A exemplo da negociação que a prefeitura está pretendendo com dívida do DAE, um acordo com a Cohab-Bauru poderia evitar, ainda neste governo, a inscrição do valor como precatório, o que vai determinar o pagamento com previsão no orçamento ainda do próximo ano. “Como é precatório a ser inscrito neste ano, vamos cumprir a medida judicial e tirar verba do orçamento de 2008, não tem jeito, tem de pagar. Isso tem um custo político elevado, mas tem de pagar o que os outros não pagaram”, reforçou Angerami.

A ausência de acordo entre Cohab e prefeitura para esta e outras contas impediu que o precatório fosse evitado. A administração ainda não tem informações se o valor terá de ser quitado de uma vez, ou se poderá ser diluído em até três parcelas, como prevê o refinanciamento federal de dívidas com precatórios. A previsão é a de que a inclusão de Bauru no programa federal de precatórios permitisse parcelamentos de novas dívidas até 2010.

O Sambódromo inaugurado durante a gestão de Izzo Filho vem sendo subaproveitado pela administração municipal. Programas de utilização de espaços para prática de esportes (quadras de vôlei) e eventos pela comunidade não evoluíram. A área do Sambódromo sofre deterioração por precariedade na manutenção.

³ ² Jornal da Cidade - 30/08/2007 - Política

Vazia, CEI leva denúncia ao arquivo

Sem depoimentos, comissão conclui por ausência de irregularidades e atribui falta de controle à gestão anterior

Um desfecho já esperado. Alegando ausência de irregularidades e existência de provas documentais da fiscalização dos serviços pela administração Tuga Angerami, o relatório final da Comissão Especial de Inquérito (CEI) do Transporte Escolar, apresentando na manhã de ontem no Legislativo, concluiu pelo arquivamento da denúncia e atribuiu a ausência de controle sobre a atividade ao governo Nilson Costa. Tudo isso sem realizar sequer um só depoimento. Agora, o documento terá de ser aprovado pelos vereadores durante votação em plenário.

A CEI foi aberta em 23 de abril deste ano, após reportagem do JC apontar que a administração atual não fiscalizava os serviços de transporte escolar dos cerca de 4.600 alunos das redes municipal e estadual. No entanto, após mais de quatro meses de atividades, período em que permaneceram lendo os volumes do processo, os vereadores integrantes da comissão - o presidente Antonio Faria Neto (PDT), a relatora Majô Jandreice (PC do B) e os membros Arildo Lima Júnior (PP), José Carlos de Souza Pereira (PT), o Batata, e Benedito da Silva - encerraram as investigações sem ouvir os envolvidos no caso.

Os parlamentares justificaram a decisão alegando que os documentos existentes no processo e as pessoas ouvidas durante a audiência pública, realizada em 23 de fevereiro e que contou com a presença de secretários e representantes da empresa prestadora do serviço e da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru (Emdurb), foram fatores suficientes para evitar a produção de depoimentos. Já sobre a fiscalização no setor, o relatório sustentou que a documentação reunida demonstrou, por parte da atual administração, a conferência e controle do serviço contratado e prestado pela empresa Oswaldo Brambilla Ltda.

“Houve preocupação em melhorar o controle e fiscalização do serviço contratado, pois no segundo semestre de 2006 a Secretaria Municipal de Educação e Emdurb iniciaram as tratativas para elaboração de estudos sobre o transporte escolar e de nova modelagem que pudesse subsidiar novo processo licitatório. E, a partir de fevereiro de 2007, passou a elaborar relatórios mensais de controle de linhas e rotas”, frisou o documento, que parece não ter levado em conta o fato de que o “aperto” na fiscalização do setor só ocorreu após as denúncias do JC.

No entanto, o documento atribuiu a ausência de procedimentos de controle à administração Nilson Costa. “No início de 2005, a Secretaria Municipal de Educação não possuía em seus arquivos documentos referentes à listagem completa com os nomes de alunos, pois fez a solicitação desses documentos à empresa. Tal situação demonstra certa desorganização administrativa até então, possibilitando dificuldades na utilização dos dados se necessário em qualquer situação”, ressaltou o relatório.

Por fim, o documento sugeriu melhorias na sistemática de controle de documentos municipais. “Todo controle técnico e financeiro passa por organização administrativa e controle de documentos. Portanto, será necessário a implantação de um sistema padronizado, eficiente e inviolável sobre documentos, pois cada escola e/ou entidade se utiliza de um tipo de comunicação para solicitar os serviços de transporte”, finalizou.

Nilson responde

Procurado pela reportagem do JC, o ex-prefeito Nilson Costa negou o fato atribuído à sua administração. “Tivemos sim todo o tipo de controle do transporte dos alunos. Tanto que medimos todos os trajetos e, através da Secretaria de Educação e do Gabinete, resolvemos instituir até um sistema de controle dos alunos”, frisou.

Quem também rechaçou as afirmações do relatório foi Solange Ferreira dos Reis, que exerceu a função de secretária de Educação durante os últimos 19 meses da gestão Nilson Costa. “Não tem cabimento essa afirmação. Tínhamos um pessoal que cuidava disso diariamente. Também percorríamos as linhas para checarmos e termos controle e tranquilidade sobre a quilometragem, embora a empresa trabalhasse com muita seriedade”, ressaltou.

Reis disse, ainda, estranhar o fato da listagem dos alunos não constar nos arquivos da pasta, conforme apontou o relatório. “Deixamos registrado, inclusive nos computadores, tudo o que foi trabalhado. E o trabalho não era isolado, mas também em conjunto com a diretoria de ensino, e tínhamos de ter todos os registros para podermos, entre outros casos, incluímos ou excluímos alunos”, salientou.

³ **Jornal da Cidade - 01/09/2007 - Política**
Cohab quer reduzir dívida do precatório

A Companhia de Habitação Popular de Bauru (Cohab) vai solicitar ao prefeito Tuga Angerami a dedução de dívida relativa ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do crédito de cerca de R\$ 3 milhões do precatório destinado a ressarcir a empresa pela desapropriação de área onde está instalado o Sambódromo, desde 1991, de 25 mil metros quadrados.

A informação é do presidente da Cohab, Édison Bastos Gasparini Júnior. Ele disse ontem que o acerto de créditos entre prefeitura e Cohab dependerá de projeto de lei do Executivo com pedido de autorização à Câmara Municipal de Bauru para a operação. A intenção da companhia é reduzir o valor a ser retirado das receitas municipais para quitar o precatório.

Gasparini Júnior comentou que a exigência de lei para a operação está baseada em apontamento do Judiciário em tentativa de homologação de acordo entre as partes no ano passado. “A Cohab firmou acordo com a Prefeitura para compensar R\$ 210 mil de débitos de IPTU dos Lotes Urbanizados, que a companhia não vem pagando para a prefeitura. Esse valor seria compensado exatamente dos R\$ 3 milhões da desapropriação do Sambódromo. Mas a Vara da Fazenda Pública rejeitou a homologação apontando como uma das questões a necessidade de lei autorizativa”, disse Gasparini Jr.

A Prefeitura de Bauru recebeu anteontem notificação do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ) para pagar o precatório referente à desapropriação. “Nós tentamos o acordo pelo menos para regularizar o débito com IPTU dos Lotes Urbanizados, que foram repassados para a CDHU. Mas a juíza não homologou sob o fundamento de ausência de autorização legislativa e indisponibilidade do interesse público. Vamos propor a lei autorizativa para resolver essa questão”, comentou o presidente da Cohab.

A desapropriação da área onde está instalado o Sambódromo foi realizada na primeira gestão de Antonio Izzo Filho, em 1990. Mas o ex-prefeito (e os sucessores) não efetuou o pagamento, o que motivou a ação de cobrança contra a prefeitura por parte da Cohab.

³ ⁴ *Jornal da Cidade - 04/09/2007 - Política*

Câmara aprova asfalto para quem pagar

Plano Comunitário de Melhorias autoriza contratação do serviço com adesão de pelo menos 75% dos moradores

A Câmara Municipal de Bauru aprovou ontem, em dois turnos, o projeto de lei de autoria do prefeito que autoriza a população a contratar - e pagar - direto com o prestador do serviço a realização de benfeitorias como asfalto, recape e guias e sarjetas, desde que pelo menos 75% dos moradores de uma mesma localidade assinem o contrato. Os que não aderirem, chamados na lei de discordes, também vão ter de pagar. Mas estes quem vai cobrar é a prefeitura, que vai licitar a obra junto a uma empreiteira e repassar o valor, depois, ao contribuinte.

Batizado de Plano Comunitário de Melhorias, o projeto aprovado ontem pela maioria dos parlamentares é a segunda tentativa através de lei para permitir que a população seja contemplada por aquilo que a prefeitura não consegue fazer (asfalto), seja por falta de recursos ou estrutura incipiente na área de obras.

A alteração na legislação para o asfalto pago veio depois que a administração verificou impossibilidade de aplicar o programa anterior. Em sua fala na tribuna da Câmara, o vereador João Parreira (PSDB) resumiu os problemas da lei anterior: “A lei permitia permuta entre prefeitura e particular, um ia cobrar onde o outro fazia a obra e também a prefeitura podia fazer onde o outro cobrou, gerando confusão. Por isso é que não fez nada de asfalto com essa lei do Nilson Costa”, enfatizou o tucano sem mencionar, entretanto, que este projeto também foi aprovado pelo parlamento local.

Agora, os moradores podem se mobilizar, contatar uma empresa habilitada e com cadastro prévio na prefeitura, e colher assinatura de pelo menos 75% dos vizinhos para assinar o contrato para ter o reivindicado asfalto. Na avaliação feita durante a sessão de ontem, o novo projeto não vai “salvar a pátria” de todos, porque só vai ter o benefício quem pagar por ele, mas deve gerar contratos em diversos bairros.

Segundo os parlamentares, empresários e moradores de diferentes regiões já contam com lista de assinaturas para aderir ao plano comunitário. Bairros como Vila Zillo, Aviação, Jardim Ferraz, Vila Carolina, Falcão, Jardim Solange, Bela Vista, Jardim do Contorno, Vila Engler e tantos outros já estão à espera da lei para, assim que ela for sancionada pelo prefeito, buscar o contrato de serviço.

O programa também é esperado por empresários com instalações nos Distritos Industriais e em bairros com concentração de serviços, como próximo do Jardim Redentor, onde a benfeitoria é esperada há anos. “Muitos empresários me procuraram querendo pagar o asfalto porque não dá para trabalhar em rua de terra”, contou o presidente do Legislativo Paulo Madureira (PP).

Pode e não pode

O Plano Comunitário de Melhorias cria uma situação antes não prevista para Bauru: os moradores que querem recapear as quadras em frente à rua onde moram também podem aderir ao programa, com o mesmo formato válido para o asfalto em rua de terra: os 25% que não aderirem serão cobrados pela prefeitura.

A diferença é que ao invés de fazer o serviço, a prefeitura vai licitar uma empresa para atender aos pedidos do programa. A empresa é quem executa o serviço dos discordes. “A adesão será muito grande. Se a empreiteira for inteligente, se associa a uma financiadora e faz asfalto para gente também na periferia com até 24 parcelas. Dá para fazer asfalto a uns R\$ 1.500,00, isso parcelado”, previu o vereador Parreira, que tem experiência no ramo por atuar como empresário no setor imobiliário.

Pela lei aprovada ontem, a prefeitura não interfere na escolha da empresa que vai fazer o serviço contratado direto com o cidadão. Mas ela precisa se habilitar antes junto à administração. Depois, é o Poder Público quem terá de fiscalizar a qualidade do serviço e atestar se ele foi realizado de acordo com as normas técnicas.

Uma emenda de Paulo Madureira estabelece que a prefeitura tem de vistoriar o serviço no prazo de 30 dias após ele ser concluído. Se a prefeitura não o fizer neste prazo, a obra é considerada liberada. Outra emenda do presidente da Câmara estipula especificações de material e classificação dos produtos a serem utilizados para instalação de guias e sarjetas, base e capa asfáltica. É para dar garantia técnica ao serviço.

Já uma emenda de João Parreira, também aprovada ontem, retirou a execução de galeria de águas pluviais e implantação e extensão de rede de iluminação pública do projeto original enviado pelo prefeito. A maioria dos parlamentares quer que a prefeitura assuma esses serviços diretamente com a concessionária do setor, a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL).

³ ⁵ Jornal da Cidade - 06/09/2007 - Bairros

Em visita a lagoas de chorume, Tuga estima que aterro terá mais quatro anos

O prefeito Tuga Angerami visitou, na manhã de ontem, as obras de implantação das duas novas lagoas de chorume do aterro sanitário, administrado pela Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru (Emdurb).

O investimento foi de aproximadamente R\$ 50 mil. Com a implantação das novas lagoas, a Emdurb irá protocolar, possivelmente na próxima semana, solicitação junto à Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) para instalação da quarta camada do aterro sanitário.

Cada lagoa de chorume tem aproximadamente 2,80 metros de profundidade, 25 metros de comprimento e 15 metros de largura. A função dos reservatórios, revestidos com lonas impermeáveis, é receber a parte líquida do lixo, evitando a contaminação das águas subterrâneas.

Tuga Angerami explicou que a quarta camada terá uma vida útil estimada em pelo menos quatro anos. Além das novas lagoas de chorume, também foram construídos cerca de 550 metros de rede de drenagem e realizados levantamento topográfico planialtimétrico e fotos aéreas, exigências da Cetesb para liberação da nova camada.

A visita também contou com a presença do presidente da Câmara Municipal, Paulo César Madureira, dos vereadores Paulo Eduardo Martins Neto e Arildo Lima Júnior, do Presidente da Emdurb, Carlos Barbieri, do Presidente do Departamento de Água e Esgoto (DAE), José Clemente Rezende e dos secretários municipais de Meio Ambiente, Rodrigo Agostinho, de Obras, Paulo Brittes

e de Cultura, José Augusto Ribeiro Vinagre.

³ ⁶ Jornal da Cidade - 07/09/2007 - Política

Prefeitura paga R\$ 510 mil por computadores de grande porte

A Prefeitura Municipal de Bauru promoveu, ontem, pregão presencial para aquisição de sistema de data center, formado por computadores de grande porte que darão suporte a todo trabalho informatizado que for desenvolvido no âmbito da administração.

Participaram da disputa a empresa Ingram, oferecendo produtos da IBM, e a empresa Cimcorp, com produtos HP, que foi a vencedora ao custo de R\$ 510 mil. Conforme o secretário Municipal de Finanças e gestor do programa de informática, Edmundo Albuquerque, a aquisição dos equipamentos “é fundamental para suportar a quantidade de dados do sistema que vão entrar em operação na prefeitura. Esse data center vai gerenciar todos os dados internos e os disponíveis à população com acesso pela internet. Hoje o sistema comporta em torno de 400 usuários. O sistema está previsto para comportar 1.200”, explica.

O projeto do data center Municipal soma-se a outros projetos na área de Tecnologia em Informática (TI) e que já estão em funcionamento, como a interligação de quase 70 prédios municipais por fibra ótica ou comunicação via rádio. Entre estes prédios, estão toda a rede do ensino fundamental, saúde e os prédios administrativos, como Paço Municipal, Centro Administrativo da avenida Nuno de Assis, Poupatempo, Emdurb e DAE.

O Data Center Municipal possibilitará a disponibilização da informação e acesso aos sistemas de gestão pública nos diversos segmentos. A ação visa a convergência tecnológica para um único local.

O projeto de informatização da prefeitura conta ainda com outras etapas já implantadas, como a efetiva utilização dos laboratórios de informática na rede do ensino fundamental, num total de 16 unidades, criação de estrutura lógica para mais de 15 órgãos municipais, reforma lógica e elétrica do 2º andar do Palácio das Cerejeiras, desenvolvimento do projeto técnico do controle de ponto, com utilização de recursos biométricos, upgrade do parque tecnológico de desktop´s e outros.

³ ⁷ Jornal da Cidade - 07/09/2007 - Política

Tuga assume lei substitutiva para o programa da cultura

O prefeito Tuga Angerami disse anteontem que vai assumir a proposta integral de projeto de lei substitutivo que teve negociação concluída ontem entre a Comissão Municipal de Cultura, a secretaria municipal e integrantes da classe artística para o Programa Municipal de Estímulo à Cultura.

Segundo o prefeito, o substitutivo que está sendo encaminhado para sua apreciação vai sofrer apenas ajustes jurídicos, “se houver necessidade, ou se o nosso Jurídico apontar ajustes para evitar pontos eventualmente ilegais. Como a proposta saiu de consenso entre os vereadores, através da comissão, e a classe artística, inclusive com o acompanhamento do secretário Vinagre, não vejo motivo para não assumir o substitutivo, porque ele é produto da discussão com os representantes da comunidade interessados”, disse.

A proposta de projeto substitutivo veio depois que em uma audiência pública realizada pela Comissão de Cultura da Câmara foram levantados pontos divergentes e de aperfeiçoamento da regra atual. Um dos aspectos é garantir a inscrição de propostas de apoio a projetos culturais individuais, por pessoa física.

O projeto substitutivo vai manter a destinação de até 0,2% do orçamento anual para o Programa de Estímulo à Cultura, o que significa o equivalente a R\$ 550 mil em relação às receitas municipais deste ano. Entre as principais alterações feitas ao projeto original também estão regras como a diminuição de valores para a realização dos projetos para no máximo de R\$ 20 mil para pessoas jurídicas e R\$ 10 mil para pessoas físicas, com o objetivo de estimular as associações.

Conforme os critérios discutidos, o projeto substitutivo ainda prevê que cada pessoa jurídica poderá inscrever até três projetos e pessoa física apenas um; o período de inscrição será de uma vez por ano - no período de 1 de setembro a 1 de outubro, exceto neste primeiro ano, em que a proposta é da abertura ocorrer logo após a publicação da lei. Outra indicação é a de que a formação da Comissão de Avaliação dos Projetos será feita pelo Conselho Municipal de Cultura.

³ ⁸ Jornal da Cidade - 09/09/2007 - Política

Comissão analisa dívida com o DAE

Prefeitura quer apurar real valor da conta pública milionária relacionada às tarifas de água e esgoto de Bauru

A prefeitura de Bauru constituiu uma comissão - seus integrantes foram nomeados ontem no Diário Oficial do Município - para analisar as contas públicas de água e esgoto que já se transformaram em objetos de ações ajuizadas, de débitos pendentes ainda não-ajuizados e em precatórios, a fim de fazer uma depuração do total realmente devido pelo Executivo. As faturas integram a dívida que a prefeitura possui com o Departamento de Água e Esgoto (DAE) em um valor estimado de cerca de R\$ 50 milhões.

O presidente da autarquia, José Clemente Rezende, explicou que será preciso analisar juridicamente e contabilmente os valores lançados em faturas que não seriam de responsabilidade da prefeitura quitar. “Está se trabalhando em cima desses valores para fazer a depuração. O que precisa ser checado juridicamente e contabilmente é como iremos fazer nos casos desses valores ajuizados e de precatórios por contas que não eram da prefeitura”, frisou.

Rezende informou, ainda, que já há estudos em andamento para formalizar o parcelamento do pagamento da dívida. “Há processos ajuizados, dos anos de 2000 e 2002, que já viraram precatórios - totalizando sem correção em torno de R\$ 8 milhões - e teriam de ser pagos em dezembro de 2008. Vamos fazer um parcelamento desses precatórios a vencer e de mais dois processos já ajuizados, que são de 2004 e totalizam mais R\$ 16 milhões. Além disso, há ainda os valores que não foram inscritos na dívida ativa”, explicou.

“Mas primeiro essa comissão irá depurar os precatórios e as ações juizadas, que somam os R\$ 24 milhões, e posteriormente verificaremos como poderemos trabalhar essa situação dos valores que possivelmente não eram da prefeitura.”

Em reportagem recente do JC, o prefeito Tuga Angerami já havia manifestado a intenção de organizar uma comissão para avaliar os valores realmente devidos à autarquia. “Aquilo que não é da alçada do Município será retirado da conta da prefeitura. Por outro lado, o DAE deverá receber o montante daquele que realmente é o devedor. Acredito que o valor discutido hoje deva cair bastante após o estudo, assim como ocorreu com a CPFL”, afirmou o chefe do Executivo na ocasião.

E, após achar o coeficiente correto, o prefeito pretende discutir os valores de parcelamento com a Câmara. “Chegaremos a um ponto em que esta gestão e as posteriores possam honrar o compromisso de pagar a dívida acumulada ao mesmo passo dos pagamentos mensais”, observou Angerami.

Tarifa pública

Rezende também sustentou que outro assunto ainda pendente de ser avaliado entre a autarquia e a prefeitura é a proposta, lançada pelo prefeito Tuga Angerami, da criação de uma tarifa diferenciada para órgãos públicos.

Angerami considera injusto o Município utilizar água e esgoto em ações que beneficiam a própria sociedade e não possuir nenhuma concessão na tarifa cobrada pelo Departamento de Água e Esgoto. “É importante rediscutir com o DAE a tarifa do setor público e também concessões no passado que não me parecem mais justas nos dias de hoje. Existem várias tarifas para água e esgoto. Uma para setor industrial, outra para o comercial, outra para o residencial e ainda escalas dentro de cada uma delas”, ressaltou Angerami na mesma reportagem do JC.

Para o chefe do Executivo, seria injusto o Município pagar tarifas mais altas do que instituições religiosas e indústrias. “Templos só pagam 20% da água e esgoto que utilizam. Isso não me parece correto. No setor industrial, é óbvio que incentivos são imprescindíveis. Só que não me parece justo a prefeitura não pagar tarifas diferenciadas, já que também fornece meios para o desenvolvimento da sociedade”, completou Angerami.

³ ⁹ Jornal da Cidade - 11/09/2007 - Política

Prefeitura tem R\$ 3 mi para investir

Esta é a projeção retirada de reunião do prefeito com assessores para definir investimentos até dezembro deste ano

A Prefeitura de Bauru não tem mais do que R\$ 3 milhões disponíveis para investimento até o encerramento deste ano. A estimativa foi apresentada ao prefeito Tuga Angerami em reunião com assessores e o secretário de Finanças, Edmundo Albuquerque, nos últimos dias. O valor é insuficiente para cobrir as mais modestas pretensões por obras. O diferencial no fechamento do último trimestre do penúltimo ano do mandato atual é que a quantia está separada de despesas já programadas, como pagamento da parcela anual com precatórios, despesas constitucionais com educação e metade do 13º salário.

Mas quem está esperando por demandas encaminhadas ao Poder Público local não deve ficar muito esperançoso com a informação do valor a investir. É que seu uso está praticamente definido. Ontem mesmo, em plena sessão da Câmara, o Executivo informou, através da Secretaria de Esportes, que quase R\$ 500 mil vão ser destinados à reforma de um estádio distrital de futebol, no Parque Vista Alegre (PVA).

Além disso, pelos menos outros R\$ 500 mil serão necessários para a compra de uma máquina já prometida pelo prefeito para a Secretaria de Obras. A estimativa de investimentos deste mês até dezembro também já inclui a programação de repasses federais e estaduais e o retorno de duodécimos não utilizados pelo orçamento do Legislativo. Neste ano, a Câmara pode devolver mais de R\$ 1 milhão dos repasses efetuados.

“Eu vou empenhar neste ano o maior volume possível de recursos para a contratação de serviços de pavimentação para garantir a execução do programa comunitário recém aprovado na Câmara. A licitação será aberta já com o registro de preços e depois a prefeitura vai autorizando a contratação dos serviços de acordo com a demanda da população ao plano. Mas não dá para deixar faltar recursos para este plano nesta fase”, comentou o prefeito Tuga Angerami na semana passada, durante visita ao aterro sanitário.

De outro lado, a prefeitura realizou ajuste no orçamento neste mês, retirando pelo menos R\$ 1,8 milhão que haviam sido inscritos para asfalto. O custeio viria da venda de terrenos prevista no orçamento, mas a lei ainda não foi votada na Câmara. A administração ainda espera autorização para

vender três terrenos pelo valor total de R\$ 5 milhões.

Saldos em conta

Quem verificar o saldo nas duas principais contas-correntes da prefeitura neste mês deve respirar para não se assustar com a cifra. A conta movimento tem saldo de R\$ 17 milhões. R\$ 6,4 milhões são referentes à reserva para pagar a parcela anual com precatório (sentenças judiciais de cobrança definitiva contra a prefeitura), R\$ 2,2 milhões são da retenção de 15% das contas públicas com a CPFL, R\$ 4 milhões referem-se à segunda metade do 13º a ser pago em dezembro e pelo menos R\$ 2,3 milhões estão programados com fornecedores diversos.

De outro lado, a conta-vinculada tem mais R\$ 25 milhões de saldo. Mas o valor é o acumulado de despesas carimbadas em áreas específicas como saúde, educação e fundos municipais. Só da educação a conta registra R\$ 10,5 milhões para pagar empenhos (despesas contratadas) do ano, além de saldo de mais R\$ 4,6 milhões de investimentos de 2006 que ainda estão sendo pagos à medida das entregas das obras e serviços.

O orçamento global da prefeitura previsto para este ano é de R\$ 252 milhões. A estimativa será superada em pelo menos R\$ 15 milhões.

⁴ ⁰ Jornal da Cidade - 11/09/2007 - Política

Reforma de estádio vai a licitação

Secretário de Esportes anunciou que Executivo abrirá processo para recuperar o Edmundo Coube, no Parque Vista Alegre

O secretário municipal de Esportes, José Carlos de Freitas, anunciou que a prefeitura bauruense abrirá licitação para reformar o estádio distrital Edmundo Coube, no Parque Vista Alegre. O titular da pasta apresentou ontem o projeto da obra, em visita ao Legislativo durante a sessão ordinária, ao presidente da Câmara, Paulo Madureira (PP).

Freitas informou que o projeto será encaminhado à Divisão de Licitação durante essa semana. Segundo o secretário, a previsão é de que a obra comece em cerca de dois meses, após os trâmites burocráticos licitatórios, e demore entre seis a oito meses para ser concluída. O investimento previsto é de R\$ 480 mil.

“A reforma prevê a recuperação de todo o espaço já existente, com algumas melhorias, como o fechamento com alambrado de todo o campo, que até hoje tem uma parte que é aberta, além de reformarmos tudo o que existe hoje. Também faremos uma camada asfáltica para preparar o local para a pista sintética, que atualmente é pleiteada junto aos governos estadual e federal”, ressaltou o secretário.

Entre as obras previstas no local, também destacam-se a reforma completa do gramado até sua base, a fim de melhorar sua drenagem e resistência, além da recuperação de banheiros, vestiários e de um muro do estádio. Já a segunda etapa do projeto prevê a transformação do local em um centro de lazer e esportes, com a construção de trilhas, novas quadras esportivas e a pista sintética. Mas esta etapa do projeto de ampliação está sendo pleiteada junto aos governos estadual e federal, o que elevaria o custo das reformas para cerca de R\$ 1 milhão.

Em maio deste ano, Madureira, o prefeito Tuga Angerami e o vereador Marcelo Borges (PSDB) participaram de reunião em São Paulo com o secretário de Estado da Casa Civil, Aloysio Nunes Ferreira Filho, e o subsecretário da Casa Civil, Rubens Cury, para solicitar a liberação de recursos do governo do Estado para a realização de obras na cidade, como a reforma do Estádio. Madureira também já encaminhou documento ao ministro dos Esportes, Orlando Silva de Jesus Júnior,

solicitando estudos com o objetivo de contemplar o estádio com uma pista sintética de atletismo.

Freitas ressaltou que a prefeitura também promoverá melhorias nos outros estádios distritais de Bauru. “O mais importante é acharmos uma maneira correta de recuperar e manter os estádios distritais. O que não pode ocorrer é eles ficarem abandonados e chegarem em situação crítica como no passado. Agora recuperaremos esses espaços e os manteremos em ordem para que possamos deixá-los em ordem à população. Pretendemos para esse final de ano, terminando os campeonatos, reformar todos os estádios distritais, recuperando os gramados, para o ano que vem já entregá-los em condições melhores do que estão atualmente. E aos poucos tentaremos recuperar todos eles”, prometeu o secretário.

Já Madureira enfatizou que continuará se esforçando para transformar o estádio em um centro de lazer e esportes. “A contrapartida do Estado depende do começo da obra do município. Já discutimos com o prefeito que o Executivo dará sua parte nesse centro esportivo e depois correremos no governo estadual, junto com o deputado Pedro Tobias, e no Ministério dos Esportes para que possamos trazer as verbas para ampliar o local. Espero que agora, com a palavra do prefeito e do secretário, esse projeto saia e que no futuro possamos ver quatro deles na cidade, um em cada zona, para que a população possa ter lugares para se divertir e tirar as crianças da rua”, concluiu.

Máquina para obras

Uma parte do investimento da Prefeitura de Bauru na reforma do estádio Edmundo Coube virá de recursos obtidos com participação do Banco do Brasil (BB). Em outra contratação, entretanto, será a Câmara Municipal quem vai permitir à prefeitura adquirir uma máquina para a execução de obras de galerias pluviais ainda neste final de ano.

Segundo o prefeito Tuga Angerami, foi acordado junto à presidência da Câmara a utilização de cerca de R\$ 500 mil de retorno de duodécimo (repasse orçamentários mensais ao Legislativo) para a aquisição de uma máquina de porte capaz de auxiliar nas obras de galerias.

Conforme o secretário Municipal de Obras, Paulo Brites, atualmente a pasta não conta com equipamento suficiente para executar esse serviço e a aquisição da máquina é que permitirá fôlego nas atividades que integram as ações de pavimentação.

O pagamento será executado com as sobras do duodécimo não utilizados pelo Legislativo ao longo do ano. A Câmara vai ter de devolver verbas não consumidas em seu orçamento anual. Neste ano, o valor a ser devolvido aos cofres municipais tende a aumentar em razão da transferência de pagamentos de aposentados antigos para a Fundação de Previdência (Funprev). Somente esta medida provocou a redução de despesas mensais na Câmara de quase R\$ 70 mil.

Terapias

A Câmara de Bauru realiza hoje, às 10h, reunião pública para discutir projeto de lei apresentado pelo vereador José Carlos de Souza Pereira (PT), o Batata, que cria um programa de terapias naturais no sistema público municipal de saúde.

O projeto pretende criar um programa, com implantação pela secretaria de Saúde, que ofereça à população bauruense tratamentos que utilizem terapias naturais, como a acupuntura, massagem, hidroterapia e hipnose, entre outras, para o combate à problemas de saúde.

O projeto define que terapias naturais são todas as práticas de promoção de saúde e prevenção de doenças que utilizam basicamente recursos naturais” e expressa as seguintes modalidades: massoterapia, massagem, terapia floral, fitoterapia, acupuntura, hidroterapia, cromoterapia, aromaterapia, geoterapia, quiropraxia, ginástica terapêutica, iridologia, hipnose, trofoterapia,

naturologia, oligoterapia, ortomolecular, ginástica terapêutica e terapias de respiração.

⁴ ¹ Jornal da Cidade - 13/09/2007 - Política

Execução de R\$ 8 milhões e honorário geram atrito entre DAE e a Prefeitura

O Departamento de Água e Esgoto (DAE) e a Prefeitura de Bauru não estão se entendendo sobre a propalada negociação para acerto de dívida que chegaria a R\$ 50 milhões, relativa a contas de água de prédios da administração, mas cujo pacote também inclui escolas de samba, pontos de táxi e outros “fregueses”. Mas aquilo que deveria ser uma negociação está eclodindo como divergência entre os órgãos comandados por José Clemente Rezende e Tuga Angerami: o andamento das ações judiciais do DAE de cobrança contra a prefeitura e a obrigação de pagar pelo menos um precatório (sentença judicial de cobrança definitiva) por honorário que já soma mais de R\$ 600 mil.

Em recente reunião para tentar buscar as diretrizes da composição entre DAE e prefeitura, discutidas desde o final do ano passado, o Executivo reagiu à informação de que uma das ações ainda em primeira instância – que havia sido suspensa em virtude da negociação – recebeu pedido de andamento para sentença pela autarquia em agosto passado.

O prefeito Tuga Angerami não só não gostou da petição da Procuradoria Jurídica do DAE na ação da Vara da Fazenda do Fórum local como reagiu contra a informação vinda da autarquia de que, mesmo em eventual acordo de parcelamento das ações em andamento e dos precatórios, não haveria como incluir o honorário já inscrito de R\$ 600 mil em favor dos procuradores.

A verba devida aos advogados do DAE exatamente por cobrar dívida contra a prefeitura teria levado o prefeito a determinar que sua assessoria jurídica estudasse a viabilidade de gerar lei para extinguir esses pagamentos em todas as causas entre órgãos públicos, situação ainda em estudo.

Desencontros

Mas o certo é que o presidente do DAE foi cobrado pelo Executivo do motivo do andamento das demandas em plena fase de negociação. Mas ao invés da responsabilidade recair sobre Clemente Rezende, o clima e as reações internas levaram a tormenta sobre a Diretoria Jurídica da autarquia. Este pode ter sido, por sinal, o principal motivo da procuradora Carla Cabogrosso ter deixado o cargo antontem. Ao verificar que não teve o apoio esperado do presidente por ter atuado nos processos de acordo com a determinação de Clemente, a procuradora preferiu sair.

Do ponto de vista político, o prefeito verificou que será desastroso ter de justificar que tem de pagar honorários de alguns milhares de reais, situação difícil da comunidade entender ainda mais por ser de órgão interno, sem contar o eco que o caso vai causar entre os moradores que são obrigados a ouvir “não” para pedido de asfalto exatamente por falta de verba pela prefeitura.

Se alguém tratou de lançar fogueira sobre o caso ou não, a questão é que nem a prefeitura e nem a presidência do DAE trataram de usar extintor até agora. A posição de Clemente ficou instável com sua ex-equipe de confiança. E mais um assessor deixou ontem o grupo jurídico.

O detalhe é que o processo em discussão aponta que a Diretoria Jurídica encaminhou ao presidente do DAE em 13 de março passado a manifestação da procuradoria interna que solicitava orientação para a ação (suspensa por 90 dias) no Fórum local que discute dívidas de contas de água.

Em 16 de abril passado, Clemente Rezende mandou dar continuidade. Foi esta ação que alimentou o atrito institucional. Em 13 de agosto passado, a procuradoria foi ao Judiciário e cumpriu o que a presidência apontou, pedindo retomada do caso para julgamento do mérito.

Agora, DAE e prefeitura têm de discutir dois precatórios indenizatórios que somam R\$ 8 milhões e um alimentar (honorário) de R\$ 600 mil, cujo crédito já teria sido transferido em favor de uma empresa. Para os precatórios, prefeitura e DAE podem ainda sentar e montar o cronograma de pagamento que julgarem mais adequado. Difícil será ajustar o episódio do honorário e explicar por que a dívida do atual mandato não foi cobrada de quem de direito. O próprio DAE reconhece que boa parte dos débitos não são da prefeitura. A prefeitura contesta o honorário e quer revisão da dívida. O DAE até agora não agiu de fato para cobrar de quem é de direito. E o que não seria da prefeitura está embutido em quatro ações, duas já como precatório.

Sobre o episódio, o prefeito Tuga Angerami foi lacônico ontem, mas sem esquecer de dar uma pitada de advertência: “Tuga Angerami informa que ainda fará uma apreciação mais minuciosa dos procedimentos que foram adotados pela Diretoria Jurídica do Departamento de Água e Esgoto (DAE). As decisões que forem tomadas se basearão, como vem ocorrendo ao longo da atual administração, nos procedimentos, e não nas intenções”, disse em nota da assessoria de imprensa. A assessoria disse que Angerami teve audiência com o governador José Serra ontem a noite, em São Paulo, mas o prefeito não quis informar a pauta do encontro.

⁴ ² Jornal da Cidade - 14/09/2007 - Política

Preço de caixão expõe ‘custo Emdurb’

Empresa municipal paga R\$ 73,59 por cada urna assistencial, mas cobra R\$ 1.345,11 do município pelo serviço

O custo de cada caixão utilizado pela Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural (Emdurb) expõe a profunda distorção entre o custo privado e o peso que recai sobre a população em razão da estrutura deficitária da empresa municipal. O contrato de aquisição de urnas assistenciais mantido pela Emdurb, assinado em julho de 2006, revela que esta paga apenas R\$ 73,59 por unidade, mas a tabela do serviço funerário social repassado à prefeitura aponta exagerados R\$ 1.345,11.

O prefeito Tuga Angerami e o presidente da Emdurb, Carlos Barbieri, reconhecem a enorme distorção no setor, mas argumentam que não há como resolver a questão antes da terceirização desse segmento do serviço. A Emdurb contratou, por licitação, cada urna assistencial (a mais simples) por R\$ 73,59 junto à empresa Serraria Santa Bárbara Ltda, com sede em Cordeirópolis (SP). Mas Barbieri argumenta que o valor 1.000% superior cobrado da população, através da nota fiscal de serviço lançada junto à prefeitura, refere-se a uma composição de custos que inclui a estrutura administrativa da Emdurb e as demais despesas da estrutura do serviço funerário.

O JC divulgou pesquisa junto ao setor privado, há poucos dias, mostrando que funerais com serviços mais completos que o oferecido pela Emdurb custam, também com caixão de melhor nível, pelo menos a metade do preço total cobrado. Apesar da enorme diferença e da justificativa de custos da estrutura, a empresa municipal não conseguiu apresentar quais despesas são relativas ao funeral e quais referem-se à estrutura de administração de cemitérios públicos na cidade. Conforme a Emdurb, os valores não estão separados.

Para Angerami, a situação vai ser resolvida com a terceirização do serviço de funeral. Mas ele ressalta que a gestão de cemitérios vai ser mantida pelo Poder Público, rebatendo argumentos de “desmonte do serviço público nesta área”.

⁴ ³ Jornal da Cidade - 20/09/2007 - Política

Prefeitura vai manter acesso no Panorama e vender os terrenos

A Prefeitura de Bauru não vai recorrer da liminar judicial que mantém a previsão legal de futura abertura de acesso (rua) do Jardim Panorama para a avenida Nações Unidas, na rua Albino

Tâmbara. Com esta medida, a administração quer evitar que a discussão judicial atrapalhe o processo de negociação dos lotes ociosos na própria avenida (antigo Balão Azul), cujos recursos serão destinados ao Fundo de Infra-estrutura (para fazer asfalto).

Esta é a posição do prefeito Tuga Angerami definida ontem. “Não vamos contestar a liminar, até porque o julgamento desse caso levaria anos e não temos nenhuma previsão de realizar a abertura de acesso. Mas como houve a liminar, nossa decisão foi a de cumprir a medida e enviar projeto à Câmara para alterar a disposição dos terrenos, prevendo a liberação da venda deles em separado”, mencionou.

Com isso, o prefeito espera não atrapalhar a tramitação da lei que pretende buscar a autorização de venda dos lotes por leilão. “A posição da prefeitura é a de que o acesso não é necessário, mas não tem sentido agora discutir a previsão legal da abertura dessa rua nesse trecho. A atual administração não vai abrir o acesso porque existem outras prioridades. Mas atendemos a liminar, garantindo, na lei, a faixa de terreno destinada a esse acesso, dos dois lados, de forma que os terrenos mesmo separados possam ser comercializados. Eles se juntam ao terreno da avenida Nações Unidas, do outro lado, mais acima, próximo da sede da OAB, que também serão objeto de leilão público para levantar o melhor preço em relação ao mercado para gerar recursos para o fundo”, completou.

O prefeito reiterou que a intenção do governo é a de iniciar a “alimentação do fundo de infra-estrutura para que seja possível realizar obras de pavimentação na periferia, porque os recursos disponíveis são poucos e esses terrenos estavam liberados e ociosos e estão em boa localização para serem ocupados pelo mercado. Com isso, não vamos pagar dívidas, mas gerar caixa para poder fazer mais asfalto e tudo na periferia com esse dinheiro. O projeto vai para a Câmara com essas modificações para não gerar atrasos. Como não é área prevista para praça, para uso de equipamento público, então vai depois à venda”, concluiu.

4 ⁴ Jornal da Cidade - 20/09/2007 - Política

Tuga quer eliminar honorário por lei

Prefeito anunciou ontem que vai enviar projeto à Câmara para extinguir pagamentos a procuradores em ações intragoverno

O prefeito de Bauru, Tuga Angerami, anunciou ontem, durante visita a obras de concretagem no córrego Água do Sobrado, na Vila Independência, que vai enviar ao Legislativo projeto de lei para eliminar os pagamentos de verba honorária a procuradores municipais em ações entre órgãos do próprio Município.

A decisão do prefeito foi tomada depois que ele se deparou com a inscrição de precatório (sentença judicial de pagamento contra a administração) no valor de R\$ 600 mil em favor de procuradores do Departamento de Água e Esgoto (DAE) em razão da autarquia ter acionado, ainda na gestão passada, a prefeitura por contas de água não pagas desde 2001, do período Nilson Costa.

A situação, levantada pelo JC na semana passada, provocou reação do prefeito. Tuga Angerami questionou o fato de uma dívida que está sendo negociada entre as partes desde o ano passado ter sido levada até a consequência de pagamento por serviços prestados por procuradores. “Eu vou encaminhar projeto de lei à Câmara para extinguir a existência de honorários intragovernamentais, porque não vejo sentido de que uma pendência entre um órgão do próprio governo com outro possa gerar honorários para seus próprios integrantes do corpo jurídico. Até porque, o governo tem feito esforço de saldar dívidas e renegociá-las, então a posição é a de eliminar pendências e não gerar despesas adicionais”, abordou.

O prefeito não concorda com a situação gerada dentro de órgãos do governo. “Se no passado

fizeram algo que não deviam, deixaram dívidas que não deveriam ter sido deixadas, a postura do governo tem sido a de enfrentar todos esses desafios. Se eu não tivesse essa visão, essa posição, entenderia um ente do próprio governo pedir expedição de precatório. Mas não posso aceitar porque esta não é a postura do governo e já há algum tempo estamos discutindo a dívida com o DAE. Portanto, o papel jurídico do governo neste caso é o de atuar para impedir que novas despesas sejam geradas. Vou enviar projeto de lei para acabar com isso”, reforçou.

Angerami lembrou que a depuração das contas com o DAE foi iniciada ainda em 2006, com a constituição de uma comissão para fechar o levantamento nesta etapa. “Em meados de 2006 essa discussão foi iniciada. Cada vez que eu tento acertar uma coisa que estava errada, vem uma situação nova e crítica. Isso não pode mais acontecer. Estamos parcelando e pagando as dívidas e os próximos prefeitos também terão de pagar. Mas precatório para honorário não é admissível, porque o governo não está sendo displicente com compromissos”, finalizou.

A proposta do prefeito de eliminar pagamentos de honorários entre pendências geradas entre DAE, Prefeitura e, possivelmente, Emdurb e Cohab não afeta o regime de valores recebidos pelos procuradores jurídicos com o setor privado e outros entes governamentais, cujos processos geram o equivalente a 10% do valor da causa em favor dos profissionais desta área no município.

Posição do DAE

O presidente do DAE, José Clemente Rezende, comentou que concorda com a posição do prefeito a respeito do assunto. Na avaliação de Rezende, “são ações judiciais ou demandas entre órgãos da mesa esfera governamental, cuja situação exige que sejam tomadas todas as medidas possíveis no sentido de equacionar a pendência antes mesmo da geração de ações e, se isso não for possível por imposição de situações como a prescrição, que os setores jurídicos atuem no sentido de impedir a geração de novas despesas, como os precatórios, porque quem paga é a sociedade”.

Clemente ampliou que o procurador jurídico é profissional concursado que recebe seus vencimentos do Poder Público, com as vantagens adicionais relativas ao cargo e tem a oportunidade de acesso a aperfeiçoamento, cursos e qualificação a partir da própria estrutura interna, sem contar que as despesas com deslocamento e todos os pagamentos relativos ao processo também são custeados pelo órgão público, o que pede, até por interesse público, que seja evitada a situação de gerar honorário alimentar. Concordo plenamente com o projeto do prefeito”, completou.

⁴ ⁵ Jornal da Cidade - 21/09/2007 - Política

Precatórios engessam 2008 de Tuga

Seis ações judiciais de órgãos do próprio governo geram cobranças que retiram R\$ 16,1 milhões de investimentos de 2008

A postura adotada pela atual administração desde o início de 2005, de renegociar dívidas do passado como a de energia elétrica e previdenciária, não foi capaz de livrar o prefeito Tuga Angerami de uma espécie de armadilha institucional que permanece dentro da máquina, o que engessa o último ano de seu governo a ponto de reduzir em muito a já limitada capacidade de investimento para 2008.

O cenário negativo para o último ano de gestão em termos de investimento pode ser sintetizado pela notificação realizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ), desta semana, que gera nada menos que R\$ 16.165.002,39 de novos precatórios a serem inscritos para pagamento em 2008.

Conforme a informação detalhada pelo Judiciário a respeito de sentenças definitivas de cobrança contra a prefeitura, seis das maiores ações que compõem as “novas dívidas a pagar” referem-se a pendências geradas dentro do próprio governo no passado e que não foram solucionadas durante

os últimos 32 meses do atual governo.

A relação de precatórios a pagar em 2008 traz a desapropriação da área onde foi instalada o Sambódromo, ainda em 1991, cuja situação passou sem solução pelos governos de Tidei de Lima, Izzo Filho (o autor da conta), Nilson Costa e, agora, Tuga Angerami. O crédito de R\$ 3.330.681,81 será em favor da Companhia de Habitação Popular de Bauru (Cohab), empresa que acionou há alguns anos a prefeitura, sua maior acionista, e cuja situação estrangula ainda mais o já apertado orçamento municipal.

As conseqüências

Para este, como outros débitos, as partes ainda podem realizar acordo. Mas o fato é que a situação de se levar e manter no Judiciário contas que não foram até agora digeridas dentro da própria máquina também criam precatórios de natureza alimentar, em favor do jurídico do “órgão público” contra o próprio “órgão público”. Ou seja, a prefeitura terá de negociar, ou pagar, outros R\$ 199.840,90 aos advogados da Cohab pelo caso Sambódromo.

As contas de água de endereços que, em boa parte, o Departamento de Água e Esgoto (DAE) reconhece não são de obrigação da prefeitura geraram mais dois precatórios, um de R\$ 2.862.924,85 e outro de R\$ 6.123.550,27. Apesar da autarquia admitir que a dívida pode cair até à metade, nem o órgão, nem a prefeitura, conseguiram até agora sentar para definir o valor real.

O prefeito Tuga Angerami, por sinal, anunciou que essas e outras contas ainda em andamento judicial vão compor acordo. Mas, na prática, ele constituiu comissão para depurar o valor apenas no mês passado. As ações, entretanto, tramitam desde antes de 1º de janeiro de 2005, seu primeiro dia no governo.

A conseqüência de defeitos na engrenagem da máquina municipal é que somente este caso também levou a mais dois precatórios em favor de advogados da estrutura pública, um de R\$ 275.190,58 e outro de R\$ 608.760,43.

No pacote de engessamento de investimentos para 2008, o governo Tuga ainda terá de incluir R\$ 2.406.911,15 relativos a outras 12 ações de particulares. Se os acordos para alongar os pagamentos não vierem, o atual prefeito vai terminar seu último ano de governo investimento muito pouco sobre o que já é escasso. Vale lembrar que sobre o orçamento deste ano, a estimativa global de investimentos não chegou a R\$ 20 milhões, excluídas as dotações de áreas vinculadas.

⁴ ⁶ Jornal da Cidade - 27/09/2007 - Política

Tuga promete lei para plano de asfalto a partir de segunda

Quem estiver interessado em pagar para ter sua rua pavimentada, através do chamado plano comunitário, deve se preparar para buscar assinaturas junto aos vizinhos a partir da próxima segunda-feira. O prefeito Tuga Angerami afirmou ontem que vai sancionar a lei aprovada pela Câmara e publica-la no Diário Oficial de Bauru (DOB) deste sábado, condição necessária para que a população possa pleitear o programa.

Angerami contou que teve de analisar uma situação jurídica em relação ao projeto aprovado pelo Legislativo, decidindo por transformá-lo em lei sem modificações para não atrasar o acesso ao programa. “No projeto aprovado pelos vereadores, houve a colocação de algumas alterações e em uma delas foi inserido texto dentro de um parágrafo que cria uma dificuldade, mas nós não vamos mexer para dar início ao programa e depois se for o caso discutimos esse trecho apenas da lei com ação de inconstitucionalidade”, afirmou.

Com isso, Tuga afirmou que tomou a decisão: “Vou publicar a lei como está, porque este trecho de um parágrafo teve a intenção de melhorar a regra, mas acabou gerando interpretação de que a obra contratada tem de ser realizada em 30 dias, o que tornaria difícil a execução do programa. Mas publico a lei até sábado e libero o programa e depois vejo só este ponto em separado com o Jurídico da prefeitura”, acrescentou.

A lei permite à população contratar - e pagar - direto com o prestador do serviço a realização de benfeitorias como asfalto, recape e guias e sarjetas desde que pelo menos 75% dos moradores de uma mesma localidade assinem o contrato. Os que não aderirem, chamados na lei de discordes, também vão ter de pagar. Mas estes quem vai cobrar é a prefeitura, que vai licitar a obra junto a uma empreiteira e repassar o valor, depois, ao contribuinte.

Batizado de Plano Comunitário de Melhorias, o projeto aprovado pela ampla maioria dos parlamentares é a segunda tentativa através de lei para permitir que a população seja contemplada por aquilo que a prefeitura não consegue fazer (asfalto), seja por falta de recursos ou estrutura incipiente na área de obras.

A alteração na legislação para o asfalto pago veio depois que a administração verificou impossibilidade de aplicar o programa anterior.

Agora, os moradores podem se mobilizar, contatar uma empresa habilitada e com cadastro prévio na prefeitura, e colher assinatura de pelo menos 75% dos vizinhos para assinar o contrato para ter o reivindicado asfalto.

Bairros como Vila Zillo, Aviação, Jardim Ferraz, Vila Carolina, Falcão, Jardim Solange, Bela Vista, Jardim do Contorno, Vila Engler e tantos outros já estão à espera da lei para, assim que ela for sancionada pelo prefeito, buscar o contrato de serviço.

O programa também é esperado por empresários com instalações nos Distritos Industriais e em bairros com concentração de serviços, como próximo do Jardim Redentor, onde a benfeitoria é esperada há anos.

O Plano Comunitário de Melhorias cria uma situação antes não prevista para Bauru: os moradores que querem recapear as quadras em frente à rua onde moram também podem aderir ao programa, com o mesmo formato válido para o asfalto em rua de terra: os 25% que não aderirem serão cobrados pela prefeitura.

A diferença é que ao invés de fazer o serviço, a prefeitura vai licitar uma empresa para atender aos pedidos do programa. A empresa é quem executa o serviço dos discordes. Pela lei, a prefeitura não interfere na escolha da empresa que vai fazer o serviço contratado direto com o cidadão. Mas ela precisa se habilitar antes junto à administração. Depois, é o poder público quem terá de fiscalizar a qualidade do serviço e atestar se ele foi realizado de acordo com as normas técnicas.

⁴ ⁷ Jornal da Cidade - 27/09/2007 - Política

Tuga amplia área urbana e a BR Malls informa União do interesse em construir

O prefeito Tuga Angerami convidou ontem a imprensa, secretários, vereadores e empresários para acompanhar a sanção (assinatura) da lei que estende o perímetro urbano de Bauru em mais 1,8 milhão de metros quadrados, ao lado da rodovia Bauru-Ipaussu, na zona sul, medida que vai permitir a construção de um anunciado megashopping no local, além de projetos imobiliários.

O motivo do convite para a sanção da lei está ligado ao fato de que o prefeito espera um final feliz na viabilização do negócio, situação que ainda está na fase de negociações entre investidores,

mas com intenção de construção já anunciada. Após o fechamento dos negócios na Bolsa de Valores, ontem à tarde, a BR Malls, investidora do negócio, informou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Banco Central (BC), sobre o cumprimento desta etapa legal de extensão do perímetro urbano, deixando pública sua intenção de realizar a obra e a fase em que o futuro empreendimento se encontra.

Durante a solenidade realizada ontem, no auditório da Prefeitura de Bauru, com a presença de seis vereadores e dos próprios empreendedores do negócio, coordenado pelo Grupo Aiello, o prefeito assinou a lei com a preocupação de não querer ficar com o ônus de ter gerado obstáculos ao futuro negócio, mas tratou de advertir que neste momento é prudente deixar claro que o investimento ainda está por ser concretizado. “Eu tinha três opções. Poderia vetar o projeto, deixar ele virar lei por decurso de prazo ou sancionar. É um prazer sancionar algo que permite ver a cidade crescer. Mas isso é feito sob as testemunhas de todos para se ter claro que é um empreendimento em fase de consolidação, para não gerar frustração na população depois”, disse Tuga.

Ou seja, a administração municipal torce para que o empreendimento que envolve mais de um negócio seja viabilizado, pelos próximos anos, nas proximidades da rodovia Bauru-Ipaussu, perto do condomínio Lago Sul.

Por esta razão, nesta etapa, a prefeitura pretendia a assinatura de protocolo de intenções com o investidor. A iniciativa do negócio é da Aiello Urbanismo e da empresa paulistana Conexão3 Desenvolvimento de Negócios, através de parceria com a BR Malls, maior empresa de shopping centers do Brasil.

Ontem o representante da BR Malls disse que cumpre o chamado período de silêncio junto ao mercado de investimentos (quiet period), norma seguida à risca na reunião, na prefeitura. O gerente de desenvolvimento da BR, Marcelo Kingston, compareceu e reforçou junto ao prefeito a impossibilidade de dar qualquer declaração a respeito do negócio em razão dessa regra que deve ser seguida pelas companhias de capital aberto. Após o fechamento dos negócios do mercado interno, ontem à tarde, a BR Malls comunicou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Banco Central (BC), que o desenvolvimento de shopping center em Bauru cumpriu ontem as etapas de sanção da lei de extensão do perímetro urbano e de decreto de desapropriação de área para futuras vias de acesso.

O comunicado de ontem à União reforça um ofício endereçado ao prefeito em 20 de agosto passado, quando a empresa informou o interesse no desenvolvimento do megashopping. A assessoria de imprensa da BR Malls reafirmou, ontem, que nenhum executivo poderia dar declarações a respeito do assunto em função do período de quarentena (quiet period) no mercado, mas confirmou o comunicado oficial do grupo. “A BR Malls disse que obteve as autorizações legais necessárias para transformar a área em shopping”. De acordo com o comunicado, o shopping deve ter, inicialmente, uma área bruta locável (ABL) de 25.000 m², em fração de terreno de 100.000 m², com inauguração prevista para o segundo semestre de 2009.

Próximas etapas e Auto-Fest

Durante a solenidade de ontem na prefeitura o empresário Renato Aiello reforçou o prosseguimento das negociações a partir desta nova etapa. “Foi a primeira etapa para viabilizar o Centro-Oeste Power Center. Ocorreu a pré-aprovação do projeto pela prefeitura, a aprovação pela Câmara do projeto de lei de autoria do vereador Marcelo Borges, que inclui a área no perímetro urbano, a sanção da lei e a assinatura do decreto que declara de utilidade pública as áreas destinadas ao acesso ao empreendimento”, destaca a nota do grupo Aiello Urbanismo.

As próximas etapas, segundo o grupo, são a definição da planta final do Centro-Oeste Power Center, a aprovação da planta pela prefeitura e a celebração do contrato pelas empresas.

Renato Aiello também divulgou que seu grupo está negociando com o empresário Evandro Ribeiro para buscar a implantação de um shopping de carros, o Auto-Fest, empreendimento comercial automotivo inédito previsto para o mega empreendimento. Ribeiro também compareceu à solenidade de ontem à tarde na prefeitura municipal.

Este negócio é uma iniciativa empresarial concebida a partir da estrutura de feirão itinerante de automóveis, em uma área prevista de 18 mil metros quadrados, com cerca de 30 lojas das principais marcas nacionais e importadas de veículos, financeiras, corretora de seguros, dois despachantes e centro automotivo.

⁴ ⁸ Jornal da Cidade - 28/09/2007 - Política

Receita cresce R\$ 111 milhões com Tuga

O prefeito entrega hoje na Câmara lei orçamentária prevendo R\$ 288 milhões para 2008, seu último ano de governo

O prefeito de Bauru, Tuga Angerami entrega hoje, às 15 horas, na Câmara Municipal, a peça orçamentária para o último ano de seu mandato (2008), com previsão de arrecadar R\$ 288 milhões, cifra que se alcançada vai demarcar que somente em seu governo as receitas locais vão ter crescido R\$ 111 milhões.

E apesar do projeto de lei orçamentário estimar para o próximo ano crescimento de conservadores 7% em relação ao atual exercício, dificilmente a cifra de R\$ 288 milhões não será superada. Isso porque, de 1º de janeiro de 2005, quando assumiu o cargo, até 31 de dezembro de 2008, quando Angerami diz que vai encerrar sua carreira política para voltar a dar aulas na universidade, o bolo orçamentário cresceu em percentual e conseqüente “velocidade” bem acima do projetado.

Para a constatação, basta mencionar, por exemplo, que a própria administração estabelece como expectativa fechar 2006 com R\$ 264 milhões no caixa, contra R\$ 252 milhões estimados na lei em vigor. O mesmo patamar se manteve nos últimos 10 anos, com o que entrou no caixa sempre superando a meta lançada em lei.

Ontem à noite, o secretário Municipal de Finanças, Edmundo Albuquerque dos Santos – que também vai ao Legislativo hoje para apresentação do projeto de lei –, confirmou que o resultado deste exercício superou o previsto mesmo sem a entrada de pelo menos R\$ 5 milhões estabelecidos para o fundo de infra-estrutura (asfalto).

A “receita extra” viria da venda de terrenos, cujo projeto de lei foi protocolado no Legislativo, mas teve de ser retirado para sofrer ajustes. “Estamos prevendo R\$ 288 milhões para 2008, já com a inclusão novamente de R\$ 5 milhões que poderão vir da venda de terrenos ociosos”, comentou.

Mas se o “cobertor é curto” para tantas demandas, como gostam de reforçar os secretários de finanças e prefeitos em todos os cantos paulistas, cada um tem uma forma de apontar para a justificativa pelo caminho escolhido para distribuir a receita vinda da sociedade.

Em suas andanças por inaugurações de Centros de Educação para Jovens e Adultos (Cejas), por exemplo, Angerami tem repetido que equacionou dívidas, prometeu não deixar “restos a pagar para seu sucessor” e reforçado que “se as inúmeras dívidas puderam ser pagas no meu governo, mesmo com dificuldades, também poderão ser pagas pelos próximos prefeitos”.

Evolução do orçamento

Tuga Angerami assumiu em 2005 tendo herdado contas não pagas por Nilson Costa e uma previsão orçamentária irreal de R\$ 160 milhões. De tão longe da realidade, a peça orçamentária virou

só papel quando o primeiro ano da gestão foi concluído com R\$ 206 milhões tendo sido contabilizados no caixa.

O próprio antecessor de Tuga já havia fechado 2004 com R\$ 177 milhões, contra R\$ 165 milhões previstos no orçamento daquele ano. Assim que assumiu a caneta do Executivo local, o atual prefeito revisou a planta genérica de valores, o que gerou acréscimo de receita com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Somada ao programa de Refinanciamento Fiscal (Refis), as medidas iniciais renderam R\$ 230 milhões em 2006, contra R\$ 215 milhões previstos.

Para 2007, a peça orçamentária superou as metas de crescimento vegetativo (da economia) mais inflação de ano para ano, sendo inscrita em R\$ 252 milhões. Ou seja, o atual governo, como o anterior, tem preferido estabelecer metas de receitas menores que as efetivamente realizadas. De tão menores que o real, os números apontam para R\$ 264 milhões no caixa no fechamento deste ano.

E se o universo das contas conspira para acima do que os balanços oficiais indicam, são praticamente nulos os riscos de erros ao se afirmar que a gestão Tuga Angerami vai fechar seu ciclo tendo visto o bolo da arrecadação crescer pelo menos R\$ 111 milhões. O resultado oficial, inscreva-se, “corre sério risco” de ser ainda maior que o assinado em lei.

⁴ ⁹ Jornal da Cidade - 9/09/2007 - Política

Reforma em escola infantil vai chegar a 31 unidades, diz Tuga

A reforma no fundo nacional de educação, com a transformação do Fundef (do ensino fundamental) para o Fundeb (básico) vai permitir que a Prefeitura de Bauru destine recursos suficientes para reformar e ampliar pelo menos 31 das 45 unidades da área infantil até o final do próximo ano. Até este ano, o prefeito só podia destinar verbas para o ensino fundamental, em detrimento às carências da rede infantil.

A informação foi dada ontem à tarde pelo prefeito Tuga Angerami, durante entrega da peça orçamentária de 2008 na Câmara Municipal de Bauru. Para que isso seja possível, a Secretaria Municipal de Educação vai ter seu orçamento anual ampliado de R\$ 67 milhões em 2007 para R\$ 73,5 milhões no ano que vem, conforme o projeto de lei que será apreciado pelo parlamento local.

Pelo menos 11 das 31 unidades do ensino infantil já estão em fase de contratação de reforma e ampliação desde o início do segundo semestre deste ano. Os primeiros contratos de serviços estão sendo elaborados após o término das licitações e o prefeito informou que o orçamento ainda de 2008 vai deixar reservado no caixa os recursos para todos os projetos desta fase inicial.

“As 11 unidades iniciais, que já estão com os programas de reforma em andamento, com o projeto, licitação e depois contrato, terão os recursos no caixa, com saldo garantido no final do ano”, informou. A medida atende à exigência do Tribunal de Contas do Estado (TCE), para evitar que as prefeituras contratem despesas e não garantam o caixa depois.

O próprio prefeito lembrou que a migração dos investimentos do ensino fundamental para o infantil só foi possível em função da alteração no fundo nacional do Fundef para o Fundeb. “O fundo amarrava as prefeituras com o ensino fundamental, o que deteriorou a estrutura das cidades onde foi cumprida a missão constitucional de cuidar do ensino infantil, como em Bauru. O Fundeb veio só neste ano e isso já nos deu condições de iniciar as reformas. Isso vai continuar durante todo o ano de 2008”, enfatizou.

A Secretaria de Educação terá R\$ 12,8 milhões somente para investir no próximo ano, sem contar a reserva de R\$ 20 milhões para custeio e R\$ 40,6 milhões para pessoal (salários). “Temos um estoque de recursos já previstos dessa segunda etapa que será destinada pelo Fundeb e vai tudo para

reformular e adequar unidades infantis. Vamos ter condições de incluir pelo menos 20 novas unidades, além das 11 já em andamento”, contou Angerami ontem.

O próximo prefeito também vai colher os benefícios do Fundeb. O aumento nos repasses - cuja conta é per capita/aluno - vai se refletir em uma terceira etapa em 2009, na proporção de outros 33% sobre o volume a mais já encaminhado para 2007 e outro tanto igual proporcional em 2008.

⁵ ⁰ **Jornal da Cidade - 29/09/2007 - Política**
Conta de 2008 tem R\$ 41 mi de dívidas
Orçamento do próximo ano aponta previsão de R\$ 288 milhões de receita e apenas 10% destinados a investimentos

A lei orçamentária para 2008 entregue ontem pelo prefeito Tuga Angerami na Câmara Municipal de Bauru confirma sua pretensão de encerrar o mandato sem restos a pagar, prática que nunca foi realizada pelos últimos chefes de Executivo, nem pelo próprio Angerami no final da década de 80. Mas, para não sofrer os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que não existia até meados de 2001, o atual governo incluiu na relação de despesas do último ano de gestão nada menos que R\$ 41 milhões somente para pagar dívidas, dos R\$ 288 milhões previstos de receita no exercício.

Para se ter uma idéia da abrangência da decisão política da gestão atual no âmbito fiscal, o valor é bem superior ao que foi destinado para investimentos (R\$ 28,5 milhões). Aliás, desse volume de contratações de instalações e serviços novos, a administração reservou apenas R\$ 8,8 milhões para a Secretaria de Obras. A maior parte do bolo para novas obras continuam sendo da área de educação, com R\$ 12,8 milhões em 2008. “A ampliação do programa de asfalto vai depender da alienação, venda de terrenos ociosos, em cerca de R\$ 5 milhões inseridos na lei. Esperamos a aprovação da Câmara para vender os terrenos”, repetiu Tuga.

O atual prefeito continua agarrado à tese de gastar somente o que se tem em caixa, incluindo pagar dívidas. “Não é mais possível continuar fazendo o que os outros governos faziam, deixando dívidas para outros pagarem e o sucessor também não pagava e isso virou um bolo que um dia teria de ser enfrentado e eu decidi enfrentar, mesmo com os prejuízos políticos que isso demandou, porque a população reclama por demandas e o orçamento atende apenas uma parte das reivindicações. Vou deixar a prefeitura com as contas em dia, com os compromissos fixos pagos e um orçamento capaz de suportar as renegociações de dívidas realizadas. Se eu paguei o sucessor também poderá pagar”, comentou Angerami.

E os precatórios?

Mas o dado financeiro não inserido na reserva de R\$ 41 milhões para pagar dívidas preocupa. É que esse montante não inclui a lista de precatórios de pouco mais de R\$ 16 milhões que a prefeitura acabou de receber do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ), há poucos dias. Tuga confirmou que não incluiu nem os precatórios (sentenças judiciais de cobrança definitiva) de contas de água de anos anteriores da prefeitura com o DAE (de R\$ 8 milhões), nem o título a favor da Cohab para pagar pela desapropriação da área onde foi instalado o Sambódromo em 1991 (de R\$ 3,3 milhões) e nem os honorários relativos a essas ações judiciais, o que significa mais uma fatura que, somada, passa de R\$ 1,1 milhão.

Conforme o secretário Municipal de Finanças, Edmundo Albuquerque, entre os R\$ 41 milhões de contas a pagar (lançadas como encargos gerais no orçamento), estão previstos R\$ 12 milhões de precatórios. Mas o prefeito contou que há uma lista de outras sentenças de dívidas do passado contra a prefeitura que somam esse valor, mas não dizem respeito às ações do DAE e Cohab. “Nós vamos parcelar essas dívidas e sobre o valor vamos entrar com ação rescisória, inclusive contra os honorários. Vamos discutir na Justiça”, anunciou o prefeito.

Dessa forma, o pagamento de dívidas como a parcela anual de contas deixadas por Nilson Costa com a CPFL (próximo de R\$ 1 milhão), as parcelas mensais da dívida federalizada (que chegam perto de R\$ 9 milhões no ano) e outros itens da lista compõem o maior volume de custeio de toda a administração no próximo ano. Para se ter uma idéia, excluídos os gastos com pessoal, a estrutura de toda a Secretaria de Saúde consumirá R\$ 23,3 milhões de custeio em 2008, quase a metade de todo o volume de verbas que a prefeitura terá de deixar para pagar dívidas.

Sobre o orçamento total, a administração confirmou ontem projeção veiculada ontem pelo JC de que neste ano as receitas devem fechar em R\$ 264 milhões (para R\$ 252 milhões previstos), contra R\$ 288 milhões lançados para 2008. A estimativa é de crescimento do bolo orçamentário de 7% de um ano para o outro.

⁵ ¹ Jornal da Cidade - 29/09/2007 - Política

Quem recolhe IPTU menor que o imóvel vai ser cobrado neste ano

A Prefeitura de Bauru não vai esperar o fim do recadastramento de imóveis para realizar a cobrança do que não foi pago pelos contribuintes nos últimos cinco anos. O prefeito Tuga Angerami informou ontem que já decidiu que será realizado o ajuste do cadastro imobiliário fiscal e o lançamento imediato do imposto devido para os endereços identificados no trabalho.

Isso significa que quem está pagando Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) baseado no tamanho original do imóvel, conforme planta registrada na prefeitura, por exemplo, vai receber boleto de cobrança do valor relativo ao aumento na construção (um “puxadinho”, um banheiro ou um quarto a mais realizado após a aprovação da planta) ainda nos próximos meses.

“Eu já decidi que não vou esperar todo o recadastramento dos imóveis ser realizado. À medida que as equipes de campo das empresas contratadas forem concluindo os levantamentos e as visitas domiciliares, conforme previsto por regiões e bairros, eu espero o lançamento imediato disso no cadastro, se der para ser semanal inclusive, para que seja cobrado de quem não pagou o que é devido e isso desde já”, contou Tuga Angerami.

A prefeitura já concluiu o processo de licitação para contratar a empresa, por valor próximo de R\$ 1,7 milhão para visitas e formação de banco de dados para até 70 mil imóveis. “Lançou os dados no programa e confirmou que há imposto a pagar, a prefeitura tem obrigação de cobrar pelo que deixou de entrar no caixa até pelo menos os últimos cinco anos, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Será uma forma de praticar justiça tributária também e sem aumentar imposto. É receita que deveria entrar e não entrou porque o contribuinte não atualizou seu cadastro. Vamos fazer isso desde o início e até completar o serviço”, ampliou o prefeito.

O chefe do Executivo ainda espera que os novos lançamentos referentes ao passado de cinco anos “paguem a despesa com a contratação do serviço de recadastramento, cuja verba também já está reservada ainda no caixa para este ano. Mas eu espero que o reflexo seja ainda para os próximos meses e que isso seja concluído até o final do mandato”, finalizou Tuga.

¹ Jornal Bom Dia – 3/8/2007

Prefeitura e DAE esperam obter licença para estação em 30 dias

A prefeitura e o DAE (Departamento de Água e Esgoto) esperam obter a licença de instalação da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) do Gasparini em 30 dias.

O prefeito Tuga Angerami (sem partido) e o presidente do DAE, José Clemente Rezende, se

reuniram ontem com o diretor de controle de poluição ambiental da Cetesb (Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental), Otávio Okano, em São Paulo.

O contrato para construção da ETE já foi assinado, mas o DAE precisa da licença para dar início as obras. A Cetesb solicitou novas informações para a autarquia, que serão enviadas na próxima semana.

2

Jornal Bom Dia – 4/8/2007

DAE trabalha com ‘folga’ de dois meses na ETE do Gasparini

Em caso de atraso, autarquia terá que renegociar novo prazo com MP

O DAE (Departamento de Água e Esgoto) trabalha com uma “folga” de dois meses para a conclusão da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) no Núcleo Gasparini.

A autarquia prevê entregar a obra em março de 2008, cerca de dois meses antes do prazo estipulado pelo TAC (Termo de Ajustamento de Conduta).

O presidente do DAE, José Clemente Rezende, e o prefeito Tuga Angerami (sem partido) estiveram em São Paulo anteontem para fornecer informações e consultar procedimentos para a liberação da licença de instalação da ETE junto à Cetesb (Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental).

O DAE espera que o documento esteja pronto em até 30 dias. Só com a licença as obras – que devem durar seis meses – podem ser iniciadas.

Clemente considera o prazo “confortável”. “Se acontecer algum imprevisto, o MP [Ministério Público] tem discernimento para promover algum ajuste no TAC”, confia.

O TAC aponta que os prazos e etapas das obras de tratamento de esgoto deverão ser “rigorosamente cumpridos”, mas abre brecha para a apresentação de justificativas detalhadas em caso de atraso, cabendo ao MP analisar as explicações. “Temos todo nosso empenho documentado”, diz Clemente.

O descumprimento dos termos do acordo resulta na volta de uma multa diária, que já chegava a R\$ 10 milhões em julho deste ano, mês em que foi assinado o TAC entre prefeitura, DAE e MP.

A obra da ETE do Gasparini está avaliada em R\$ 1,9 milhão. “A empresa vencedora da licitação está pronta para iniciar as obras”, comenta Clemente.

O DAE irá encaminhar na próxima semana as informações pedidas pela Cetesb. “Eles estão pedindo informações sobre o projeto técnico da estação feito pela empresa vencedora da licitação”, explica Clemente. Após a licença de instalação, a autarquia terá que conseguir junto a Cetesb a licença de operação da ETE.

OAB solicita informações a Clemente

A Comissão de Direitos Humanos da subseção de Bauru da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) convidou o presidente do DAE, José Clemente Rezende, para prestar informações a respeito dos trabalhos nas obras de tratamento de esgoto em Bauru.

Clemente é aguardado na próxima reunião da comissão, que será realizada na terça-feira, dia 7. O convite foi motivado por manifestação da Associação dos Moradores de Bauru feita ao coordenador da comissão, Gilberto Truijo.

A comissão quer escutar de Clemente detalhes sobre a qualidade das obras já realizadas na implantação dos interceptores, contratação de mão-de-obra, processos de licitação e o relacionamento entre o DAE e o Conselho Fiscalizador do Fundo de Tratamento de Esgoto.

“Recebemos algumas informações e resolvemos convidar o presidente do DAE para uma bate-papo”, comenta Truijo.

O presidente do Conselho Fiscalizador, Reinaldo Cafeo, também foi convidado a comparecer a reunião. O órgão foi criado para analisar a arrecadação e o investimento da tarifa cobrada pelo DAE para o financiamento das obras de saneamento em Bauru. Também estarão presentes, o representante da OAB no conselho e um representante das Associações de Moradores.

³ Jornal Bom Dia – 7/8/2007

16 prefeitos atendem chamado por aeroporto

Tuga havia convidado 40 para reunião na Secretaria de Transportes; 14 presidentes de Câmara também participam

Dos 40 prefeitos da região convidados pelo prefeito Tuga Angerami (sem partido), apenas 16 confirmaram presença em reunião que vai reivindicar a certificação do Aeroporto Moussa Tobias como terminal de cargas na Secretaria de Transportes, em São Paulo.

A intenção de Tuga ao montar a comitiva é mostrar ao governo estadual que o pedido pela homologação é uma demanda da região, com potencial para contribuir para o desenvolvimento dos municípios que a compõem.

O presidente do Legislativo de Bauru, Paulo Madureira (PP), também enviou 40 convites aos colegas de Câmaras da região. Com isso, o grupo será encorpado pela presença de mais 14 representantes.

No total, 22 cidades marcam presença na comitiva que será recebida pelo secretário estadual de Transportes, Mauro Arce, e representantes do Daesp (Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo).

Lista de presença*

- Presidentes de Câmaras Agudos, Arealva, Bariri, Barra Bonita, Bocaina, Iacanga, Dois Córregos, Duartina, Getulina, Guaiçara, Iacanga, Igarapu do Tietê, Itaju, Itapuú, Jaú, Lins, Mineiros do Tietê, Pederneiras, Piratininga e Presidente Alves

- Prefeitos
Agudos, Arealva, Avaí, Bariri, Bocaina, Boracéia, Dois Córregos, Duartina, Getulina, Iacanga, Igarapu do Tietê, Itaju, Jaú, Lins, Mineiros do Tietê e Presidente Alves

*confirmados até às 18h de ontem

Fontes: Prefeitura e Câmara

⁴ Jornal Bom Dia – 09/08/2007

Secretário quer informação sobre demanda de cargas

Levantamento será feito por prefeitura em 50 municípios da região

O secretário de Estado de Transportes, Mauro Arce, pediu ao prefeito Tuga Angerami (sem

partido) a realização de um estudo de demanda do Aeroporto Moussa Tobias.

O governo quer saber o volume e a quantidade de cargas produzidas na região que podem ser escoadas pelo aeroporto. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico começará o levantamento em reunião entre os prefeitos e representantes das 50 cidades da região que participaram da reunião em São Paulo.

“Não acredito que esse levantamento seja determinante para o processo. A instalação de um terminal de cargas irá puxar essa demanda”, disse o secretário de Desenvolvimento Wallace Sampaio.

A opinião dele é compartilhada por outros membros da comitiva, mas a questão do fluxo é apontada como determinante por investidores do mercado (veja abaixo).

Arce também orientou a comitiva de que a discussão sobre o aeroporto de Bauru também envolve a Secretaria Estadual de Desenvolvimento. Tuga afirmou que agendará encontro com o secretário da pasta, Alberto Goldman.

Sobre a disputa envolvendo Bauru e Ribeirão Preto pela viabilização de um terminal, o governo estadual irá se manter isento, segundo participantes da reunião. “O secretário nos falou que o Estado não vai entrar em nenhuma briga política”, disse o vereador João Parreira (PSDB).

Tuga informou a Arce que Bauru não quer entrar em disputas, mas quer garantir a concretização do Plano Aeroviário do Estado, que concebeu Bauru, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto como aeroportos para o transporte de cargas.

Para o presidente da Câmara, Paulo Madureira (PP) a reunião também serviu para que a região fique por dentro das estratégias do governo para o setor aéreo. “Tudo está sendo tratado a sete chaves”, disse.

O deputado federal José Paulo Tóffano (PV) irá tentar agilizar a tramitação da homologação do aeroporto de Bauru, que atualmente está na Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

⁵ Jornal Bom Dia – 10/08/2007

Tuga inicia processo de concessão do serviço funerário municipal

O prefeito Tuga Angerami (sem partido) anunciou ontem a transferência de todo o serviço funerário municipal da Emdurb (Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru) (Emdurb) para a prefeitura.

O decreto está publicado hoje na edição de hoje do Diário Oficial do Município. Esse é o primeiro passo para a Concessão do serviço, conforme anunciado pelo BOM DIA em janeiro e confirmado há duas semanas.

Segundo o comunicado da assessoria de imprensa do governo, “a intenção é abrir processo licitatório para concessão onerosa do serviço prestado pela Funerária Municipal, incluindo velórios municipais, por um período de 10 anos”. Para isso, no entanto, é preciso do aval da Câmara, que certamente colocará obstáculos para aprovação do projeto.

Mais uma vez, a justificativa da administração para terceirizar os serviços é “promover o saneamento estrutural e financeiro da Emdurb, concentrando esforços e recursos nas áreas de limpeza pública, políticas de transportes e trânsito”.

De janeiro a maio de 2007, a gerência de funerárias e necrópoles acumulou prejuízo de R\$

160.330,65. Esse valor é quase um terço do déficit acumulado pela empresa em 2006, de R\$ 680 mil.

O comunicado diz ainda que a prefeitura continuará custeando os enterros assistenciais, destinados a famílias carentes. No entanto, esse serviço também será repassado à iniciativa privada.

Desde o dia 28 de julho estão suspensas as emissões de novos alvarás para funerárias. As empresas que já atuam na cidade continuam trabalhando normalmente.

⁶ Jornal Bom Dia – 13/08/2007

Tuga vai rever tarifa de água cobrada de templos religiosos

O prefeito Tuga Angerami (sem partido) quer discutir o desconto de 70% do valor da tarifa de água e esgoto concedido a templos religiosos.

Ele acredita ser necessário rever concessões como essa feitas no passado. “Tenho minhas dúvidas a respeito até da constitucionalidade desse desconto”, diz.

O prefeito também quer incluir nessa revisão uma tarifa de água própria para instalações do setor público.

“A administração paga pelo fornecimento de locais que são da própria comunidade, como escolas e unidades básicas de saúde”, aponta Tuga. Para o prefeito, isso justifica a adoção de uma taxa diferenciada.

A tentativa de se realizar uma revisão nessas tarifas surge no momento em que Tuga irá baixar portaria nomeando uma comissão para analisar a dívida da prefeitura com o DAE (Departamento de Água e Esgoto), estimada em R\$ 50 milhões.

Após a depuração do débito, ainda sem prazo de conclusão, Tuga diz que caberá ao DAE tomar as providências necessárias para receber a parte da dívida que não cabe à prefeitura. “Vamos então discutir com a Câmara um parcelamento de longo prazo da nossa parte”, planeja.

O presidente do DAE, José Clemente Rezende, é contra a proposta de revisão do desconto de 70% da tarifa dos templos religiosos sugerida por Tuga. “Na minha opinião, isso não deve ser mexido”, diz. Para ele, o trabalho social feito por essas instituições justifica a isenção.

Sobre a tarifa diferenciada para as instalações da prefeitura, Clemente se mostrou favorável a uma discussão do assunto.

⁷ Jornal Bom Dia – 15/08/2007

Tuga planeja terceirizar merenda no início do ano

Para justificar decisão, prefeito diz que município não é ‘fábrica de refeições’

O prefeito Tuga Angerami (sem partido) confirmou ontem que pretende terceirizar a merenda escolar em Bauru até o fim de 2007. O objetivo da administração é iniciar o ano letivo em 2008 já com uma empresa privada servindo refeições aos alunos das escolas municipais e estaduais.

Apesar de ainda dizer que comporá comissão para estudar o caso, Tuga já avisou a secretária de Educação, Ana Maria Daibem, que não irá contratar mais funcionários para o setor.

“A nossa finalidade é a educação. Temos que ter um bom projeto pedagógico, bons professores. Alimentação não é finalidade. É atividade meio e nós não somos uma fábrica de

refeições”, disse Tuga, ao justificar a necessidade da terceirização.

O departamento de merenda escolar prepara, em média, 44 mil refeições diárias para 205 unidades – 48 escolas estaduais, 124 escolas municipais e 33 escolas conveniadas. O valor gasto mensalmente é de aproximadamente R\$ 347 mil. Parte desse valor é pago pelo Estado por meio de convênio.

“Não podemos ficar preocupados em elaborar cardápio, abrir licitação, fazer compras, ver se o produto é realmente aquele que ganhou a licitação, testar, armazenar, distribuir, controlar qualidade. É uma logística inadmissível. Não podemos continuar com essa situação. Me incomoda isso”, diz Tuga.

Apesar de não precisar da autorização da Câmara, ele já conversou com alguns vereadores sobre a possibilidade de terceirizar o serviço e, segundo ele, recebeu apoio.

“Se tiver respaldo, vou abrir a discussão. Primeiro vou abrir uma comissão para analisar o quadro atual e as alternativas que nós temos. A partir daí, sendo viável, vamos pensar e partir sim para uma terceirização”, afirma.

O vereador Lima Júnior (PP) concorda com a decisão do governo. “Esse setor é a porta de entrada da corrupção. Por tudo que acarreta desde a preparação até a entrega da refeição sou totalmente a favor da terceirização”, afirmou.

Terminal rodoviário é o próximo alvo

Além da decisão já tomada de terceirizar todo o serviço funerário municipal e do anúncio da possibilidade de repassar à iniciativa privada a merenda escolar a partir de 2008, o prefeito Tuga Angerami pretende também iniciar uma discussão sobre a administração do terminal rodoviário de Bauru.

Hoje, a rodoviária é de responsabilidade da Emdurb (Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru). Assim como quase todos os setores da empresa, esse também gera prejuízo. Ou seja, a arrecadação é menor que as despesas. Em 2006, por exemplo, o prejuízo foi de R\$ 43.859,28.

“Quem usa o terminal rodoviário são as empresas de ônibus e se aquilo dá prejuízo, não tem cabimento o poder público continuar injetando dinheiro. No mínimo essas empresas têm que arcar com esses custos”, explicou Tuga.

Existem hoje duas propostas: ou as 15 empresas que operam no terminal rodoviário aceitam pagar esse prejuízo e criam um fundo de investimentos, com recursos próprios, ou a prefeitura irá também terceirizar a administração.

“Se não se viabilizar isso, a minha intenção é realmente caminhar para uma concessão onerosa da rodoviária”, completou.

“As empresas têm lucros ali e por isso precisam pagar pela utilização do espaço”.

⁸ Jornal Bom Dia – 15/08/2007

Prefeito aprova gasto do DAE com publicidade

Tuga Angerami defende José Clemente Rezende das críticas de vereadores por contrato de R\$ 300 mil com agência

O prefeito Tuga Angerami (sem partido) considerou “legítimas” as cobranças feitas por alguns vereadores sobre o contrato de publicidade de R\$ 300 mil firmado pelo DAE (Departamento de Água

e Esgoto), mas disse confiar no presidente da autarquia, José Clemente Rezende, pré-candidato à prefeitura em 2008.

“A Câmara é fiscal do Executivo e está correto os vereadores pedirem informações sobre a licitação e o uso dessa publicidade. Está correto e não há nada de estranho nisso”, disse Tuga, se referindo as críticas feitas por parlamentares de que Clemente tenta se promover politicamente gastando dinheiro público.

“Acho que a preocupação do Clemente é de prestar contas e mostrar à população a evolução dos investimentos na área do tratamento de esgoto. Ele é advogado, conhece a lei, é ético e inteligente o suficiente para não utilizar isso como forma de auto-promoção”, explicou.

Apesar de afirmar, por diversas vezes, que a situação financeira do DAE é totalmente diferente da prefeitura e permite esse tipo de gasto, Tuga admite que a proximidade com o período eleitoral acirra ainda mais os ânimos. Ao mesmo tempo, ele tenta argumentar, mais uma vez, que não irá permitir o uso da máquina por qualquer candidato.

“Não vai ser permitido o uso da máquina por quem quer que seja. Isso eu já avisei e vou repetir sempre que necessário. A Câmara faz o seu papel e o DAE o dele.”

⁹ Jornal Bom Dia – 16/08/2007

Barbieri propõe reajuste de taxas para manter terminal

Empresas que operam na rodoviária de Bauru terão que pagar prejuízo

A Emdurb (Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru) pretende aumentar as tarifas de aluguel e manutenção cobradas atualmente das 15 empresas que operam no terminal rodoviário.

A rodoviária acumulou prejuízo em 2006 de R\$ 43.859,28. O prefeito Tuga Angerami (sem partido) já avisou que se nada for feito para reverter esses números negativos, irá entregar a gestão do local para empresa privada.

O presidente da Emdurb, Carlos Barbieri, entregou recentemente um relatório a Tuga mostrando que com o aumento de algumas taxas, como por exemplo o aluguel do espaço para guichês, é possível fazer do terminal um setor lucrativo.

“A idéia inicial é realmente reajustar o preço desse aluguel e passar a cobrar das empresas uma taxa de conservação, manutenção e limpeza do terminal”, disse Barbieri. Na verdade, essa taxa já existe no papel, mas só não é cobrada pela Emdurb.

Hoje, cada empresa paga R\$ 40,22 por metro quadrado para o guichê de vendas de passagens. Em algumas cidades, esse espaço custa até R\$ 300, como em Marília. Em Limeira, o valor chega a R\$ 250. Bauru arrecada R\$ 10 mil com esse aluguel.

“Pelos nossos cálculos, poderíamos cobrar algo próximo de R\$ 102, que é o valor médio de cidades do mesmo porte de Bauru”, acredita Barbieri.

Já a taxa de limpeza, que serviria como fundo de investimento, seria de R\$ 171. “Com esses valores pagaríamos todas as contas e sobraria de R\$ 20 mil a 30 mil para as reformas necessárias”.

Salários, água e luz consomem R\$ 1 mi

Só com salários, água e luz a Emdurb consome anualmente no terminal cerca de R\$ 1 milhão. Em 2006, as despesas chegaram a R\$ 1.616.379,11 enquanto a receita foi de R\$ 1.572.599,83.

Os salários consumiram pouco mais de R\$ 500 mil. A conta de água mais R\$ 250 mil e de energia elétrica R\$ 160 mil.

A taxa de embarque gerou R\$ 960 mil à Emdurb em 2006. As outras fontes de custeio da empresa para manter a rodoviária são os sanitários, estacionamento, guarda-volumes e aluguel dos espaços.

Sem conseguir zerar a conta, a Emdurb foi obrigada a parar de fazer investimentos em manutenção.

O objetivo agora, caso o prefeito autorize o reajuste do aluguel do metro quadrado e a cobrança da taxa, é fazer poupança para iniciar a recuperação do terminal. “Temos que arrumar o telhado, melhorar o estacionamento, a iluminação. Tudo isso custa e não temos como bancar despesas extras hoje”, diz Barbieri.

“Se empresas privadas têm interesse em administrar rodoviárias é porque dá lucro. A Emdurb, então, tem que fazer dar lucro”.

¹ ⁰ Jornal Bom Dia – 17/08/2007

Inadimplente, prefeitura põe em risco verba de R\$ 10 mi da União

Nove projetos da Prefeitura de Bauru, no total de R\$ 10,1 milhões, todos voltados para solucionar problemas habitacionais de 667 famílias carentes, a maioria de favelas, correm sério risco de não sair do papel.

Tudo porque o município está no Cauc (Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias) do Tesouro Nacional. O BOM DIA apurou com a Secretaria de Finanças que as pendências são: a dívida com a Funprev (Fundação de Previdência dos Servidores Municipais) e a dívida federalizada.

A primeira já foi solucionada e deve ser retirada do Cauc até o fim de setembro.

Já a outra pode levar mais tempo. A mensalidade é de cerca de R\$ 700 mil. A prefeitura paga em dia em torno de R\$ 500 mil. Os R\$ 200 mil restantes têm de ser depositados judicialmente até o final da ação que contesta o valor da dívida federalizada. Porém, isso não é feito desde 2004, o que torna a exclusão do cadastro distante.

Segundo Márcio Galvão Fonseca, diretor do Ministério das Cidades, se os projetos forem aprovados, os valores não serão liberados, “pois a Lei de Responsabilidade Fiscal impede”.

Ontem, Fonseca esteve em Bauru para participar da 3ª Conferência Municipal, na qual fez palestra.

No país, em maio, foram encaminhados 11.813 projetos. Juntos, somam R\$ 21 bilhões. Como o governo libera só R\$ 1 bilhão ao ano, apenas alguns são selecionados. Assim, se qualquer um de Bauru for escolhido em setembro, o que não é fácil, a cidade não acessará os recursos. Se isso acontecer, não será a primeira vez. Pelos menos em outras duas ocasiões isso ocorreu.

¹ ¹ Jornal Bom Dia – 21/08/2007

Enterros de graça estão garantidos, diz prefeito

Tuga vai enviar emenda à Câmara para terceirizar funerária e velórios

O prefeito Tuga Angerami (sem partido) garantiu ontem aos vereadores, durante visita à Câmara, que os enterros sociais – em que pessoas carentes são veladas e sepultadas sem custo – serão mantidos após a terceirização da funerária e dos velórios municipais.

O BOM DIA revelou no sábado que o projeto de lei enviado por Tuga ao Legislativo encontrava resistência entre os vereadores justamente porque haviam dúvidas sobre a manutenção do trabalho social prestado hoje pelo município.

Ontem, Tuga afirmou que irá mandar uma emenda à Câmara nos próximos dias para garantir que esse serviço não sofrerá alteração.

“Hoje a prefeitura já paga por esses enterros, mas para a Emdurb. A partir do momento que fizermos a concessão para a iniciativa privada, a prefeitura continuará prestando esse serviço, mas pagando para a iniciativa privada”, disse Tuga.

“Vou mandar uma emenda colocando no projeto de lei que vai haver sempre um plantão permanente para atender, inclusive aos finais de semana, as famílias de baixa renda que tenham perdido algum ente querido”, completou o prefeito.

Após a visita, os vereadores procuraram não fazer comentários sobre o assunto, mas deixaram claro que a emenda poderá mudar o posicionamento dos contrários a terceirização. “Ficou mais fácil”, admitiu Paulo Martins (DEM).

¹ ² Jornal Bom Dia – 22/08/2007

Tuga estuda cobrar taxa de bombeiros junto com IPTU

Prefeito afirma que é inviável lançar carnês agora para receber atrasados

O prefeito Tuga Angerami (sem partido) estuda incluir os valores devidos desde 2004 da taxa de bombeiros no carnê de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) de 2008.

Na semana passada, Tuga anunciou que vai cobrar a taxa de bombeiros retroativo a agosto de 2004, num total aproximado de R\$ 3 milhões. O imposto, criado em 2003, havia sido considerado ilegal pelo Tribunal de Justiça em 2004, mas o Supremo Tribunal Federal autorizou a cobrança no dia 20 de junho.

Ao dizer que o valor da taxa é pequeno para a maioria dos contribuintes – em média uma residência paga R\$ 10 por ano –, Tuga avalia que não é viável financeiramente emitir um carnê neste momento para cobrar os atrasados.

“Se você emite um boleto que será entregue junto com o IPTU no início do ano, tudo bem, mas fazer isso agora, só para a taxa de bombeiros, o custo dessa cobrança acaba ficando muito elevado”, explicou Tuga, que prometeu não sobrecarregar os contribuintes com o pagamento acumulado, indicando que vai parcelar o débito atrasado.

A taxa de bombeiros varia de R\$ 5 a R\$ 500 anuais. O cálculo é feito por meio do tamanho do prédio e de sua funcionalidade. Comércio e Indústria pagam mais.

Tuga pedirá ajuda do Conselho Municipal dos Contribuintes para definir o que pode ser feito. “Vou consultar o conselho para que eles possam opinar sobre como poderemos receber esses valores”, despistou.

¹ ³ Jornal Bom Dia – 28/08/2007

Com alfinetada, Tuga rejeita proposta da OAB para taxa dos bombeiros

O prefeito Tuga Angerami (sem partido) descartou aceitar a reivindicação da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de Bauru de anistia dos valores não cobrados desde agosto de 2004 em relação à taxa destinada ao Corpo de Bombeiros.

Na ocasião, a lei que autorizou a cobrança, aprovada em dezembro de 2003, teve seus efeitos suspensos por força de liminar judicial. Porém, em 14 de agosto passado, o STF (Supremo Tribunal Federal) a considerou constitucional, o que permite a prefeitura exigir os valores não pagos pelos contribuintes.

“Não posso deixar de arrecadar, pois se configuraria até em renúncia fiscal”, diz Tuga. “A OAB há de compreender que, na medida em que a taxa é repassada aos bombeiros, a prefeitura se desonera e não precisa retirar recursos do orçamento.”

Por fim, o prefeito de Bauru alfinetou a entidade: “Eu sei que o advogado fica praticamente impedido de exercer sua profissão se não paga a ordem, e nunca ouvi dizer que a OAB tenha aberto mão de receita”.

Sem confronto

O presidente da OAB-Bauru, Caio Augusto Silva dos Santos, afirma que não vai comentar a manifestação do prefeito em relação à taxa da ordem “pois não há intenção de criar desavenças políticas”. “Nós reconhecemos a constitucionalidade da cobrança. Mas entendemos que a anistia poderia ser concedida se fosse enviado projeto de lei à Câmara”.

¹ ⁴ Jornal Bom Dia – 29/08/2007

Após quatro meses e duas reuniões, CEI é arquivada

Para comissão que investigou transporte escolar, não há irregularidades

Foram quatro meses e seis dias analisando documentos. Nesse tempo, só duas reuniões realizadas. Nenhum depoimento foi tomado pela CEI (Comissão Especial de Inquérito) do Transporte.

Ontem, a investigação terminou com o arquivamento da denúncia de irregularidades no contrato do transporte de alunos das redes municipal e estadual de ensino.

O relatório final, assinado pela vereadora Majô Jandreice (PC do B) e aprovado por unanimidade dentro da comissão, é enfático ao afirmar que não há provas de corrupção.

“Há demonstração da conferência, fiscalização e controle do serviço contratado e prestado pela empresa Oswald Brambilla Ltda.”, escreve a relatora. “Não há como falar em irregularidades ou corrupção”, completa.

O atual contrato, que vale até 2008, prevê o transporte de cerca de 4,6 mil alunos de escolas públicas – 70% da rede estadual e 30% das escolas municipais. O valor pago mensalmente é de aproximadamente R\$ 309 mil.

Majô, que se baseia em explicações dadas por representantes do governo municipal e da empresa Brambilla durante audiência pública no dia 23 de fevereiro para escrever o relatório, concorda que o contrato é falho e dá margens para dúvidas.

“O contrato é fechado e é assim que funciona. Pode-se contestar a forma, mas não a

legalidade”, explica.

O presidente da CEI, Faria Neto (PDT), também insistiu na tese de que o contrato é regular. “Realmente tínhamos dúvidas, mas ficou provado que o serviço está sendo realizado de forma correta e a contento”, diz.

Sobre a decisão de não convocar nenhuma pessoa para prestar depoimento, Majô afirma que todas as dúvidas foram sanadas na audiência pública. “ Nós iríamos ouvir as mesmas pessoas e achamos isso desnecessário”.

O relatório final da CEI segue agora para leitura e votação em plenário.

Empresário agradece a Deus

O proprietário da empresa Oswaldo Brambilla Ltda., Helsio Bísvaro, reagiu assim ao ser informado do resultado da CEI: “Amém, graças a Deus. Tinha segurança absoluta de que agi como manda a lei. A tendência da CEI era essa, mas é claro que é um alívio”, admitiu.

Já o prefeito Tuga Angerami (sem partido) elogiou a Câmara. Enquanto os cinco membros da CEI se reuniam para votar o parecer final, ele inaugurava uma obra na Vila São Paulo.

Ao ser questionado sobre o que esperava do relatório, Tuga, primeiro, disse que nem sabia que ele estava sendo apresentado naquele momento.

“Temos procurado melhorar essa forma de controle. Não deixamos as coisas como nós encontramos. Ao contrário, estamos aprimorando esse procedimento”, disse. “Tenho visto na Câmara uma postura de equilíbrio e busca de justiça. Isso me tranqüiliza”.

¹ ⁵ Jornal Bom Dia – 29/08/2007

Sambódromo vai tirar R\$ 3 milhões de Bauru em 2008

Para prefeito Tuga Angerami, surpresa desagradável é como um esqueleto

Até dezembro de 2008, o Sambódromo custará R\$ 3 milhões à prefeitura. É que a Cohab (Companhia Habitacional de Bauru) ganhou na Justiça uma ação contra o município. O processo já tramitou e se transformou num precatório, espécie de pedido de pagamento feito pela Justiça, julgado em definitivo e que já não admite recursos.

O prefeito Tuga Angerami (sem partido) compara esse precatório a um esqueleto. “Nessa altura do mandato, a gente pensa que já equacionou todas as dívidas antigas. Aí surge mais esse esqueleto do passado”, desabafou, ontem, numa inauguração.

Em 1990, no governo de Antonio Izzo Filho, a prefeitura invadiu uma área de 25 mil metros quadrados que eram da Cohab no Núcleo Geisel, conforme o processo.

A justificativa era de construção do Parque da Água Comprida, nunca feito. Mais tarde, veio o Sambódromo, hoje praticamente esquecido sem o carnaval de rua em Bauru.

Em 2000, a Cohab entrou na Justiça alegando apossamento administrativo e cobrou da prefeitura.

Uma perícia apontou o valor de R\$ 660.183. Corrigidos, somam R\$ 3.008.988, montante que não pode ser parcelado e precisa ser pago até dezembro de 2008. “Vamos quitar, não deixaremos novas dívidas”, Tuga garante.

A Secretaria Municipal de Finanças prevê pagar neste ano R\$ 6,4 milhões em precatórios. Hoje, tem em aberto R\$ 22,7 milhões, sendo pagos em parcelas até 2010.

Um “tiro no pé”

Ironicamente, a prefeitura é a principal acionista da Cohab. O presidente, Edson Bastos Gasparini Jr., explica que dirigentes poderiam ser responsabilizados se não movessem a ação. Em 2000, a companhia era presidida por Constante Mogioni.

O total pago à Cohab deve cair em R\$ 210.326, valor da dívida de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) da companhia com o município, nos lotes urbanizados. “Vamos fazer um encontro de contas”, diz Gasparini Jr.

Tuga justifica gasto em educação

O prefeito Tuga Angerami inaugurou ontem o Ceja (Centro de Educação de Jovens e Adultos) da Vila São Paulo. A unidade atenderá inicialmente 60 alunos a partir de 13 anos. São três salas de aula, sala de professor, cozinha, três banheiros e um minirrefeitório. É o sétimo inaugurado na gestão de Tuga e custou R\$ 215 mil.

A secretária municipal de Educação, Ana Maria Daibem, disse que o Ceja “é a expressão desta administração”. “Essa experiência do Ceja começou há 20 anos, no outro governo do Tuga. Não estamos numa ação sazonal de campanha”, disse.

Tuga aproveitou para justificar gastos – questionados, segundo ele – com educação, como aproximadamente R\$ 200 mil para biblioteca e ainda uma viagem de educadores para aperfeiçoamento em matemática. “Se for possível investir ainda mais, vamos investir. É nossa opção e também é uma exigência legal.”

¹ ⁶ Jornal Bom Dia – 04/09/2007

Prefeitura compra câmara fria para merenda escolar

Às vésperas da terceirização, governo investe R\$ 13 mil em equipamento

Exatos 15 dias após o prefeito Tuga Angerami (sem partido) anunciar a intenção de terceirizar a merenda escolar a partir de 2008, a Prefeitura de Bauru gastou R\$ 12,9 mil com uma câmara fria para estocar alimentos.

O equipamento – caso a afirmação de Tuga se confirme – será usado por, no máximo, 120 dias, já que em dezembro começam as férias escolares e a grande maioria dos alunos deixa de frequentar as aulas.

O processo de homologação da licitação foi publicado na edição de quinta-feira no Diário Oficial do Município.

No dia 15 de agosto, Tuga disse que “o objetivo da administração é iniciar o ano letivo em 2008 já com uma empresa privada servindo refeições aos alunos das escolas municipais e estaduais”. No dia 30, no entanto, ele assinou a compra da câmara fria.

“Isso é mais uma prova que a prefeitura gasta muito mal o pouco dinheiro que sobra para investimentos. Se vai terceirizar, para que comprar um equipamento desse agora?”, reclamou o vereador Primo Mangialardo (PV).

Ontem mesmo ele encaminhou um ofício à prefeitura pedindo explicações oficiais sobre a compra.

Na tribuna, o vereador Antônio Garms (PSDB) também questionou a compra. “Qual o motivo de se gastar dinheiro público com câmara fria para a merenda escolar se esse serviço será terceirizado?”

A assessoria de imprensa do governo procurou explicar que não se trata de compra de equipamento e sim reforma do existente, apesar do produto ser novo.

“A aquisição da câmara fria tem a finalidade de substituir o sistema de refrigeração já existente, ou seja, trata-se de uma reforma do equipamento”, diz. “A intenção é evitar perecimento de alimentos armazenados”, completa a nota, ao mesmo tempo em que admite a discussão para terceirizar a merenda a partir de 2008.

¹ ⁷ Jornal Bom Dia – 04/09/2007

Compra de asfalto pela população é autorizada

Projeto de lei permite que moradores contratem serviço direto de empresas

Os moradores das quase 4 mil ruas de terra de Bauru podem, a partir de agora, comprar o asfalto em frente às suas residências.

Isso porque a Câmara aprovou ontem, por unanimidade, projeto de lei que modifica as regras do chamado “asfalto comunitário”.

Na prática, os proprietários de residências de uma determinada quadra poderão se juntar e contratar, diretamente com a empreiteira, o serviço do asfalto. Para isso, basta que 75% dos moradores assinem o contrato. Os outros 25% restantes, caso não aceitem pagar pelo asfalto, serão cobrados futuramente pela prefeitura.

“Não é a solução [para o problema das ruas de terra], mas é um avanço. O projeto é importante porque em alguns bairros já existe a adesão de praticamente 100% dos moradores”, diz o vereador João Parreira (PSDB).

Além da pavimentação, o morador vai contratar também a construção de guias e sarjetas. O projeto previa que a empreiteira pudesse fazer a galeria de água e implantação e extensão da rede de iluminação pública, mas esses dois artigos foram retirados do texto por meio de uma emenda do vereador Parreira.

“Galeria de água e iluminação são obrigação do poder público. Vamos garantir o asfalto”, diz o vereador Antônio Garms (PSDB).

A escolha de qual empresa irá fazer o asfalto ficará a critério dos próprios moradores, que poderão escolher dentre aquelas cadastradas na prefeitura. Caberá ao poder público somente a fiscalização do serviço.

Estima-se que em um quarteirão de 100 metros, cada proprietário gaste cerca de R\$ 1 mil para asfaltar a frente de sua residência.

“É um valor razoável, que certamente poderá ser dividido em diversas vezes. Tudo isso terá que ser discutido em cada contrato”, defende Parreira.

Para o prefeito Tuga Angerami (sem partido), o projeto “beneficia aqueles munícipes que têm urgência na obtenção de melhoria e que estão dispostos a pagar por isso”.

¹ ⁸ Jornal Bom Dia – 05/09/2007

Prefeitura ‘ganha’ R\$ 250 mil com obras em aterro

Município gasta R\$ 50 mil em construção; terceirizada cobraria R\$ 300 mil

Em parceria com o DAE (Departamento de Água e Esgoto) e a Emdurb (Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural), a Prefeitura de Bauru gastou por volta de R\$ 50 mil para construir duas lagoas de chorume (resíduo líquido do lixo) no aterro sanitário.

“Se fosse para terceirizar, a obra custaria perto de R\$ 300 mil”, disse o prefeito Tuga Angerami (sem partido) durante visita ao local ontem.

Ele relatou que o valor foi considerado elevado. Assim, decidiu-se utilizar a estrutura da administração.

“Houve economia considerável de R\$ 250 mil”.

Questionado se tal constatação não se chocava com sua política de terceirizações, por exemplo, em relação ao serviço funerário, Tuga rebateu.

“Isso aqui é uma obra: tem começo, meio e fim. O outro é um serviço continuado.”

O serviço funerário municipal causa déficit de cerca de R\$ 10 mil ao mês e tem se prestado a apenas atender funerais sociais, voltados a pessoas carentes, destaca.

“Posso contratar o funeral social via licitação. Podemos pagar um quarto dos R\$ 1.350 desembolsados atualmente pela prefeitura”.

Tuga solicitou abertura de licitação para contratar empresa para fazer os funerais sociais “pelo melhor preço”.

“E o processo já está iniciado”, comenta.

Também estiveram no aterro os vereadores Paulo Madureira (PP), Paulo Eduardo Martins Neto (DEM) e Arildo Lima Júnior (PP), os secretários Rodrigo Agostinho (Meio Ambiente), Paulo Brittes (Obras) e José Augusto Vinagre (Cultura) e José Clemente Rezende (DAE) e Carlos Barbieri (Emdurb).

Sandro Fernandes, advogado do Sinserm (Sindicato dos Servidores Municipais) considera a iniciativa do prefeito “uma afronta à legislação e à Câmara de Vereadores”, pois, para começar a licitação, “é preciso mudar a lei”.

Ele vê a economia provocada pela construção das lagoas com recursos próprios “como confissão de que as terceirizações são danosas aos cofres públicos.”

Novas lagoas são exigências para construção de 4ª camada

A construção de duas lagoas de chorume faz parte do pacote de exigências da Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental) para autorizar a instalação da quarta camada do aterro sanitário de Bauru.

Cada lagoa tem em torno de 2,80 metros de profundidade, 25 metros de comprimento e 15 metros de largura e capacidade para abrigar por volta de 840 mil litros.

Impermeabilizadas, elas evitam a contaminação das águas subterrâneas.

Na próxima semana, deve ser pedida autorização à Cetesb para a quarta camada. Com a entrada em operação da nova camada, o aterro ganha sobrevida de quatro anos pelo menos.

Segundo Rodrigo Agostinho, secretário do Meio Ambiente, um novo aterro custaria cerca de R\$ 6 milhões.

¹ ⁹ Jornal Bom Dia – 06/09/2007

Prefeitura gastará R\$ 510 mil com centro de informática

A Prefeitura de Bauru irá gastar R\$ 510 mil para comprar o sistema de Data Center, formado por computadores de grande porte que darão suporte a todo trabalho informatizado que for desenvolvido no âmbito da administração.

Duas empresas participaram do pregão. A Cimcorp, que ofereceu produtos HP, ofereceu o menor preço.

O projeto do Data Center soma-se a outros projetos na área de tecnologia em informática e que já estão em funcionamento, como a interligação de quase 70 prédios municipais por fibra ótica ou comunicação via rádio.

O Data Center possibilitará a efetiva disponibilização da informação e acesso aos sistemas de gestão pública nos diversos segmentos, objetivando maior controle e transparência.

² ⁰ Jornal Bom Dia – 10/09/2007

Prefeitura vai abrir licitação para reformar estádio Edmundo Coube

A Prefeitura de Bauru vai abrir, na próxima semana, licitação para fazer uma reforma completa no estádio distrital Edmundo Coube, no Jardim Araruna.

O projeto prevê a criação de um centro esportivo no local. Nessa primeira etapa, a obra atenderá, basicamente, a infra-estrutura do estádio, completamente deteriorada após anos de abandono.

Além de um novo gramado, banheiros, vestiários e alambrados serão recuperados. Será feito ainda uma base para futura pista sintética de atletismo, a única de Bauru.

O valor total das reformas é de R\$ 480 mil. Posteriormente, através de convênios com os governos Estadual e Federal, a prefeitura espera investir outros R\$ 600 mil.

“A nossa meta é transformar aquele espaço num centro de lazer e de esportes”, explica o secretário de Esportes, José Carlos de Freitas.

O presidente da Câmara, Paulo Madureira (PP), também fala em usar o Edmundo Coube como exemplo. “Eu espero no futuro ver quatro desses em cada região da cidade”, disse, entusiasmado.

A prefeitura esperar licitar a obra em dois meses. A reforma deve durar outros oito meses.

² ¹ Jornal Bom Dia – 10/09/2007

MP tenta barrar a venda de rua vizinha da Nações

Ação civil pública impede que prefeitura troque terreno por pavimento

A Prefeitura de Bauru terá que superar mais um obstáculo se quiser mesmo vender os terrenos na avenida Nações Unidas onde funcionava a igreja Comunicação e Missão Cristã.

Isso porque o promotor da Habitação e Urbanismo, José Carlos Carneiro de Oliveira, entrou com ação civil pública na Justiça pedindo a proibição da venda da área correspondente ao quarteirão 7 da rua Albino Tâmbara. Esse quarteirão divide os dois terrenos. A nova rua daria acesso à Nações Unidas, o que atende os interesses dos moradores da região.

O prefeito Tuga Angerami (sem partido) entende que desmembrar as duas áreas desvaloriza o patrimônio, além do que será necessário gastar cerca de R\$ 1 milhão para abrir a rua. Alguns vereadores também já se manifestaram contra o pedido dos moradores.

Com o dinheiro da venda dos terrenos – a prefeitura espera arrecadar cerca de R\$ 5 milhões – será feito asfalto na periferia. O projeto, no entanto, está parado nas comissões temáticas da Câmara.

A ação do Ministério Público, confirmada em ofício encaminhado ao vereador Antônio Garms (PSDB), foi motivada depois de abaixo-assinado com cerca de 800 assinaturas ter sido entregue à promotoria.

“Isso é maravilhoso. É o que a gente espera há dez anos”, comemorou o arquiteto Edson Aquino, um dos coordenadores do movimento, ao ser informado sobre a ação civil pública.

Ele contesta também as afirmações de que a abertura da rua vai desvalorizar os terrenos e o custo da obra.

“Eu garanto que isso é mentira. O desmembramento dos terrenos não influencia em nada na venda dos terrenos. Além do que, como a prefeitura vai gastar R\$ 1 milhão para abrir uma rua e diz que vai asfaltar 350 quarteirões com R\$ 5 milhões. Alguma coisa nessa conta está errada”, afirmou.

O processo será analisado agora pela juíza da Vara da Fazenda Pública, Regina Aparecida Caro Gonçalves.

² ² Jornal Bom Dia – 12/09/2007

Sem aviso, Tuga se encontra com Serra em São Paulo para discutir ‘assuntos diversos’

Em um breve comunicado encaminhado à imprensa ontem, no início da noite, a assessoria do prefeito Tuga Angerami (sem partido) informou que ele iria se reunir com o governador de São Paulo, José Serra (PSDB), ontem à noite, em São Paulo.

Oficialmente, a imprensa não havia sido avisada que Tuga estaria cumprindo agenda fora de Bauru, muito menos que ele tinha agendado audiência com Serra no Palácio dos Bandeirantes.

Segundo a nota, “Tuga solicitou o encontro para tratar de diversos assuntos de interesse da cidade”, sem dizer quais são esses assuntos.

O prefeito tem uma relação pessoal com Serra. Em virtude de seu apoio declarado ao governador nas eleições de 2006, ele foi obrigado a deixar o PDT.

² ³ Jornal Bom Dia – 12/09/2007

Comitê quer veto de Tuga ao novo ‘desenho urbano’

Medida atinge megashopping e serve para pressionar por Plano Diretor

O Comitê de Mobilização Pró-Plano Diretor Participativo de Bauru quer que o prefeito Tuga Angerami (sem partido) vete as leis que alteraram o planejamento urbano da cidade, entre elas, a que ampliou o perímetro urbano de Bauru para permitir a construção de mega empreendimento na rodovia Bauru-Ipaussu.

A decisão foi tomada anteontem em reunião do grupo com 10 entidades.

Em 3 de setembro, a Câmara Municipal aprovou o projeto de lei de autoria do vereador Marcelo Borges (PSDB) para ampliação do perímetro urbano em até 1,8 milhão de metros quadrados, na região dos condomínios Lago Sul e Villaggio.

Tal extensão é condição para a instalação do empreendimento, que compreende shopping center, hipermercado, centro de convenções, hotel, auto e home center e universidade.

A medida do comitê serve para pressionar a Câmara Municipal a votar logo o projeto de Plano Diretor, entregue à Casa em setembro de 2006. Não há previsão de quando ele será discutido e apreciado pelo plenário.

“Nós queremos que o prefeito vete a expansão até que o Plano Diretor seja aprovado”, destaca José Fernando Redondo Mendes, do Comitê das Associações de Moradores de Bauru.

Ivy Wiens, secretária executiva do Instituto Ambiental Vidágua afirma que “não se trata de uma iniciativa específica contra o mega empreendimento”

O engenheiro civil José Heraldo Raymundo, do Coothea (Cooperativa de Trabalho Habitacional dos Profissionais em Engenharia e Arquitetura de Bauru) diz que o Plano Diretor “não pode ser jogado no lixo”.

“Após sua aprovação, nós seremos os primeiros a batalhar pela criação de empregos na cidade e esse mega empreendimento será um grande gerador de empregos”.

O prazo para Tuga vetar o projeto vai até dia 27.

Segundo a assessoria de comunicação da prefeitura, ele prefere não se manifestar pois ainda “não recebeu solicitação de audiência para discussão do Plano Diretor.”

Investimento é de R\$ 100 milhões

O mega empreendimento da rodovia Bauru-Ipaussu terá investimento de cerca de R\$ 100 milhões.

O projeto é baseado no conceito de “power center”: reúne diversos serviços no mesmo local, como shopping center e hipermercado.

A expectativa é que sejam criados três mil empregos.

A instalação do empreendimento é liderada pela Aiello Urbanismo em parceria com a BR Malls.

² ⁴ Jornal Bom Dia – 13/09/2007

TRF conserva decisão e DAE mantém contrato com Correios

O TRF (Tribunal Regional Federal) confirmou a liminar dada em favor do DAE (Departamento de Água e Esgoto) em abril e confirmou, no mérito, que a autarquia poderá manter o

contrato para a leitura, impressão e entrega das contas de água com os Correios até que a ação que questiona a legalidade do acordo seja julgada na segunda instância da Justiça Federal.

A decisão, do desembargador federal Fábio Prieto, foi aprovada por unanimidade pela 4ª turma do TRF. Na prática, ela suspende a sentença do juiz da 3ª Vara da Justiça Federal de Bauru, Marcelo Zandavali, que determinou, em fevereiro, a suspensão imediata do contrato com órgão.

O DAE, no entanto, nunca cumpriu a sentença alegando que a lei garantia a manutenção do acordo até a conclusão final do processo. O presidente do DAE, José Clemente Rezende, disse que já “esperava a decisão”.

² ⁵ Jornal Bom Dia – 13/09/2007

Prefeito diz não a beijo e discute com ex-vereadora

Catarina Carvalho afirma ter sido ofendida; para Tuga, faltou respeito

O prefeito Tuga Angerami (sem partido) e a ex-vereadora Catarina Carvalho discutiram com aspereza anteontem de manhã no terceiro andar do Palácio das Cerejeiras, onde fica o gabinete.

Ela esteve no local para uma audiência com o chefe de gabinete, João Baptista Campos Porto.

Queria falar sobre a proposta de adotar uma praça e pedir a doação de um terreno para a Apiece (Associação de Pais para a Integração Escolar da Criança Especial), entidade que dirige.

Segundo a versão da assessoria de imprensa, “Catarina adotou postura desrespeitosa e fez provocações verbais aos servidores que encontrou no caminho”.

Ainda de acordo com a assessoria, a ex-vereadora teria dito que queria dar um beijo no prefeito ao vê-lo passar pela sala de Porto.

“Sabendo do comportamento que a ex-vereadora havia apresentado quando chegou ao prédio, Tuga disse que dispensava o beijo”, informa nota da assessoria.

Os dois discutiram e Catarina teria ameaçado ir embora. O prefeito teria dito para ela permanecer sendo atendida pelo chefe de gabinete e que tivesse compostura.

A ex-vereadora admite ter feito “comentários apimentados”, mas afirma que o prefeito entrou na sala de Porto batendo o pé e gritando com ela. “Parecia um furacão”, compara. “Reagiu com uma bala de canhão”.

O ex-secretário Néelson Fio foi um dos alvos dos “comentários apimentados” que Catarina admite.

Ela o questionou por circular com desenvoltura no gabinete, apesar de ser alvo de processo por irregularidades na antiga Secretaria das Administrações Regionais.

Para a secretária do prefeito, a ex-vereadora perguntou se Tuga estava em Bauru ou em Campinas, cidade em que moram um filho, a nora e dois netos dele.

“Não sabia que isso é ofensivo, mas quis dizer sim que ele não pára em Bauru”, afirma. “Não pense que minha pergunta foi santa”.

A ex-vereadora diz ter ficado ofendida e pensa em adotar medidas judiciais contra o prefeito.

“Mas posso também concluir que os astros não estavam favoráveis, que o dia não era bom para ele”, diz.

Para Catarina, a situação foi constrangedora também para o chefe de gabinete. “Ele lesou minha imagem. Não pode fazer isso”.

² ⁶ Jornal Bom Dia – 14/09/2007

Juiz proíbe a venda de rua no Panorama

Liminar impede prefeitura de leiloar terreno na Nações Unidas; dinheiro seria usado para fazer asfalto na periferia

O juiz auxiliar da Vara da Fazenda Pública de Bauru, Claudio Augusto Saad Abujamra, acatou pedido do Ministério Público e concedeu ontem liminar proibindo a venda da área correspondente à quadra 7 da rua Albino Tâmbara, Jardim Panorama.

Com a decisão, a prefeitura está impedida de leiloar o terreno onde funcionava a igreja Comunicação e Missão Cristã, na avenida Nações Unidas, como queria o prefeito Tuga Angerami (sem partido). Projeto com essa finalidade está na Câmara, mas deverá ficar parado até a decisão do mérito da ação, que não tem data para acontecer. O dinheiro seria usado para fazer asfalto na periferia.

Para o juiz, “não se pode descartar o interesse social da manutenção da via pública”. Ele completa que, por precaução, “defiro a liminar para declarar indisponível o imóvel”.

A polêmica com essa rua começou em dezembro de 2006 quando a Câmara aprovou a desafetação da área. Ou seja: passou a fazer parte do patrimônio público.

Alguns moradores, no entanto, reagiram à medida, principalmente após a igreja que funcionava no local ser totalmente desativada.

Ao mesmo tempo, Tuga enviou projeto de lei à Câmara pedindo autorização para vender todo o terreno, inclusive o espaço delimitado da rua, que na prática não existe há mais de 15 anos.

Com um abaixo-assinado com mais de 800 assinaturas, o promotor José Carlos Carneiro de Oliveira entrou com ação civil pública pedindo a proibição da venda, o que foi deferido ontem pelo juiz.

“A necessidade da abertura da rua é incontornável, haja vista a sua importância para o sistema viário daquela região da cidade”, defende o promotor na ação. “A prefeitura deve interligar essa via pública à avenida Nações Unidas para viabilizar o fluxo de veículos e a interligação com os demais bairros da região”.

Caso Tuga insista em vender a área, será obrigado a dividir os terrenos, causando desvalorização. Outra alternativa é retirar o projeto do Legislativo e enviar um novo incluindo somente os outros dois terrenos também da Nações Unidas, o primeiro próximo ao Instituto Branemark e o outro ao lado da sede da Ordem dos Advogados do Brasil.

A prefeitura também poderá tentar cassar a liminar no Tribunal de Justiça.

Caso a decisão seja mantida, a prefeitura terá que abrir a via de acesso à Nações Unidas. O custo da obra, segundo o Executivo, é de R\$ 1 milhão. Com os três terrenos, a expectativa do governo era arrecadar cerca de R\$ 5 milhões, o que possibilitaria asfaltar 150 quadras de ruas de terra.

² ⁷ Jornal Bom Dia – 19/09/2007

Tuga tira rua, mas mantém posição de vender terrenos

Prefeito acata a decisão da Justiça e decide recolher projeto da Câmara

O prefeito Tuga Angerami (sem partido) anunciou ontem, durante vistoria nas obras de canalização de parte do córrego Água do Sobrado, que vai retirar o projeto de lei da Câmara que autoriza o município vender terrenos públicos para fazer asfalto na periferia.

Tuga foi obrigado a recuar após a Justiça conceder liminar proibindo a venda da área correspondente à quadra 7 da rua Albino Tâmbara, no Jardim Panorama.

Nesse local funcionava a igreja Comunicação e Missão Cristã. A intenção do prefeito era vender todo o terreno, inclusive a rua, que na verdade só existe no papel, mas com a decisão da Justiça ele decidiu dividir a área, preservar o espaço da via pública e leiloar somente as duas partes restantes. A previsão é que o desmembramento desvalorize o patrimônio em R\$ 1 milhão.

“Não tem sentido a Câmara votar uma autorização para que eu venda uma área se existe uma decisão para que se suspenda o processo”, admitiu Tuga.

Ao mesmo tempo, o prefeito não se dá por vencido e confirma que irá mandar dois novos projetos ao Legislativo: um para vender as áreas restantes da Albino Tâmbara e outro incluindo os dois terrenos também da Nações Unidas, o primeiro próximo ao Instituto Branemark e o outro ao lado da sede da Ordem dos Advogados do Brasil.

Patrimônio

“Nós vamos isolar o que seria a área, regularizar isso no cartório e vender o que está liberado. Além disso, imediatamente, vamos mandar também outro projeto para os dois terrenos. Com isso vamos cumprir a lei e daremos continuidade ao projeto de asfaltar a periferia”, afirmou.

Mais uma vez, Tuga fez questão de explicar aos críticos que a venda dos terrenos é importante para atender a população carente.

“Quando você pega um patrimônio que não está sendo utilizado e investe o recurso dentro do que é público, que são as ruas, você melhora as condições de vida das pessoas”, insistiu.

A prefeitura estimava arrecadar R\$ 5 milhões com a venda das três áreas. Com esse dinheiro, segundo cálculo preliminar da Secretaria de Planejamento, é possível asfaltar 150 quarteirões.

² ⁸ Jornal Bom Dia – 22/09/2007

Tuga envia projeto à Câmara para carros oficiais não pagarem taxa da zona azul

Carros oficiais da Prefeitura Municipal de Bauru e da Câmara de Vereadores podem deixar de pagar zona azul.

É o que prevê projeto de lei enviado ao Legislativo pelo prefeito Tuga Angerami (sem partido).

Caso seja aprovado, viaturas oficiais de propriedade dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como das autarquias (DAE) e empresas públicas municipais (Emdurb, Cohab) ficam isentos do pagamento de estacionamento rotativo.

“Atualmente a exigência do referido pagamento tem dificultado o trabalho dos serviços municipais prestados”, diz Tuga na exposição de motivos do projeto.

A obrigatoriedade de pagar zona azul era uma reclamação dos funcionários da prefeitura, que, muitas vezes, precisavam convencer os agentes de trânsito que estavam trabalhando. No início dessa semana, uma equipe de combate a dengue discutiu com um agente próximo a Câmara. Eles chegaram a reclamar no gabinete de um vereador da multa aplicada.

“Acho razoável, afinal esses funcionários estão a serviço e não podem ser multados. Só será preciso não haver abusos para que a rotatividade continue”, diz o vereador Futaro Sato (PDT).

Ele completa dizendo que a prefeitura deveria definir algumas vagas para os veículos oficiais, como já existem para carga e descarga e deficientes físicos

“Seria mais correto e mais fácil fiscalizar o porque o carro ficou parado”, diz.

² ⁹ Jornal Bom Dia – 25/09/2007

Prefeitura terá R\$ 288 mi para gastar

Orçamento de 2008 é 12,5% maior do que o deste ano, mas mesmo assim ainda é R\$ 68 milhões a menos do que ideal

A Prefeitura de Bauru terá R\$ 288 milhões para gastar em 2008. Essa é a previsão orçamentária para o próximo ano que será entregue à Câmara na sexta-feira pelo secretário de Finanças, Edmundo Albuquerque.

O valor é 12,5% superior ao orçamento de 2007, quando a prefeitura estimou arrecadar R\$ 252 milhões, e 8,33% maior do que realmente deve entrar no caixa do Executivo até dezembro: R\$ 264 milhões.

Segundo Edmundo, o aumento se deve, basicamente, a inflação do período, calculada em 4% a 5%, e ao que ele chama de “aumento vegetativo”. “Todos os anos há aumento no número de construções, de empresas e isso reflete em impostos e na arrecadação”, explica.

Apesar de comemorar os números positivos, Edmundo deixa claro que o orçamento de Bauru ainda está longe do considerado ideal. Nesse cálculo, a cidade deveria ter uma renda per capita de R\$ 1 mil por habitante, o que significaria ter R\$ 356 milhões para investir.

Tirando o que se gasta com salários e encargos, algo próximo a R\$ 160 milhões, irá sobrar R\$ 128 milhões para dividir entre todas as secretarias e, é claro, para fazer investimentos. Essa conta é ainda menor se levarmos em conta que, pela lei, a educação fica com, no mínimo, 25% desse bolo (R\$ 32 milhões) e saúde com outros 15% (R\$ 19,2 milhões).

O valor que cada pasta terá direito ainda não está fechado. Ontem, Edmundo ainda fazia os cálculos para tentar atender os pedidos dos secretários.

³ ⁰ Jornal Bom Dia – 26/09/2007

Tuga cobra empresários e fala em responsabilidade

Prefeito sanciona área para shopping e deixa investidores na saia-justa

Ao sancionar a lei que inclui no perímetro urbano de Bauru uma área localizada às margens da rodovia Bauru-Ipaussu, destinada à construção de um novo shopping center, o prefeito Tuga Angerami (sem partido) fez questão de ressaltar que os empresários precisam ter responsabilidade ao anunciar uma obra desse tipo.

Na frente dos representantes do empreendimento – Aiello Urbanismo e BR Malls –, orçado em R\$ 100 milhões, Tuga falou que o poder público não pode mais aceitar “que anunciem empreendimentos que depois não se consolidam”.

“A presença de vocês aqui é para assegurar que esse é um empreendimento em fase de consolidação e não estamos criando ilusões na população”, afirmou o prefeito. “Queremos que haja esse compromisso público”.

O diretor da Aiello Urbanismo, Renato Aiello, que havia se negado a conversar com os jornalistas, respondeu as provocações. Disse que tem consciência dessa “responsabilidade”, mas garantiu que a empresa, chamada de fiadora do shopping por Tuga, “não quer inflar mais um balão de ensaio.”

“A associação com a BR Malls é estratégica. Em nenhum momento foi a nossa intenção não fazer esse trabalho com profissionalismo”, disse Renato. A área total que passa a pertencer a zona urbana é de 1,8 milhão de metros quadrados, cerca de 170 hectares.

O representante da BR Malls, Marcelo Kingston, também se negou a dar entrevistas. Em nota, a Aiello se limitou a dizer que “cumpriram-se as primeiras etapas de aprovação” do empreendimento, sem citar previsões de investimento ou início das obras.

Shopping de carros é outro atrativo

Apesar de se negar a dar detalhes sobre o projeto do novo shopping, batizado de Centro-Oeste Power Center, a Aiello Urbanismo, na nota de duas páginas distribuídas à imprensa, anunciou a construção também de um shopping de carros.

A inauguração das duas obras está prevista para acontecer na mesma data, não confirmada pelos empresários ontem.

“É um novo conceito que vem sendo desenvolvido em todo o país. Será um shopping temático onde ele agrega só lojas de automóveis com toda a estrutura de serviços”, explicou um dos sócios do empreendimento, Evandro Ribeiro Filho, da empresa VR Alliance.

Ele também não quis dar detalhes de valores e prazos, mas disse que o projeto está pronto e viabilizado financeiramente.

Segundo a Aiello, as próximas etapas para construção do novo shopping é “definição de planta final, aprovação da planta e documentos finais a serem celebrados pelas empresas”, escreve na nota.

Entre outros, a BR Malls é proprietária, entre outros, dos shoppings de Sorocaba e Piracicaba. A estimativa é que sejam criados cerca de 3 mil empregos e R\$ 650 só de ICMS ao município.

³ ¹ Jornal Bom Dia – 27/09/2007

Tuga considera CPMF justa, mas critica governo federal

Prefeito rebate críticas contra saúde municipal e explica falta de partido

O prefeito Tuga Angerami (sem partido) declarou ontem que considera “justa” a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras). A Câmara Federal aprovou ontem a prorrogação do imposto até 2011. Ainda falta uma votação em segundo turno.

Tuga enfatiza que a cobrança é proporcional às movimentações dos correntistas. E compara com o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) embutido em alimentos, por exemplo. “Uma pessoa que ganha um salário mínimo paga num saco de arroz o mesmo imposto de

alguém que recebe R\$ 30 mil”, disse.

Mas ele critica a condução da CPMF pelo governo federal. “Não se pode recolher a CPMF, criada para a saúde, destinar uma parte para saúde e, com a outra mão, retirar do orçamento. É como colocar R\$ 50 em cada bolso mas tirar R\$ 50 de um deles. É quase o que vem acontecendo desde que foi criada.”

A avaliação sobre o tributo foi feita após a inauguração da nova sede do Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) – leia mais na página 13. Ao lado do secretário municipal de Saúde, Mário Ramos, Tuga defendeu a saúde básica e se mostrou irritado com críticas que considera injustas ao sistema municipal, feitas por vereadores e por parte da imprensa.

“Eu não vou delimitar [os nomes]. São cartas, políticos, enfim, pessoas que às vezes fazem críticas desinformadas. Quando a crítica é desinformada, nossa obrigação é levar informação e acreditar que vá haver uma revisão da postura crítica. Mas, quando é de má fé, não há informação que possa corrigir essa postura.”

O prefeito enfatizou que o município já leva saúde preventiva a 28 mil moradores, com o Programa de Saúde da Família, e que investiu R\$ 2,7 milhões em reforma e ampliação de cinco unidades.

‘Desconfortável’

Questionado sobre se vai se filiar a algum partido até 5 de outubro, data-limite para participação nas próximas eleições, reafirmou que não. “É até desconfortável estar sem partido. No entanto, a gente vive uma situação tão peculiar que ficar sem partido agora é a melhor forma de não permitir que a administração termine no início do processo de sucessão.”

³ ² Jornal Bom Dia – 28/09/2007

Taxa fica para 2008 e Tuga já admite isentar atrasados

Prefeitura depende de análise jurídica sobre o ‘imposto dos bombeiros’

O prefeito Tuga Angerami (sem partido) admitiu ontem que a taxa de bombeiros só será cobrada em 2008. Segundo ele, não é viável financeiramente emitir um carnê neste momento para cobrar o imposto, criado em 2003 e considerado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal em junho desse ano.

“Nesses três últimos meses do ano não há como fazer essa cobrança. O custo ficaria muito caro e não vamos fazer”, disse o prefeito.

Sobre a cobrança retroativa a 2003, em um total de R\$ 3 milhões que deixaram de ser pagos, Tuga, pela primeira vez, admitiu que pode anistiar os atrasados.

Até agora, o prefeito insistia que não poderia abrir mão desse dinheiro porque muitos contribuintes tinham pago a taxa antes dela ser suspensa em agosto de 2004, além do que isso configuraria renúncia de receita, o que é vetado pela legislação.

“Você tem visões conflitantes nesse caso. Eu pedi opiniões da assessoria jurídica, houve discordância e agora estamos discutindo. Vamos analisar para tomarmos uma posição”, explicou.

A taxa de bombeiros varia de R\$ 5 a R\$ 500 anuais. O cálculo é feito por meio do tamanho do prédio e de sua funcionalidade. Comércio e Indústria pagam os maiores valores.

O dinheiro arrecadado custeia a manutenção do Corpo de Bombeiros de Bauru, apesar dele

atender também outras 18 cidades da região.

³ ³ Jornal Bom Dia – 28/09/2007

Dívidas consomem R\$ 41 mi e investimentos só R\$ 28 mi

Orçamento de R\$ 288 milhões é entregue à Câmara com conta apertada

O orçamento da Prefeitura de Bauru para 2008 reflete, diretamente, na qualidade de vida da população agora. Enquanto a cidade terá R\$ 28 milhões para investir, pagará, só de dívidas deixadas por outros governos, R\$ 41 milhões. Isso representa 14,2% do valor total do orçamento para o próximo ano, calculado em R\$ 288 milhões.

O secretário de Finanças, Edmundo Albuquerque, lembra que as dívidas representam o terceiro maior volume de recursos que o município pretende gastar em 2008. Só perde para Educação, com R\$ 73 milhões previstos e Saúde com R\$ 71 milhões – essas duas pastas, por lei, são obrigadas a receber o maior volume de recursos. “Nosso orçamento fica distante do que seria ideal”, reitera.

“Ocorre que dívida do passado tem que ser paga e temos responsabilidade sobre isso”, emenda o prefeito Tuga Angerami (sem partido), durante visita à Câmara para entregar a peça orçamentária com Edmundo.

Ao reafirmar o compromisso de continuar priorizando investimentos em saúde, educação e infra-estrutura, Tuga admitiu que os R\$ 28 milhões previstos para esse gasto “é pouco”.

“Nesses investimentos estão previstos ainda compra de equipamento e 10% do total da receita é claro que é um valor pequeno para tudo que precisa ser feito”, admitiu Tuga, repetindo o discurso que, nesse mandato, está preparando as finanças do governo para o próximo prefeito.

Esperança

Enquanto lamenta o pouco dinheiro que irá sobrar para investimentos, Tuga deixou claro que espera aumentar a receita do município com o recadastramento imobiliário, que começará a ser feito já em 2008. A meta do governo é cobrar as diferenças de IPTU imediatamente após as irregularidades nos imóveis serem detectadas.

“Esse trabalho terá efeito imediato. A partir do momento que for detectado diferença na planta original, será cobrado IPTU, inclusive de até cinco anos retroativos”, explicou o prefeito.

A previsão do governo é que o recadastramento aumente a receita com IPTU em cerca de 30%, algo em torno de R\$ 13 milhões. Esse ano a prefeitura lançou um total de R\$ 43,6 milhões de IPTU.